



COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E
CULTURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

SÂMIA ELENE LOBATO DOS REMEDIOS

A EVASÃO ESCOLAR NO PROEJA:
UM ESTUDO NO COLÉGIO PEDRO II/CAMPUS CENTRO

Rio de Janeiro

2021

SÂMIA ELENE LOBATO DOS REMEDIOS

**A EVASÃO ESCOLAR NO PROEJA:
UM ESTUDO NO COLÉGIO PEDRO II/CAMPUS CENTRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Dr. Leonardo Leônidas de Brito.

Rio de Janeiro

2021

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA
BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER
CATALOGAÇÃO NA FONTE

R386 Remedios, Sâmia Elene Lobato dos
A evasão escolar no proeja: um estudo no Colégio Pedro II/Campus
Centro / Sâmia Elene Lobato dos Remedios. - Rio de Janeiro, 2021.

147 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e
Tecnológica) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação,
Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Leonardo Leônidas de Brito.

1. Educação de jovens e adultos (EJA). 2. Evasão escolar. 3.
Proeja (Programa de Ensino Profissional). 4. Colégio Pedro II.. I. Brito,
Leonardo Leônidas de. II. Colégio Pedro II. III Título.

CDD 374

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.



COLÉGIO PEDRO II
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



SÂMIA ELENE LOBATO DOS REMEDIOS

A EVASÃO ESCOLAR NO PROEJA:
UM ESTUDO NO COLÉGIO PEDRO II/CAMPUS CENTRO

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 13 de julho de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Leonardo Leônidas de Brito
ProfEPT – Colégio Pedro II
Orientador

Prof. Dr. Fabio Alexandre Araújo dos Santos
ProfEPT – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo da Silva Araújo
Licenciatura em Ciências Sociais – Colégio Pedro II



COLÉGIO PEDRO II
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



SÂMIA ELENE LOBATO DOS REMEDIOS

A EVASÃO ESCOLAR NO PROEJA:
UM ESTUDO NO COLÉGIO PEDRO II/CAMPUS CENTRO

Produto Educacional apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 13 de julho de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Leonardo Leônidas de Brito
ProfEPT – Colégio Pedro II
Orientador

Prof. Dr. Fabio Alexandre Araújo dos Santos
ProfEPT – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo da Silva Araújo
Licenciatura em Ciências Sociais – Colégio Pedro II

AGRADECIMENTOS

Acredito que ninguém faz nada sozinho, por isso, externo aqui a minha gratidão àqueles que, direta ou indiretamente, apoiaram-me para que este trabalho fosse possível.

Agradeço, primeiramente, a Deus pela saúde, força, sabedoria, pelo respirar e por me permitir chegar até aqui depois de tantos obstáculos vencidos. Não foi fácil lidar com a tristeza gerada pela pandemia atual, que levou pessoas tão queridas de nós, entre elas meu sogro. Por isso, acredito que, só por um milagre, cheguei até aqui. A Deus, toda a honra.

Ao meu marido, Adriano Ribeiro, pelo amor e companheirismo, e por me incentivar e me apoiar desde o momento em que decidi fazer o mestrado. Sem ele, eu não teria ânimo e motivação para finalizar essa etapa tão importante da minha vida.

Aos meus pais, Samuel e Ruth, e à minha irmã, Sara, pelas palavras de incentivo e ânimo. Especialmente, à minha mãe que sempre orou por mim e me incentivou a estudar e a lutar pelos meus objetivos.

Ao meu orientador, o Professor Dr. Leonardo Brito pela brilhante capacidade de apontar caminhos e pelas oportunidades que me foi dada ao longo do curso.

Aos meus colegas de turma, especialmente à Elizabeth Amorim, pela amizade verdadeira e pela parceria ao longo do curso.

Minha eterna gratidão!

Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se propôs a caminhar.
(Paulo Freire)

RESUMO

REMEDIOS, Sâmia Elene Lobato dos. **A evasão escolar no PROEJA:** um estudo no Colégio Pedro II/Campus Centro. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2021.

A presente pesquisa vinculada ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) teve como objetivo estudar a evasão escolar no PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro, buscando identificar e analisar as principais causas que ocasionam a evasão escolar desses estudantes. Para tanto, se fez necessário a realização de uma análise sobre os aspectos relevantes do PROEJA como uma política pública para a Educação de Jovens e Adultos a partir de livros, artigos, dissertações e teses, bem como a busca junto ao Colégio Pedro II/Campus Centro pelos dados dos alunos evadidos do PROEJA entre 2017 e 2019, a fim de que fossem realizadas as entrevistas semiestruturadas com esses estudantes e aplicados questionários aos professores que atuam nessa modalidade de ensino da instituição. As entrevistas e os questionários tiveram como objetivo trazer à luz as possíveis causas da evasão nesse segmento e da visão dos alunos e professores sobre essa questão. Em relação ao produto educacional, que é um plano de acompanhamento dos discentes do PROEJA do Colégio Pedro II, objetivamos abordar propostas pedagógicas para fins de prevenção da evasão nessa modalidade, tendo como público-alvo os profissionais que atuam no PROEJA dessa instituição. Esse plano foi avaliado por esses profissionais a partir de um questionário semiaberto. A metodologia utilizada foi a de cunho qualitativa, visto que essa abordagem leva em conta a realidade do objeto de estudo, mediante seu contexto histórico e social, o que foi fundamental neste estudo.

Palavras-Chave: PROEJA; Evasão escolar; Educação de jovens e adultos; Colégio Pedro II.

ABSTRACT

REMEDIOS, Sâmia Elene Lobato dos. **A evasão escolar no PROEJA:** um estudo no Colégio Pedro II/Campus Centro. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2021.

This research, linked to the Professional Master's Degree in Professional and Technological Education (PROFEPT) aimed to study school dropout at PROEJA at Colégio Pedro II/Campus Centro, seeking to identify and analyze the main causes that cause these students to drop out of school. Therefore, it was necessary to carry out an analysis of the relevant aspects of PROEJA as a public policy for the Education of Youth and Adults based on books, articles, dissertations and theses, as well as a search with Colégio Pedro II/Campus Center for the data of students who evaded PROEJA between 2017 and 2019, so that semi-structured interviews were carried out with these students and questionnaires were applied to professors who work in this type of teaching at the institution. The interviews and questionnaires aimed to deepen knowledge about the causes of dropout and the view of students and teachers on this issue. Regarding the educational product, which is a follow-up plan for students of PROEJA at Colégio Pedro II, we aim to address pedagogical proposals for the purpose of preventing dropout in this modality, having as target audience the professionals who work in PROEJA at that institution. This plan was evaluated by these professionals using a semi-open questionnaire. The methodology used was qualitative, as this approach takes into account the reality of the object of study, through its historical and social context, which was fundamental in this study.

Keywords: PROEJA; School dropouts; Youth and Adult Education; Colégio Pedro II.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa.....	86
Figura 2 – Contracapa.....	87
Figura 3 – Apresentação.....	88
Figura 4 – Sumário.....	89
Figura 5 – O que é a EJA? O que é o PROEJA?.....	90
Figura 6 – Informações sobre o PROEJA.....	91
Figura 7 – Documento Base.....	92
Figura 8 – Citação do Documento Base.....	93
Figura 9 – Quem é o público do PROEJA?.....	94
Figura 10 – O PROEJA no Colégio Pedro II: uma visão geral.....	95
Figura 11 – Quais unidades do CPII oferecem o PROEJA? Quais são os cursos?....	96
Figura 12 – Informações do PROEJA no CPII.....	97
Figura 13 – Evasão escolar: o maior desafio a ser superado no PROEJA.....	98
Figura 14 – Dados da evasão no PR.OEJA do CPII.....	99
Figura 15 – Dados de evasão no PROEJA do CPII/Campus Centro por ciclo de matrícula.....	100
Figura 16 – Fatores socioeconômicos.....	101
Figura 17 – Fatores intraescolares.....	102
Figura 18 – Propostas e estratégias para o acompanhamento do discente do PROEJA.....	103
Figura 19 – Maior divulgação do PROEJA do CPII.....	104
Figura 20 – O acolhimento dos estudantes.....	105
Figura 21 – Outras informações sobre o acolhimento.....	106
Figura 22 – Tratamento dos dados do PROEJA.....	107
Figura 23 – Informações sobre o tratamento dos dados referentes ao PROEJA no site do CPII.....	108
Figura 24 – Mais informações acerca dos dados do PROEJA.....	109
Figura 25 – Planejamento de ações para reduzir as dificuldades de aprendizagem dos alunos ingressantes no PROEJA.....	110
Figura 26 – Mais informações acerca das dificuldades de aprendizagem dos alunos ingressantes no PROEJA.....	111
Figura 27 – Incentivar e oferecer aos docentes a formação continuada e voltada para o ensino na EJA.....	112

Figura 28 – Mais informações sobre incentivar e oferecer aos docentes a formação continuada e voltada para o ensino na EJA.....	113
Figura 29 – Considerar as características específicas do PROEJA.....	114
Figura 30 – Mais informações sobre considerar as características específicas do PROEJA.....	115
Figura 31 – E quanto aos desafios gerados pela pandemia?.....	116
Figura 32 – Ainda sobre questões relacionadas à pandemia e seus desafios.....	117
Figura 33 – Considerações finais.....	118
Figura 34 – Referências bibliográficas.....	119
Figura 35 – Outras referências bibliográficas.....	120

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Visão geral de oferta de cursos PROEJA Integrado

Tabela 2 – Ensino Médio Integrado – EMI em nível nacional de Eficiência Acadêmica

Tabela 3 – PROEJA Integrado em nível nacional de Eficiência Acadêmica

Tabela 4 – Ensino Médio Integrado – EMI no Estado do Rio de Janeiro em Eficiência Acadêmica

Tabela 5 – PROEJA Integrado no Estado do Rio de Janeiro em Eficiência Acadêmica

Tabela 6 – Ensino Médio Integrado – EMI no Colégio Pedro II em Eficiência Acadêmica dos anos-base 2017, 2018 e 2019

Tabela 7 – PROEJA Integrado no Colégio Pedro II em Eficiência Acadêmica dos anos-base 2017, 2018 e 2019

Tabela 8 – Pesquisas acadêmicas sobre PROEJA e evasão escolar publicadas entre 2015 e 2020

Tabela 9 – Levantamento bibliográfico sobre evasão escolar no PROEJA

Tabela 10 – A compreensão das causas da evasão do PROEJA do CPII/Campus Centro

Tabela 11 – Quantitativo de evasão do PROEJA do CPII/Campus Centro, considerando todo o ciclo de matrícula

Tabela 12 – Caracterização dos alunos do PROEJA entrevistados que evadiram entre 2017 e 2019

Tabela 13 – Caracterização dos docentes respondentes do PROEJA do CPII/Campus Centro

Tabela 14 – Metodologias utilizadas pelos professores no PROEJA

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEAA – Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CNER – Campanha Nacional de Educação Rural

CPIL – Colégio Pedro II

EMI – Ensino Médio Integrado

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

FUNDEB- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEA – Índice de Eficiência Acadêmica

IFBA – Instituto Federal da Bahia

IFRN – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

PANFLOR – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

PAS – Programa Alfabetização Solidária

PBA – Programa Brasil Alfabetizado

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PEJA – Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos

PNP – Plataforma Nilo Peçanha

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens, Educação, Qualificação e Ação Comunitária

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

RBE – Revista Brasileira de Educação

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da

Educação

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	19
1.1 Contexto de estudo.....	19
1.2 Objetivo geral.....	19
1.3 Objetivo específico.....	19
1.4 Problema de pesquisa.....	20
1.5 Hipótese.....	20
1.6 Justificativa.....	21
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	22
2.1 O percurso da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.....	22
2.2 O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA.....	30
2.3 O PROEJA no Colégio Pedro II.....	35
2.4 A evasão escolar no PROEJA: um desafio a ser superado.....	41
3 METODOLOGIA.....	52
3.1 Caracterização da pesquisa.....	52
3.2 Instrumentos de coleta de dados.....	54
3.3 O processo de recolhimento de dados.....	55
3.4 Caracterização da população.....	57
4 ANÁLISE DOS DADOS.....	59
4.1 Caracterização dos estudantes do PROEJA do CPII/Campus Centro entrevistados.....	61
4.2 Caracterização dos professores do PROEJA do CPII/Campus Centro.....	65
4.3 Motivos que levaram esses estudantes ao PROEJA do CPII/Campus Centro.....	68
4.4 A compreensão da evasão no PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro.....	70
4.4.1 Fatores Socioeconômicos.....	71
4.4.2 Fatores Intraescolares.....	76
5 PRODUTO EDUCACIONAL.....	86
5.1 Desenho do produto educacional.....	86
5.1.1 Capa.....	87

5.1.2 Contracapa.....	88
5.1.3 Apresentação.....	89
5.1.4 Sumário.....	90
5.1.5 O que é a EJA? O que é o PROEJA?.....	91
5.1.6 Informações sobre o PROEJA.....	92
5.1.7 Documento Base.....	93
5.1.8 Citação do Documento Base.....	94
5.1.9 Quem é o público do PROEJA?.....	95
5.1.10 O PROEJA no Colégio Pedro II: uma visão geral.....	96
5.1.11 Quais unidades do CII oferecem o PROEJA? Quais são os cursos?.....	97
5.1.12 Informações do PROEJA no CII.....	98
5.1.13 Evasão escolar: o maior desafio a ser superado no PROEJA.....	99
5.1.14 Dados da evasão no PROEJA do CII.....	100
5.1.15 Dados de evasão no PROEJA do CII/Campus Centro por ciclo de matrícula.....	101
5.1.16 Fatores socioeconômicos.....	102
5.1.17 – Fatores intraescolares.....	103
5.1.18 – Propostas e estratégias para o acompanhamento do discente do PROEJA.....	104
5.1.19 Maior divulgação do PROEJA do CII.....	105
5.1.20 O acolhimento dos estudantes.....	106
5.1.21 Outras informações sobre o acolhimento.....	107
5.1.22 Tratamento dos dados do PROEJA.....	108
5.1.23 Informações sobre o tratamento dos dados referentes ao PROEJA no site do CII.....	109
5.1.24 Mais informações acerca dos dados do PROEJA.....	110
5.1.25 Planejamento de ações para reduzir as dificuldades de aprendizagem dos alunos ingressantes no PROEJA.....	111
5.1.26 Mais informações acerca das dificuldades de aprendizagem dos alunos ingressantes no PROEJA.....	112
5.1.27 Incentivar e oferecer aos docentes a formação continuada e voltada para o ensino na EJA.....	113
5.1.28 Mais informações sobre incentivar e oferecer aos docentes a formação continuada e voltada para o ensino na EJA.....	114

5.1.29 Considerar as características específicas do PROEJA.....	115
5.1.30 Mais informações sobre considerar as características específicas do PROEJA.....	116
5.1.31 – E quanto aos desafios gerados pela pandemia?.....	117
5.1.32 – Ainda sobre questões relacionadas à pandemia e seus desafios.....	118
5.1.33 – Considerações finais.....	119
5.1.34 – Referências bibliográficas.....	120
5.1.35 – Outras referências bibliográficas.....	121
5.2 Questionário de avaliação do produto educacional aplicado aos profissionais atuantes no PROEJA do CPII/Campus Centro.....	122
6 CONCLUSÕES.....	125
REFERÊNCIAS.....	128
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA DOS ESTUDANTES.....	136
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DOS PROFESSORES.....	138
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA OS PROFISSIONAIS DO PROEJA.....	140
APÊNDICE D – TCLE ALUNO DO PROEJA.....	141
APÊNDICE E – TCLE PROFESSOR PROEJA.....	143
APÊNDICE F – TCLE PROFISSIONAL PROEJA.....	145
APÊNDICE G – PARECER DE PESQUISA	147

1 INTRODUÇÃO

O PROEJA é o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos e tem como objetivo não só ser uma oportunidade para que jovens e adultos tenham acesso à educação básica, mas também (como modalidade articulada à EPT) tem a finalidade de ser um meio que possibilita a inserção desses indivíduos no mundo do trabalho através da oferta de uma formação profissional.

No entanto, o PROEJA tem apresentado muitos desafios ainda não superados, sendo a evasão escolar um dos maiores destes, visto que as taxas de ocorrência no país são alarmantes. Em 2018, o PROEJA teve, por ciclo acadêmico, 66,37% de evasão no âmbito nacional; no Estado do Rio de Janeiro apresentou o total de 63,50%; e no Colégio Pedro II a taxa foi de 40,40% (dados do relatório da Plataforma Nilo Peçanha apresentado em 2019, com base nos dados do ano-letivo de 2018). São índices altos quando comparados às demais modalidades de ensino e, por isso, geram questionamentos sobre quais motivos interferem na decisão de alunos a abandonarem a escola e sobre quais medidas podem ser tomadas na tentativa de reduzir ou (quem sabe) extinguir esse problema.

Diante dessa realidade, percebemos a necessidade de realizarmos esta pesquisa a fim de identificarmos e compreendermos as principais causas que ocasionam a evasão dos alunos do PROEJA, tendo o Colégio Pedro II/Campus Centro como local de pesquisa. Para tanto, foi fundamental empreendermos uma análise dos principais estudos que têm sido desenvolvidos sobre o tema da evasão escolar, bem como os pareceres, decretos e políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos com ênfase no PROEJA. Além disso, através da pesquisa de campo, foi necessário fazermos um levantamento dos dados dos alunos que evadiram o PROEJA da instituição supracitada entre 2017 e 2019 para que os mesmos, juntamente com os docentes desta instituição, pudessem ser convidados para participarem da pesquisa.

Sabemos da existência de uma série de fatores motivacionais que levam alunos a ingressarem no PROEJA, como a busca por uma maior qualificação para o mercado de trabalho, a oportunidade de estudar em um Instituto Federal e o desejo de adquirir novos conhecimentos. Mas pesquisas apontam que, ao longo do curso, esses estudantes acabam enfrentando vários problemas de ordem pessoal, familiar,

social e econômica que dificultam a sua permanência na escola.

Daí a necessidade de termos um olhar multidimensional em relação ao PROEJA, tendo em vista a formação integral e omnilateral do sujeito, uma concepção de formação humana, como propõe Ramos (2017), que visa à integração de todas as dimensões da vida: o trabalho, a ciência e a cultura no processo formativo. Além disso, não se pode admitir que a educação profissional seja planejada e desenvolvida simplesmente para atender as necessidades mercadológicas, que priorizam os interesses da produção e não os dos trabalhadores, mas que reconheça o trabalho como princípio educativo e considere os alunos como sujeitos que produzem a sua existência sob relações desiguais e contraditórias.

Portanto, a fim de melhor organizarmos as ideias aqui apresentadas, dividimos este trabalho em 6 (seis) partes principais. A primeira parte é destinada à introdução, com a apresentação do contexto do estudo, dos objetivos gerais e específicos, do problema da pesquisa, da hipótese e da justificativa.

A segunda parte, por sua vez, apresenta o referencial teórico, com as bases epistemológicas e os enfoques teóricos desta pesquisa, divididos em quatro seções, que tratam respectivamente das seguintes questões: o percurso da educação de jovens e adultos no Brasil no contexto das políticas públicas, a partir da obra de autores como Sérgio Haddad, Maria Clara Di Pierro, Dermeval Saviani e Miguel Arroyo; o PROEJA, tendo como fundamento o seu Documento Base, e os estudos de autores que abordam aspectos importantes sobre a Educação Profissional e Tecnológica integrada à Educação de Jovens e Adultos, como Marise Nogueira Ramos; o PROEJA no Colégio Pedro II, a partir de trabalhos que tratam sobre essa questão, como a dissertação de Anderson José Lisboa Baptista, defendida em 2014 no Programa de pós-graduação da UFF; o livro comemorativo pelos 180 anos do Colégio Pedro II publicado em 2018; e ainda as informações presentes no próprio site da instituição; e a evasão escolar no PROEJA tomando por base autores como as pesquisadoras Dore e Lüscher e Diniz, bem como os índices de evasão no PROEJA apresentados na Plataforma Nilo Peçanha.

Na parte 3 (três) está a metodologia utilizada nesta pesquisa, a qual descreve a caracterização da pesquisa, os instrumentos de coleta de dados, o processo da coleta de dados e a caracterização da população. Trata-se de um estudo de caso de cunho descritivo explicativo, com enfoque qualitativo e delineamento de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A realização da análise bibliográfica se deu por

meio de livros, artigos científicos, revistas acadêmicas, dissertações e teses. Para a coleta de dados foram utilizados documentos, registros em arquivos, entrevistas semiestruturadas e questionário semiaberto. Os sujeitos participantes desta pesquisa foram alunos evadidos do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro entre os anos de 2017 e 2019, bem como os professores que atuam nesta modalidade da instituição de ensino mencionada.

O capítulo 4 traz a análise dos dados com os resultados da pesquisa de campo gerados pelas entrevistas realizadas com os estudantes que evadiram do PROEJA do CPEI/Campus Centro, entre 2017 e 2019, e pelos questionários respondidos pelos docentes dessa mesma instituição. Para tanto, recorreu-se à análise de conteúdo Bardin (2011), aplicada à análise de dados qualitativos, o que permite a elaboração de categorias com unidades de análise de acordo com os objetivos traçados para a pesquisa.

Temos ainda o capítulo 5, destinado à apresentação do produto educacional vinculado à esta pesquisa, elaborado a partir do embasamento teórico e da análise dos dados: um plano de acompanhamento do discente do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro, no qual são apresentadas propostas e estratégias pedagógicas que objetivam a prevenção da evasão escolar nessa modalidade de ensino. Finalmente, o capítulo dedicado às considerações finais traz as principais percepções desenvolvidas com a realização desta pesquisa.

1.1 Contexto do estudo

A pesquisa foi realizada no PROEJA do Colégio Pedro II, do Campus Centro, especificamente com alunos que evadiram entre os anos de 2017 e 2019, professores e demais profissionais dessa modalidade de ensino da instituição.

1.2 Objetivo Geral

Identificar e analisar as principais causas que ocasionam a evasão escolar dos alunos do PROEJA, do Colégio Pedro II/Campus Centro.

1.3 Objetivos Específicos

- Falar da educação de jovens e adultos no Brasil no contexto das políticas públicas;
- Descrever o PROEJA a partir do Documento Base;

- Apresentar a evasão escolar como um dos principais desafios do PROEJA;
- Apresentar os índices de evasão escolar no PROEJA do CPII/Campus Centro nos anos de 2017, 2018 e 2019, acessando a Plataforma Nilo Peçanha.
- Fazer um levantamento dos dados dos alunos que evadiram o PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro, entre os anos de 2017 e 2019 para identificá-los e convidá-los a participarem da pesquisa;
- Entrevistar os alunos evadidos do PROEJA entre 2017 e 2019 e aplicar um questionário aos professores do CPII/Campus Centro;
- Compreender a evasão escolar nessa modalidade de ensino a partir das percepções dos alunos evadidos e dos professores da instituição;
- Elaborar um Plano de Acompanhamento do discente do PROEJA do Colégio Pedro II (como produto educacional) com propostas pedagógicas para fins de prevenção da evasão escolar no PROEJA, a partir dos dados coletados no campo de pesquisa;
- Analisar os resultados da pesquisa.

1.4 Problema de pesquisa

Por que alunos do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro tem evadido a escola?

1.5 Hipótese

A evasão escolar é um dos principais obstáculos para o êxito da política pública do PROEJA em EPT. Sendo assim, investigar e compreender as causas que ocasionam esse fenômeno é imprescindível para a elaboração e apresentação de subsídios aos educadores que atuam nesta modalidade, tendo em vista a prevenção e o enfrentamento do problema, através de dados e do caráter prescritivo do produto final de pesquisa.

1.6 Justificativa

O Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) é uma política pública para promover a integração entre educação básica e educação profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), instituído no âmbito federal pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Através do PROEJA, muitos que

abandonaram seus estudos se esforçam para voltar aos bancos escolares a fim de concluí-los, tendo ainda a oportunidade de adquirir uma formação profissional e técnica em um instituto federal.

No entanto, os índices de evasão nas escolas que atendem alunos do PROEJA são relativamente altos se comparados às demais modalidades de ensino, como o Ensino Médio Integrado diurno, por exemplo. Isso nos faz refletir sobre a necessidade de realizarmos uma pesquisa que busque investigar e analisar o que tem ocasionado a saída desses alunos do PROEJA sem concluírem seu curso, uma vez que, tendo essas informações, será possível a elaboração de ferramentas que, de fato, atendam às necessidades desse público específico da educação.

Em 2017, tivemos a oportunidade de trabalhar, como professora de Língua Portuguesa, no PEJA (Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos), de uma escola da rede municipal do Rio de Janeiro, no bairro de Sepetiba. O PEJA é um programa destinado a pessoas com quinze anos ou mais que ainda não completaram o ensino fundamental ou médio. Essa experiência nos apresentou um dos maiores desafios enfrentados na EJA: a evasão escolar, e foi na tentativa de elaborarmos estratégias para melhor atendermos as especificidades dos alunos jovens e adultos que passamos a buscar cursos de aperfeiçoamento e formação continuada em EJA.

Dois anos depois, ao ingressarmos no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), observamos, através dos índices apresentados na Plataforma Nilo Peçanha, que a evasão escolar é um desafio a ser superado também na Educação Profissional e Tecnológica integrada à Educação de Jovens e Adultos e foi a partir de então que percebemos a necessidade de realizarmos uma pesquisa sobre o que tem levados tantos alunos ao caminho da evasão escolar no PROEJA.

Além disso, o tema aqui apresentado tem sido abordado com mais ênfase nos níveis fundamental e médio, sendo que ainda são poucas as pesquisas que tratam especificamente sobre a evasão no PROEJA do Colégio Pedro II. Portanto, justifica-se esta investigação a partir das especificidades de uma dada realidade a ser estudada: a do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O percurso da Educação de Jovens e Adultos no Brasil

As desigualdades sociais e a educação se relacionam de forma recíproca. As desigualdades afetam significativamente o acesso e a permanência da população mais pobre à educação no país. Simultaneamente, a educação praticada ao longo de nossa história ampliou as diferenças, excluindo da escolarização aqueles que precisavam trabalhar ou que apresentavam as mais diversas dificuldades de aprendizado.

Por esse motivo, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) não é um projeto político qualquer, mas a representação de uma dívida social para com aqueles que não tiveram acesso à educação e a bens sociais, na escola ou fora dela. Mas, conforme afirma Ramos (2017, p.50), “É preciso ter uma visão crítica da dívida social contraída pela exclusão e restrição das massas trabalhadoras ao direito universal e subjetivo de educar-se”, pois há tanto questões “no plano das necessidades de reprodução do capital – como questão econômica – quanto no plano dos direitos e da emancipação do homem que vive nas sociedades ocidentais contemporâneas – como questão de cidadania.”

Os projetos que envolvem a Educação de Jovens e Adultos incluem metas relativas à redução das taxas de analfabetismo, além da expansão dos serviços de educação básica e capacitação profissional desse público específico e numeroso (de acordo com o Censo Escolar de 2018 divulgado pelo INEP foram 3,5 milhões de matrículas em 2018), com avaliação sobre seus impactos sociais.

A partir das ideias supracitadas, podemos afirmar que compreender o processo histórico da EJA no contexto das políticas públicas no Brasil é imprescindível para conceber o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA), uma vez que a EJA, ao longo de seu percurso histórico, tem sido marcada por políticas públicas insuficientes, normalmente associadas a ações descontextualizadas e descontínuas que dificultam o cumprimento dos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 para a educação. É o que pondera Arroyo (2005, p. 20) ao afirmar que a educação de jovens e adultos é marcada por “indefinição, voluntarismo, campanhas emergenciais, soluções conjunturais”.

Recuperando o período colonial, Haddad e Di Pierro (2000) observam que as

ações pertinentes à EJA estiveram presentes por meio da escolarização, especialmente, dos povos indígenas, a partir da ação dos padres jesuítas, que tinham como principal intenção a propagação da fé católica:

A ação educativa junto a adolescentes e adultos no Brasil não é nova. Sabe-se que já no período colonial os religiosos exerciam sua ação educativa missionária em grande parte com adultos. Além de difundir o evangelho, tais educadores transmitiam normas de comportamento e ensinavam os ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial, inicialmente aos indígenas e, posteriormente, aos escravos negros. Mais tarde, se encarregaram das escolas de humanidades para os colonizadores e seus filhos (HADDAD & DI PIERRO, 2000, p.108 e 109).

A fim de atender os pressupostos da elite europeia, os ensinamentos jesuítas disciplinavam “a população nativa (gentios) e os filhos dos colonos, através da domesticação, da repressão cultural e religiosa” (FREIRE, 1993, p.33). Primeiramente, esse ensino foi desenvolvido com os índios, visto que os colonizadores necessitavam da mão de obra destes para a lavoura e para o extrativismo, posteriormente, essa educação foi desenvolvida com os filhos dos proprietários de terras, que se formavam para atuarem na ordem religiosa ou para darem continuidade aos seus estudos nas universidades da Europa.

No período colonial, o ensino passou por diversas fases, no entanto, ainda assim:

[...] prosseguia a doutrina cristã, a escola de ler e escrever e, opcionalmente, canto orfeônico e música instrumental; e culminava, de um lado, com o aprendizado profissional e agrícola, preparação para a mão de obra e de outro lado, com a gramática latina para aqueles que se destinavam à realização de estudos superiores na Europa. (SAVIANI, 2007, p. 43)

Dessa maneira, de acordo com Saviani (2007), desde o período colonial, é possível constatar uma dualidade do ensino, que até hoje se evidencia na educação brasileira: uma educação para a elite, desvinculada do processo produtivo; e outra para a formação de mão de obra, que é destinada às camadas populares menos favorecidas.

Após a Independência do Brasil, em 1822, foi outorgada a Constituição Brasileira de 1824 que normatizava: “a instrução primária gratuita para todos os cidadãos” (SAVIANI, 2007, p. 123). Nesse momento, houve iniciativas estatais para a criação de instituições públicas para o nível superior e o ensino secundário. No entanto, segundo Haddad e Di Pierro (2000), na prática, tais estabelecimentos de ensino limitaram-se à instrução da elite e pouco foi feito pela educação popular de jovens e adultos.

Apesar disso, no Brasil, o discurso em favor da educação popular é antigo, precedendo a Proclamação da República. Ainda assim, foi somente em 1881 que a escolarização se tornou critério para o progresso social, a partir da Lei Saraiva, que fora incluída na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891. Essa lei manteve o sistema de voto censitário da Constituição de 1824 e acrescentou a exclusão dos considerados analfabetos do sistema eleitoral, assim o voto e a candidatura eram limitados aos que dominavam a leitura e a escrita, e não apenas pela renda, como ocorria anteriormente. De acordo com Paiva (1983), essa realidade trouxe à tona um grave problema da educação brasileira: os altos índices de analfabetismo no país¹.

O início do período republicano no Brasil não trouxe mudanças significativas para a educação brasileira, mantendo o modelo de formação para os níveis superiores que privilegiava a classe dominante em detrimento da classe popular. Esta última era constituída por “jovens e adultos pobres, desempregados, na economia informal, negros, nos limites da sobrevivência” (SAVIANI, 2007, p.29).

Com o desenvolvimento industrial, iniciou-se no século XX um processo lento, mas gradativo, de valorização da educação de adultos, objetivando vencer o analfabetismo que, de acordo com os dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), abrangia 65% da população acima de 15 anos na década de 1920. Esse problema foi considerado na época como causa do subdesenvolvimento do país. Foi então que a educação deu ênfase maior à alfabetização da população com conhecimentos limitados à leitura e escrita e, de acordo com Medeiros (2005, p. 2) com “ações educativas esparsas, e pouco significativas, voltadas aos jovens e adultos”.

A partir da década de 1930, com o processo de industrialização no país, o capital passa a ser empregado com maior ênfase nesse setor, cuja expansão e diversificação tornam-se fundamentais para o crescimento econômico do país. A partir desse momento, migra-se de “uma sociedade agrário-comercial para uma sociedade urbano-industrial com predominância do modo capitalista de produção” (MANFREDI, 1981, p. 27), resultando na necessidade, cada vez maior, de mão de obra qualificada dos trabalhadores para a execução de novas técnicas de produção industrial, fato

¹ No primeiro Censo brasileiro, realizado em 1872, constatou-se que 82,3% da população era analfabeta, situação esta que se mantém inalterada pelo menos até o segundo Censo, realizado em 1890, que apontou o índice de 82,6% (FERRARO e KREIDLOW, 2004, p. 182).

esse que demandou investimentos na formação profissional da classe trabalhadora.

Dessa maneira, com o intuito de se obter mão de obra minimamente qualificada para atuar na indústria e reduzir os altos índices de analfabetismo, a Constituição Federal de 1934, em seu artigo 150, estabeleceu como competência da União: "[...] fixar o Plano Nacional de Educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e de coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País". (BRASIL, 1934, não paginado). O Plano Nacional de Educação de responsabilidade da União previu, entre suas normas, o ensino primário integral gratuito de frequência obrigatória, extensivo às pessoas adultas.

Na década de 1940, cerca de 62% da população brasileira ainda era analfabeta (IBGE, 2000), fato esse que levou o governo federal a promover campanhas nacionais de alfabetização em massa. Entre essas campanhas, Fávero e Freitas (2011) destacam a Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) e a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), as quais tinham a finalidade de levar educação básica para os brasileiros analfabetos dos centros urbanos e das zonas rurais e, assim, reduzir as taxas de analfabetismo e de conseguir recursos humanos para atender as demandas do setor industrial.

Em 1958, acontece o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, com o objetivo de discutir,

O problema da educação de adultos em seus múltiplos aspectos, visando seu aperfeiçoamento, [...] bem como estudar, as finalidades, formas e aspectos sociais da educação dos adultos, seus problemas de organização e administração, além dos métodos e processos pedagógicos mais adequados a esse tipo de educação. (PAIVA, 1983, p. 207).

Dessa maneira, o final da década de 1950 e início dos anos de 1960 foram marcados pelas iniciativas populares e governamentais, que se caracterizaram como promissoras para a educação de jovens e adultos, tendo como principal referência o educador Paulo Freire. Segundo Oliveira e Leite (2012), Paulo Freire desconstrói o pensamento de que o adulto analfabeto não tinha conhecimento pelo fato de não saber ler e escrever, ao reconhecer a cultura e saberes desses adultos, defendendo que o fracasso no seu processo de escolarização estava na inadequação das propostas pedagógicas. Logo, Freire (2000) defendia a ideia de que a educação só teria êxito se a prática pedagógica fosse elaborada a partir dos conhecimentos que o educando já possuía., porque, para ele, a educação não poderia ser pensada como mera transmissão de conhecimento, mas uma ferramenta que, a partir do diálogo,

capacitaria os sujeitos a fazerem a leitura não só das letras, mas do mundo.

Nesse contexto, houve uma imensa mobilização social em prol da Educação de Jovens e Adultos, pelos movimentos de educação e cultura popular e das ações governamentais. Em janeiro de 1964, o então Presidente da República João Goulart lançou o Plano Nacional de Alfabetização. A meta era a de que cinco milhões de brasileiros fossem alfabetizados até 1965, e o método de alfabetização desenvolvido por Paulo Freire foi escolhido para fundamentar esse plano, cujas estratégias propunham a alfabetização em 40 horas e caracterizavam superações em relação ao sistema tradicional. No entanto, segundo Saviani (2007), esse projeto não foi consolidado e as metas não foram alcançadas na sua totalidade, visto que, no mesmo ano, houve o Golpe Militar, que gerou uma ruptura dessa política de mobilização social e a interrupção dos movimentos de cultura e educação popular, sob a repressão do Estado autoritário.

De acordo com Saviani (2007), na Ditadura Militar, a prioridade era o desenvolvimento econômico, para tanto, implantou-se um modelo educacional mais apropriado para a formação de mão de obra, que atendesse aos padrões de exigência do modelo de industrialização adotado, legitimando uma educação de concepção tecnicista. Foi instalado, assim, um governo de repressão, que proibia os movimentos populares, perseguindo os seus líderes, intelectuais e educadores que disseminassem uma educação com concepções de transformação social.

Nesse cenário, os altos índices de analfabetismo ainda eram notórios no Brasil, o que gerou uma imagem negativa do país no contexto internacional e, conseqüentemente, houve pressão da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) para que políticas públicas fossem desenvolvidas a fim de se intervir no problema persistente do analfabetismo no Brasil. Foi assim que, em 1967, surgiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), sob o argumento de se combater o analfabetismo.

Segundo Romanelli (2005), o MOBRAL tinha como objetivo a alfabetização de adultos, com aprendizagem de técnicas básicas de leitura, escrita e cálculos. Uma alfabetização funcional, sem sentido crítico, sem uma formação humana e que não estava associada a uma discussão política. A autora ainda afirma que esse movimento serviu de cenário para defender os interesses do regime militar, controlar a população e disseminar a ideologia e valores do então governo, a partir de um modelo de ações centralizadas, desde sua organização, orientação, supervisão pedagógica e produção

de materiais didáticos. Segunda a mesma autora, embora alguns dos procedimentos do MOBREAL fossem semelhantes à concepção pedagógica de Paulo Freire, o processo de ensino e aprendizagem não possuía o enfoque problematizador e crítico, defendidos na perspectiva freireana.

Nesse mesmo período, em 1971, foi instituída a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, pela Lei nº. 5.692, que mudou a organização de ensino no Brasil, tornando a profissionalização universal e compulsória no ensino de 2º grau². Sobre essa política, Santos (2014), por sua vez, faz a seguinte afirmação:

Expressa na Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, pretensiosamente denominada Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º Graus, essa política consistiu na fusão dos ramos do 2o ciclo do ensino médio (na nomenclatura então vigente). Por determinação dessa lei, o ensino secundário, o ensino normal, o ensino técnico industrial, o ensino técnico comercial e o ensino agrotécnico fundiram-se. Todas as escolas deveriam oferecer somente cursos profissionais – então chamados de profissionalizantes – destinados a formar técnicos e auxiliares técnicos para as mais diversas atividades econômicas. Os cursos exclusivamente propedêuticos, como o antigo colegial (clássico e científico), não teriam mais lugar nesse nível de ensino. (SANTOS, 2014, p. 914 e 915).

De acordo com o autor supracitado, esse ensino apresentava-se sob influência de propostas tecnicistas voltadas à formação desses sujeitos para o trabalho manual. O mesmo autor ressalta que essa reforma foi defendida sob o argumento de acelerar o desenvolvimento econômico do país e a necessidade de mão de obra, entretanto, mais do que atender supostas necessidades do mercado, o que o então governo queria era reduzir a demanda por vagas no ensino superior, uma vez que concluindo o 2º grau profissionalizante, o aluno poderia considerar seus estudos concluídos para ingressar no mercado de trabalho.

Em relação à Educação de Jovens e Adultos, Lei nº. 5.692/71 trouxe expressiva difusão do Ensino Supletivo, cuja concepção restringia-se à educação compensatória, de reposição de conhecimentos àqueles que não estudaram na idade própria. Dessa forma, mais uma vez, reduzia-se o conceito de educação apenas às vivências escolares, desconsiderando as especificidades e experiências vividas pelos sujeitos.

Na década de 1980, o Brasil viveu o fim da ditadura militar e o início do processo de redemocratização. Nesse novo contexto, no ano de 1988, foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, que estabelecia no seu artigo 208, inciso I o seguinte: “educação básica obrigatória e gratuita, assegurada inclusive sua

² No governo Fernando Henrique Cardoso, ocorreu a apartação obrigatória entre os cursos de ensino médio de caráter geral e os cursos profissionais pelo Decreto n. 2.208/97.

oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”.

Essa perspectiva foi confirmada com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9.394/96), que apresentava a EJA como uma modalidade de ensino destinada àqueles que não puderam efetuar os estudos na idade própria, obrigando os sistemas de ensino público a oferecerem aos alunos jovens e adultos oportunidades educacionais adequadas às suas características, interesses e condições de vida. Dessa forma, a nova LDB trouxe como escopo a garantia de maior expressividade nas etapas do ensino fundamental e médio da EJA, modalidade que passou a ser compreendida em âmbito nacional.

A LDB/96, no Título III, Art. 4, Inciso VII, apresenta a EJA como uma modalidade da educação básica, “a oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola”. (BRASIL, 1996, não paginado). Também estabelece:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. Parágrafo 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. Parágrafo 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. (BRASIL, 1996, não paginado).

A LDB/96 e suas legislações complementares trouxeram uma nova realidade para a educação brasileira. Todavia, o governo da época de sua promulgação, o de Fernando Henrique Cardoso (FHC), não assumiu em sua totalidade as proposições da LDB/96, verificando-se nesse governo a falta de prioridade e obrigação do Estado para com a universalização da educação nacional, exceto para o ensino fundamental regular, que foi atendido quase na sua plenitude, mesmo com os questionamentos em relação à baixa qualidade de aprendizado, retenção, evasão e disparidade entre idade e série.

Os demais níveis e modalidades ficaram abandonados. Como mencionado anteriormente, as ações de implementação da EJA não se efetivaram conforme previsto na LDB/96, nem se confirmaram como prenunciadas nos compromissos de Educação para Todos reafirmados no Fórum Mundial de Dakar, em 2000, cujas metas

figuravam o contentamento das necessidades de aprendizagem de jovens e adultos e a redução do analfabetismo em 50%. Nesse sentido, afirma Di Pierro (2008, p. 09):

Por ser um dos nove países populosos que concentram os maiores contingentes de analfabetos do globo, o Brasil compôs o grupo de nações que receberam cooperação financeira internacional com vistas à Educação Para Todos. Os empréstimos concedidos pelo Banco Mundial, como de resto toda a política de melhoria da educação básica, foram focalizados no ensino fundamental de crianças e adolescentes, e não incidiram sobre as políticas de educação de jovens e adultos.

Não obstante, durante o governo FHC, foram instituídos alguns programas destinados ao atendimento educacional dos jovens e adultos: Programa Alfabetização Solidária (PAS), Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Nesse governo, o repasse dos recursos para a educação era baseado no número de matrículas efetuadas no ensino fundamental regular. Dessa maneira, não havendo investimentos para programas de alfabetização de Jovens e adultos, a responsabilidade da EJA foi deslocada para os Estados, Municípios e iniciativas da sociedade civil, limitando-se a uma política de formação ou requalificação profissional.

Em 2003, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, que foi reconhecido como o governo do povo, iniciou-se a implementação de significativas políticas públicas sociais e educacionais. O sistema educacional foi assumido com ações articuladas e integradas, em colaboração com os entes federados da União, Estados e Municípios, que buscaram ampliar e democratizar o acesso à educação em todos os níveis. O Governo Lula assinalou empreendimentos voltados para as políticas públicas da EJA com maior compromisso do que os governos anteriores.

Para viabilizar a garantia desses compromissos, foram instituídas políticas para a concretização do planejamento do novo governo. No que diz respeito à EJA destacaram o Programa Brasil Alfabetizado (PBA); o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA); o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, Educação, Qualificação e Ação Comunitária (PROJOVEM); o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e a Criação dos Institutos Federais.

Tendo em vista o recorte desta pesquisa, abordaremos especificamente sobre

o PROEJA, que foi instituído com o objetivo de elevar a escolaridade integrada à educação profissional como política de inclusão social de jovens e adultos. Esse programa originou-se do Decreto nº. 5.478, de 24 de junho de 2005, recebendo a denominação de Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos. Em 2006, o PROEJA sofreu alterações, através do Decreto nº. 5.840, passando a denominar-se Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

2.2 O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA

Através do Decreto nº 5.478/2005 (BRASIL, 2005), o Governo Federal instituiu o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA para a rede federal de ensino técnico profissional, o qual especificava o número de vagas e a carga horária dos cursos desta modalidade. Logo após a criação do PROEJA, professores e pesquisadores passaram a discutir esta nova modalidade de ensino e questionaram vários aspectos desse programa, propondo que este fosse ampliado para atender toda a educação básica.

Dessa forma, com o intuito de responder às inquietudes demonstradas quanto ao caráter compulsório (e outros aspectos) e em substituição ao Decreto anterior, o Governo Federal promulgou o Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006 (BRASIL, 2006a) e a partir de então o PROEJA passou a atender não só o Ensino Médio, mas o Ensino Fundamental também.

O Documento Base do PROEJA (2007) apresenta a situação da Educação de Jovens e Adultos no Brasil; as políticas públicas até então destinadas a este grupo; os desafios da implantação de uma política de integração da educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio na modalidade EJA; as concepções e os princípios acerca do programa; o projeto político-pedagógico integrado e questões referentes aos aspectos operacionais do programa.

Ao situar a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, o Documento Base do PROEJA ressalta a necessidade, cada vez maior, de se instaurar políticas públicas perenes destinadas a essa modalidade de ensino, tendo em vista a “sistematicidade de financiamento, previsão orçamentária com projeção de crescimento da oferta em

relação à demanda potencial e continuidade das ações políticas” (BRASIL, 2007, p. 10).

Assim, o PROEJA objetiva a sua consolidação para além de um programa, visando sua institucionalização como uma política pública de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de jovens e adultos, a fim de se evitar os fracassos e as discontinuidades dos projetos e propostas anteriores, de caráter efêmero, destinados à EJA nas décadas que antecederam o programa.

Dessa maneira, o PROEJA surgiu no sistema nacional de ensino, mostrando que não bastava apenas a realização de campanhas de erradicação do analfabetismo; era necessário formar cidadãos alfabetizados capazes de se posicionar no mundo do trabalho e que reconhecessem a si mesmos como parte e construtores da cultura e da sociedade, elevando a escolaridade com profissionalização no sentido de contribuir para a integração sociolaboral desses jovens e adultos que, por diversas razões, foram cerceados do direito de concluir a educação básica e de ter acesso a uma formação profissional de qualidade.

Diante desse desafio, o Documento Base defende para o PROEJA ações norteadas por princípios epistemológicos que visam:

a formação humana, no seu sentido lato, com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade socialmente justa. (BRASIL, 2007, p. 13).

O horizonte almejado é a formação na vida e para a vida, não devendo subsumir a formação cidadã exclusivamente à preparação para o mercado de trabalho, mas com o intuito de possibilitar que o indivíduo tenha a compreensão da realidade social, política, econômica, cultural e do mundo do trabalho, distanciando-se de uma formação voltada a atender somente às necessidades mercadológicas: “[...] abandona-se a perspectiva estreita de formação para o mercado de trabalho, para assumir a formação integral dos sujeitos, como forma de compreender e se compreender no mundo.” (BRASIL, 2007, p. 43).

Nessa perspectiva, Marise Nogueira Ramos observa que incorporar o trabalho na modalidade da EJA “sem submetê-la ao mercado e ao mito da empregabilidade” (RAMOS, 2010, p. 65) é ainda um desafio a ser superado, visto que, de acordo com a autora, há uma tendência de se reduzir a formação humana à formação profissional

e a educação básica à preparação instrumental para a educação profissional.

Por esse motivo, é necessário refletirmos sobre os fundamentos do que se tem idealizado atualmente como educação integrada, com atenção a algumas especificidades da educação de jovens e de adultos e ainda compreender que a educação básica com a educação profissional, por si só, não expressa a riqueza, a complexidade e o desafio da concepção de educação integrada que, por sua vez, tem como horizonte a formação politécnica e omnilateral dos trabalhadores. Assim, concordamos com Ramos (2017, p. 51, grifos da autora) quando afirma:

Se, por um lado, a educação restrita à dimensão econômica nega o princípio ontológico de que o homem, em relação com a natureza e com outros homens, constrói sua própria existência, a educação como questão de cidadania não pode ser concebida a despeito das relações sociais de produção e, portanto, descoladas do plano da política e da economia. É esta síntese o horizonte perseguido no resgate da educação como direito e como processo permanente de aprimoramento do homem em *todas as suas dimensões*: física, intelectual, psíquica e social. Um processo de aprimoramento humano que seja, efetivamente *omnilateral*.

Como exposto, o Documento Base pondera que o PROEJA não é uma política pública de educação e qualificação profissional que preceitua adaptar o trabalhador e prepará-lo de forma passiva e subordinada ao processo de acumulação da economia capitalista, mas voltada para a perspectiva da vivência de um processo crítico, emancipador e construtor de uma sociedade mais justa. Para tanto, novas diretrizes inseriram adequações no currículo e na implantação do programa, não mais se limitando à oferta de cursos de ensino médio integrada à educação profissional técnica de nível médio e não mais restrito ao âmbito das Instituições Federais de Educação Tecnológica, como ocorreu no primeiro Decreto do PROEJA, de 2005. Segundo o Documento Base, houve

Ampliação da abrangência, no que concerne ao nível de ensino, pela inclusão do ensino fundamental, e, em relação à origem das instituições que podem ser proponentes, pela admissão dos sistemas de ensino estaduais e municipais e entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional. (BRASIL, 2007, p.13).

Essas e outras mudanças implicaram em reestruturações da carga horária, passando a vigorar o mínimo de 1.400 para os cursos de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores; e para os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio o mínimo de 2.400 horas. A ampliação da oferta de vagas é outro aspecto da reestruturação pela qual passou o programa, a qual deve constar no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da instituição ofertante, cabendo às instituições a responsabilidade de reestruturação dos cursos ofertados, bem como a emissão de

certificados e diplomas.

Além disso, as instituições ofertantes dos cursos do PROEJA são também responsáveis por garantir, com validade nacional, certificação ao estudante que demonstrar, a qualquer tempo, aproveitamento em Cursos Profissionalizantes de Nível Médio. Essa certificação deverá ter legalidade tanto para fins de habilitação na respectiva área profissional quanto para atestar a conclusão do Ensino Médio, possibilitando o prosseguimento de estudos em nível superior (BRASIL, 2007).

Ao apresentar dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o Documento Base mostrou que o Brasil tinha 23.098.462 de jovens com idade entre 18 e 24 anos em 2002 e, conforme o Registro Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE, 2002), apenas 5.388.869 dos jovens nessa faixa etária possuíam emprego no mercado de trabalho formal. Além disso, segundo os dados apresentados pela PNAD (IBGE, 2003), ao se verificar a escolaridade desses brasileiros, foi possível constatar que cerca de 23 milhões possuíam apenas 11 anos de estudo. (BRASIL, 2007).

O PROEJA foi implementado com a proposta de abranger os espaços públicos da educação profissional; subsidiar a universalização da educação básica e reinserir no sistema escolar esse grande contingente de jovens e adultos excluídos do ensino regular, trazendo uma nova concepção para a EJA. Nessa perspectiva, esse programa aspira a uma política social inclusiva de potencialidades emancipatórias para jovens e adultos das classes populares, com ampliação das oportunidades para melhores condições de vida, bem como a diminuição das desigualdades existentes, mediante um ensino que esteja pautado em uma formação humana integral, tendo o trabalho como princípio educativo.

Na abordagem referente à importância da formação dos indivíduos ingressos no programa, o Documento Base explana:

A formação humana aqui tratada impõe produzir um arcabouço reflexivo que não atrele mecanicamente educação-economia, mas que expresse uma política pública de educação profissional integrada com a educação básica para jovens e adultos como direito, em um projeto nacional de desenvolvimento soberano, frente aos desafios de inclusão social e da globalização econômica. (BRASIL, 2007, p. 14).

Nessa perspectiva, no Documento Base também consta o Projeto Político Pedagógico Integrado que prevê especificamente para o PROEJA as possibilidades de articulação considerando as formas integrada e concomitante. Segundo o documento, esta última será admitida, excepcionalmente, quando a realidade da

instituição proponente assim o exigir, visto que há uma grande diversidade entre as instituições que executam esse programa.

No entanto, busca-se priorizar a forma integrada, traduzida por um currículo integrado, que pretende:

[...] uma integração epistemológica, de conteúdos, de metodologias e de práticas educativas. Refere-se a uma integração teoria-prática, entre o saber e o saber-fazer. Em relação ao currículo, pode ser traduzido em termos de integração entre uma formação humana mais geral, uma formação para o ensino médio e para a formação profissional. (BRASIL, 2007, p. 41).

Ainda sobre a organização curricular, o Documento Base dispõe que essa organização não está dada a priori, ou seja, é uma construção contínua, processual e coletiva, envolvendo todos os sujeitos que participam do programa. Nesse entendimento, o Documento Base elucida que:

[...] a EJA abre possibilidades de superação de modelos curriculares tradicionais, disciplinares e rígidos, possibilitando a desconstrução e construção de modelos curriculares e metodológicos, observando as necessidades de contextualização frente à realidade do educando, promovem a resignificação de seu cotidiano. Essa concepção permite a valorização dos saberes oriundos de outros processos, construídos e adquiridos fora dos espaços educacionais formais. (BRASIL, 2007, p. 48).

Diante do exposto, Machado (2006) destaca a importância de se considerar a pluralidade característica da EJA, visto se tratar de uma modalidade educativa específica que lida com diferentes sujeitos e diversas formas de aprendizagem. Para a autora, esse aspecto sugere a necessidade de tomar a especificidade da EJA como princípio metodológico primário do desenho e da organização curricular. Entretanto, ela ressalta que não se pode negligenciar as exigências didático-pedagógicas da Educação Profissional.

Além de tratar da questão do currículo integrado, o Documento Base ainda aborda aspectos operacionais do PROEJA, como a necessidade da formação continuada dos professores e gestores atuantes nessa modalidade, tendo em vista construir-se “um quadro de referência e a sistematização de concepções e práticas político-pedagógicas e metodológicas que orientem a continuidade do processo” (BRASIL, 2007, p. 60). Para tanto, essa exigência deve constar no plano de trabalho das instituições proponentes, cabendo à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) o estabelecimento de programas especiais para a formação de professores e gestores e para a pesquisa no campo da Educação de Jovens e Adultos.

Por fim, ressaltamos que o PROEJA é, pois, uma política inédita no Brasil,

trazendo diversas inovações nas reflexões e discussões até então realizadas acerca da Educação de Jovens e Adultos, além de estabelecer princípios e concepções para esta modalidade de ensino, que consideram a formação integral do indivíduo como o caminho para sua emancipação. No próximo item, trataremos desse programa especificamente no Colégio Pedro II.

2.3 O PROEJA no Colégio Pedro II

Desde a década de 1980, o Colégio Pedro II, oferta cursos técnicos aos que já eram seus alunos. De acordo com Santos (2018), a princípio, era apenas o Curso Técnico em Informática, ofertado no turno da noite da então Unidade Escolar São Cristóvão II para facilitar o cumprimento de estágio obrigatório durante o dia pelos estudantes. Com o Decreto nº 5.154/2004, que previa a oferta da educação profissional técnica de nível médio articulada ao ensino médio, reformulou-se o Curso Técnico de Informática, adequando-o à legislação que passou a ser oferecido também ao público externo na proporção de 50% das vagas, por meio de concurso. A partir de 2006, outros cursos de EPT diurnos foram criados.

Segundo Santos (2018), a evasão escolar, no ensino médio noturno, já era um problema no Colégio Pedro II (CPII) desde o final da década de 1990, causando um esvaziamento das unidades escolares neste turno. Quando foi publicado o Decreto nº 5.478, em 24 de junho de 2005, instituindo o PROEJA, o CPII adotou a modalidade, mesmo sem ter essa obrigatoriedade, pois ainda não era equiparado aos Institutos Federais, estes sim, deveriam implantar imediatamente o Programa de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na Modalidade de Jovens e Adultos.

Baptista (2014), em sua dissertação de mestrado, ao tecer uma análise da realidade do PROEJA no Colégio Pedro II, afirma que não existe uma resposta precisa para a decisão do CPII em adotar voluntariamente esse programa no ano de 2006. Segundo o autor, o que há de informações sobre a efetivação do programa na instituição são as falas do professor Gustavo (diretor geral no ano da implementação do PROEJA) e da professora Vera Maria (secretária de ensino na época) que atribuem a adesão ao programa ao fato de o colégio já ter uma atuação no ensino médio técnico e à tentativa de solucionar a plena ocupação das salas de aula e otimização dos custos de oferta de ensino.

Além disso, segundo os documentos oficiais do CPII, a criação do PROEJA

inserir-se em uma tentativa de “resgatar o curso noturno” (COLÉGIO PEDRO II, 2019, p. 119), algo que, não obstante, de bom grado para melhor aproveitamento da boa estrutura pedagógica e física que o colégio possui, revela a falta de aderência mais clara da instituição à política fomento ao ensino médio integrado entre os anos de 2006 e 2010.

Vale ressaltar que, até então, o CPIL não tinha uma experiência com a modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Logo, a chegada do PROEJA ao colégio representou um desafio, pois, segundo Baptista (2014), historicamente nessa instituição, por conta de seus rígidos processos de seleção, consolidou-se um estereótipo de alunos que se distinguem em muitos aspectos daqueles que costumam compor os quadros do público da EJA. Além disso, a própria educação profissional nunca foi a principal linha de atuação do colégio, que ficou tradicionalmente conhecido pelo ensino propedêutico.

Diante da disposição do Colégio Pedro II em participar do PROEJA, o Decreto 5.840/ 2006, revogou o Decreto anterior e incluiu o CPIL no conjunto das instituições federais que deveriam oferecer pelo menos 10% de suas vagas para essa modalidade de ensino:

Respondendo afirmativamente ao desafio histórico e social de se implementar um projeto de desenvolvimento nacional autossustentável e inclusivo, capaz de articular políticas públicas de trabalho e renda, educação, ciência e tecnologia, cultura e meio ambiente, identificadas e comprometidas com a maioria, o Colégio Pedro II, em agosto de 2006, acatou mais essa proposta lançada pelo Ministério da Educação, e deu início às primeiras turmas de PROEJA, que vieram a se formar ao final do primeiro semestre de 2009. (SANTOS, 2018, p. 226).

Assim, em 2006, foram abertas as primeiras vagas para cursos do PROEJA nas Unidades Centro, Engenho Novo II e Realengo para o Curso Técnico Integrado de Informática com ênfase na Montagem e Manutenção de Computadores. No ano seguinte, a Unidade Tijuca II também ofertou vagas desse mesmo curso na modalidade PROEJA. Em 2008, foi realizado um convênio com o CEFET/RJ para oferta do curso de Manutenção Automotiva, com projeto elaborado em conjunto pelas duas instituições. Apesar da inovação na rede federal de ensino, “esse curso foi extinto em 2014 por falta de procura.” (SANTOS, 2018, p. 226).

De acordo com Baptista (2014), a escolha dos cursos não levou em consideração os critérios da realidade local, e nem do mercado de trabalho, conforme estabelecido no art. 5º do Decreto nº 5.840/2006, que instituiu o PROEJA. Segundo o autor: “Observa-se que os cursos são sempre os que se denominam ‘para pobres’,

pois estes não teriam atribuições mais complexas, assim como não demandam, em certos casos, custo de instalação de oficinas e laboratórios.” (BAPTISTA, 2014, p. 65).

Entre os objetivos presentes no Estatuto do CPII, aprovado e publicado em 2012, encontramos o seguinte: “ministrar educação profissional técnica de nível médio, integrada à educação básica, para concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos, preservando o perfil de ensino humanístico da Instituição” (COLÉGIO PEDRO II, 2012a, artigo 5º, inciso II). Isso mostra que, com a chegada do PROEJA, o CPII assume na sua natureza institucional a educação de jovens e adultos. Todavia, percebe-se o cuidado de manter a tradição humanística do Colégio, conforme assinala o texto citado acima. Ou seja, embora atualmente faça parte da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e esteja experimentando uma diversificação do seu público, há uma preocupação de manutenção da identidade institucional, historicamente marcada por um ensino humanístico.

Conforme editais publicados em sua página eletrônica³, o Colégio Pedro II, em 2020, oferece 11 (onze) cursos de PROEJA assim divididos pelos Campi:

- **Centro:** com os cursos Técnico em Administração e Assistente Administrativo;
- **Duque de Caxias:** com os Cursos Técnico em Administração e Assistente Administrativo;
- **Engenho Novo II:** com os cursos Técnico em Administração e Assistente Administrativo;
- **Realengo II:** com os cursos Técnico em Administração, Assistente Administrativo e Técnico em Manutenção e Suporte em Informática e
- **Tijuca II:** com os cursos Técnico em Administração e Assistente Administrativo.

Ainda segundo esses editais, podemos verificar que os cursos possuem duração de três anos, exceto o curso de Assistente Administrativo que tem uma duração menor de dois anos, objetivando uma inserção mais rápida de obtenção da formação profissional, embora com uma titulação mais simples em relação ao curso de Técnico integrado em *Administração*;⁴ com isto, o estudante obterá uma formação

³ Disponíveis em: < <http://dhui.cp2.g12.br/>>. Acesso em 03 jun. 2020.

⁴ O curso de técnico em Administração pauta-se, além das normatizações internas do Colégio Pedro II, também por aquelas oriundas do Conselho Federal de Administração, visto que a conclusão de ambos origina o direito à inscrição do egresso na instância regional do supramencionado Conselho. Para

geral mais básica e conhecimentos profissionais mais restritos, porém com o fito de garantir uma formação profissional básica no campo da Administração para o aluno que optasse pela modalidade *assistente*⁵, com isto, o estudante obteria uma formação geral mais básica e conhecimentos profissionais mais restritos, porém com o objetivo de garantir uma formação profissional básica no campo da Administração para o aluno que optasse pela modalidade *assistente*.

No tocante ao ingresso no PROEJA, é necessário que o aluno tenha no mínimo 18 anos e já tenha concluído o Ensino Fundamental. As inscrições são realizadas pela internet, no site da instituição, na qual o estudante escolherá apenas um curso em um único campus. No caso de alunos sem acesso à internet, é possível realizar a inscrição nos Postos de Atendimento instalados no CPII em dias e horários informados no site do colégio. A seleção dos candidatos acontece em duas etapas: **Confirmação Presencial**, que se dá pelo comparecimento do candidato no dia e horário informados no Cartão de Confirmação; e **Sorteio Público**, que acontece no dia estabelecido no edital.⁶

O Colégio Pedro II define como ideal o seguinte perfil do egresso dos cursos vinculados à área de Administração, ministrados pelo PROEJA:

Executar operações administrativas relativas a protocolos e arquivos, confecção e expedição de documentos e controle de estoques, aplicar conceitos e modelos de gestão em funções administrativas e operar sistemas de informações gerenciais de pessoal e de materiais (COLÉGIO PEDRO II, 2018, p. 77).

De modo semelhante, o curso técnico integrado de *Manutenção e Suporte em Informática* apresenta o seguinte perfil do egresso:

Executar montagem, instalação e configuração de equipamentos de informática, instalar e configurar sistemas operacionais desktop e aplicativos, realizar manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de informática, periféricos e fontes chaveadas, instalar dispositivos de acesso à rede e realizar testes de conectividade, bem como realizar atendimento help-desk. (COLÉGIO PEDRO II, 2018, p. 78).

Dessa maneira, através do PROEJA, o CPII objetiva fornecer à sociedade um profissional capaz de exercer plenamente a ocupação escolhida, com as habilidades inerentes ao desempenho demandado pelo mundo do trabalho e concernentes às suas escolhas laborais.

detalhes ver: http://www.cp2.g12.br/ultimas_publicacoes/225-noticias/9436-com-novos-cursos,-ensino-t%C3%A9cnico-no-cpii-tem-aumento-de-matr%C3%ADculas.html. Acessado em 13/07/2020.

⁶Informações disponíveis em <cp2.g12.br>. Acesso em 03 jun. 2020.

O aspecto básico curricular inerente a todos os cursos técnicos ofertados na modalidade PROEJA são de articular a formação geral à técnica. Assim, os cursos em Administração buscam realizar:

A formação geral, que desenvolve os diferentes aspectos e potencialidades dos estudantes nas diferentes áreas do conhecimento; A formação técnica na preparação para o trabalho em empresas e organizações públicas e privadas com atuação em marketing, recursos humanos, logística, finanças e produção. (COLÉGIO PEDRO II, 2018, p. 77).

Por sua vez, o curso da área de Informática procura desenvolver:

A formação geral, que desenvolve os diferentes aspectos e potencialidades dos estudantes nas diferentes áreas do conhecimento; a formação técnica na preparação para o trabalho de prestação de serviço e manutenção de informática. (COLÉGIO PEDRO II, 2018, p. 78).

De acordo com o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) do CP II, em relação ao planejamento estratégico para o período 2019-2023, o Colégio Pedro II propõe um aumento no quantitativo de vagas disponibilizadas para o PROEJA, aumentando-se de 910 (ano letivo de 2019) para 1120 a partir do ano letivo de 2020, constituindo-se em uma das três premissas para o quadriênio iniciado em 2019, que tem:

[...] intenção de fortalecer o Ensino Médio Integrado e o Programa de Educação de Jovens e Adultos, com conseqüente aumento do número de matrículas. A abertura de novas modalidades de cursos técnicos está sendo planejada, assim como medidas de reorganização do Proeja, que já estão sendo efetivadas. Sendo assim, projetamos um aumento do número de vagas nesses cursos, embora cientes que o aumento do número de vagas não signifique maior procura ou maior número de matrículas (COLÉGIO PEDRO II, 2019, p. 92).⁷

Acessando o site oficial do Colégio Pedro II, observamos que especificamente sobre o PROEJA na instituição, a página *CP II em Números* não nos oferece dados que nos auxiliem na construção do perfil desse programa na instituição. Lá encontramos apenas dados generalizantes sobre o perfil discente como um todo, ou seja, o PROEJA não tem tratamento individualizado que evidenciem suas características próprias. O que nos permite concluir, sem muitas dúvidas, que quanto à produção de dados institucionais acerca da Educação profissional de Jovens e

⁷ As outras duas premissas são a ampliação da Educação Infantil, com a construção de prédios em novos campi para esta modalidade de ensino; e a consolidação da graduação, com a implantação das licenciaturas em Ciências Sociais, Filosofia, Geografia e História. Cf. PDI (2019, pp. 91-92). Disponível em <http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2019/Outubro/pdi/1.%20Plano%20de%20Desenvolvimento%20Institucional.pdf>. Acesso em 18/05/2020.

Adultos a instituição trata de forma bastante periférica o programa (apesar da relativa longevidade do mesmo).

Na aba *Perfil Discente* dessa página, somente a partir de 2016, temos informação sobre o PROEJA, mas estas, por sua vez, se restringem à faixa etária dos educandos. Na aba *Perfil Institucional*, há informações que poderiam nos dar uma melhor dimensão do funcionamento do PROEJA, como, por exemplo: Trancamento, Evasão e Repetência, mas traz dados globais de 2014 a 2018 que generalizam os índices para todos os segmentos, sem individualizar o caso específico do PROEJA.

Na aba *Efetivo Discente*, que trazem dados de 2014 a 2018, as informações se limitam ao quantitativo de alunos por ano e os Indicadores Acadêmicos, também, não se refere especificamente ao PROEJA. A falta de informações claras e específicas sobre um programa concebido com as funções “reparadora, equalizadora e qualificadora” no sentido de garantir o direito à educação de forma abrangente e que proporcione transformação social, nos faz indagar o propósito da instituição em ofertar PROEJA.

Podemos inferir que essa ausência de números consolidados acerca do PROEJA no Colégio Pedro II reflete a falta de clareza e organização da própria instituição quanto a sua presença na Educação de Jovens e Adultos. Modalidade essa marcada historicamente, no Brasil, por políticas educacionais compensatórias e nada equalizantes, reproduzindo, na maioria das vezes, o caráter dual da estrutura educacional brasileira, que tem oferecido para o público-alvo da EJA – quando não apenas o esforço de alfabetização de jovens e adultos – uma profissionalização de caráter tecnicista, marcada pela subsunção do trabalho ao capital.

Segundo Carvalho et al. (2017), ainda existe um modo excludente de lidar com a EJA que vem, ao longo da história, se perpetuando nas instituições escolares, mesmo que saibamos que a educação deve ter como prioridade a formação cidadã e a humanização dos sujeitos. Os autores ainda afirmam que um dos entraves que dificultam a permanência escolar dos estudantes da EJA é o fato da instituição de ensino não compreender e atender as especificidades desses sujeitos que, em sua maioria, passaram muitos anos afastados da escola e, ao retornarem, não são devidamente acolhidos pela mesma.

Infelizmente, o CPII não conseguiu engendrar, ainda, em sua cultura pedagógica institucional a *plena integração* entre a sua excelência propedêutica e humanista à formação profissional que preze pela omnilateralidade e pelo caráter

polivalente na formação dos sujeitos que demandam os cursos técnicos inseridos no PROEJA. Conforme destacado por Ramos (2012), a proposta da integração está além da mera inclusão de disciplinas técnicas no currículo, passa por um modelo pautado no trabalho como princípio educativo, e que proporciona uma formação geral, técnica e política.

Para tanto, faz-se necessário solucionar (ou reduzir) os altos níveis de evasão escolar no PROEJA dessa instituição. É importante ressaltar que esse problema não é uma exclusividade do CPII, visto ser um desafio a ser superado na modalidade PROEJA na rede federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Sendo a evasão uma das principais dificuldades para o êxito do PROEJA como uma política pública, o próximo item tratará especificamente dessa questão.

2.4 **A Evasão escolar no PROEJA: um desafio a ser superado**

A palavra evasão tem origem no latim *evasio* e nomeia o ato de evadir-se, de fuga, de escape, de saída, de subterfúgio, de abandonar algo, enfim, refere-se ao afastamento do ponto em que se encontra (FERREIRA, 2010). A partir dessas acepções, a evasão escolar pode ser definida como o ato de abandonar a escola antes da conclusão de uma série ou de um determinado curso. Consiste no ato ou processo de evadir, de fugir, de escapar ou esquivar-se dos compromissos assumidos ou por vir a assumir.

Nesse sentido, é possível verificar que o termo evasão refere-se ao abandono de uma instituição. Reinert e Gonçalves (2010) compartilham a ideia de que, em linhas gerais, a evasão escolar compreende o abandono da escola durante o período letivo, ou seja, o aluno se matricula, inicia suas atividades escolares, porém, em seguida deixa de frequentar a escola.

A evasão escolar está presente no cotidiano da maioria das instituições públicas de ensino do país, sendo um dos maiores desafios a ser superado inclusive no PROEJA no âmbito nacional, estadual e, especificamente, no Colégio Pedro II, onde os índices são relativamente altos quando comparados aos dados de evasão do Ensino Médio Integrado diurno, por exemplo. Logo, fazer o levantamento e a análise desses dados é um passo fundamental na tentativa de intervir nesse problema.

As pesquisas sobre a evasão escolar apontam para diversos fatores que contribuem para que estudantes abandonem os cursos antes da sua conclusão. Esse fenômeno se dá em todos os Estados, instituições e cursos, porém quando se trata

da Educação Profissional e Tecnológica, constatamos que é no PROEJA que os dados têm índices mais preocupantes.

Essa afirmação tem amparo nos índices apresentados pelo Ministério da Educação - MEC, que possui uma ferramenta de levantamento de dados junto à rede federal e que dá conta do movimento de acesso e permanência dos alunos nos cursos diversos ofertados pela rede federal, inclusive do PROEJA, denominada Plataforma Nilo Peçanha (PNP). A PNP, criada em 2017 pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), é um banco de dados que destina-se à coleta, tratamento e publicização dos números oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e apresenta informações sobre as unidades que a compõem, cursos, corpo docente, discente e técnico-administrativo, além de dados financeiros.

No relatório da PNP, apresentado em 2019⁸, com base nos dados relativos ao ano-letivo de 2018, enquanto o ensino médio integrado (EMI) teve uma taxa de evasão escolar de 9,7%, o PROEJA integrado⁹ teve 19,7% de evasão, num cenário nacional de oferta presencial. Se restringirmos a pesquisa ao Estado do Rio de Janeiro, o índice do ensino médio integrado passa para 6,8% e o do PROEJA integrado para 15,1%. Sendo que, no Rio de Janeiro, o Colégio Pedro II tem taxa de 23,2% de evasão escolar no PROEJA integrado contra 6,1% no Ensino Médio Integrado (EMI), por ano. Quando a análise é feita por ciclo de formação, ou seja, considerando toda a duração do curso, os números demonstram que a situação é mais grave, como veremos mais à frente.

Em levantamento de dados feito junto à Plataforma Nilo Peçanha (PNP) com os filtros de busca a) Modalidade: Educação Presencial; b) Tipo de Curso: Técnico e c) Tipo de Oferta: PROEJA Integrado, temos os seguintes resultados no âmbito nacional:

Tabela 1 - Visão Geral de oferta de cursos PROEJA Integrado

ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	UNIDADES	CURSOS	RELAÇÃO INSCRITOS/VAGAS	TAXA DE EVASÃO %
-----------------------	----------	--------	-------------------------	------------------

⁸ Disponível em <<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2019.html>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

⁹ A expressão “PROEJA Integrado” pode parecer redundante, porém, como exposto no item 2.2 do Referencial Teórico, o Documento Base prevê a oferta dos cursos PROEJA na forma integrada e concomitante, logo na Plataforma Nilo Peçanha há a necessidade de se especificar o tipo de oferta dos cursos do PROEJA.

GERAL	182	256	2,68	19,70%
IF'S	173	241	2,67	19,50%
CEFET MG	1	2	0,00	9,70%
ESCOLA TÉCNICA VINCULADA¹⁰	3	4	1,35	16,00%
CPII	5	9	3,47	23,20%

Fonte: Elaborada pela autora com dados da Plataforma Nilo Peçanha referentes ao ano de 2018.

Um índice importante a ser considerado é o índice de eficiência acadêmica (IEA). Seu cálculo avalia a capacidade da Rede Federal de atingir os resultados previstos em termos de “estudantes certificados” ou “com potencial de certificação” em relação à quantidade total de matrículas, a partir de um determinado ciclo, que considera o período/ano da matrícula. O IEA não reflete o nível de certificação do ciclo do curso (tempo de duração do curso), mas sim do ciclo de matrícula. É realizado através da seguinte fórmula: $IEA = X \text{ CONCLUINTES (estudantes que concluíram o curso com êxito e estão aptos a certificação) / Y FINALIZADOS (matrículas que foram finalizadas, independentemente do motivo, logo, o aluno pode ter concluído, evadido, se desligado ou se transferido) X 100}$.

Ao se considerar esse índice, também percebemos discrepâncias na comparação entre o Ensino Médio Integrado (EMI) e o PROEJA em níveis nacionais, como está demonstrado nas tabelas a seguir:

Tabela 2: Ensino Médio Integrado - EMI em nível nacional de Eficiência Acadêmica

EFICIÊNCIA ACADÊMICA % - EMI Nacional	GERAL	IF'S	CEFET	ESCOLA TÉCNICA VINCULADA	CPII
	61,50%	61,00%	67,00%	70,70%	77,20%
CONCLUSÃO CICLO	58,32%	57,78%	63,82%	68,97%	73,33%
EVASÃO CICLO	36,55%	37,02%	31,41%	28,57%	21,67%
RETENÇÃO CICLO	5,14%	5,20%	4,77%	2,46%	5,00%

Fonte: Elaborada pela autora com dados da Plataforma Nilo Peçanha referentes ao ano de 2018.

¹⁰ “Instituição de Ensino integrante da Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica - EPCT. Para efeitos desta Plataforma, cada escola técnica vinculada à universidade federal será compreendida como uma instituição.” (MOARES, 2018, p. 79)

Tabela 3: PROEJA Integrado em nível nacional de Eficiência Acadêmica

EFICIÊNCIA ACADÊMICA % - PROEJA Nacional	GERAL	IF'S	CEFET	ESCOLA TÉCNICA VINCULADA	CPII
	28,60%	28,10%	17,10%	25,50%	48,80%
CONCLUSÃO CICLO	26,60%	26,06%	15,91%	22,41%	46,99%
EVASÃO CICLO	66,37%	66,83%	77,27%	65,52%	49,40%
RETENÇÃO CICLO	7,04%	7,11%	6,82%	12,07%	3,61%

Fonte: Elaborada pela autora com dados da Plataforma Nilo Peçanha referentes ao ano de 2018.

Comparando as tabelas 2 e 3, em nível nacional, podemos verificar que os índices de **Evasão Escolar** vão de 36,55% no EMI para 66,37% no PROEJA. Quanto aos índices de **Conclusão** temos 58,32% para EMI e 26,60% para o PROEJA.

Analisando os índices apurados para o Estado do Rio de Janeiro, temos um cenário bem parecido com o cenário nacional, vejamos as tabelas abaixo:

Tabela 4: Ensino Médio Integrado - EMI no Estado do Rio de Janeiro em Eficiência Acadêmica.

EFICIÊNCIA ACADÊMICA % - EMI RJ	GERAL	IF'S	CEFET RJ	ESCOLA TÉCNICA VINCULADA	CPII
	59,70%	55,50%	64,00%	79,60%	77,20%
CONCLUSÃO CICLO	55,71%	52,34%	58,35%	78,72%	73,33%
EVASÃO CICLO	37,66%	42,03%	32,79%	20,21%	21,67%
RETENÇÃO CICLO	6,62%	5,63%	8,86%	1,06%	5,00%

Fonte: Elaborada pela autora com dados da Plataforma Nilo Peçanha referentes ao ano de 2018.

Tabela 5: PROEJA Integrado no Estado do Rio de Janeiro em Eficiência Acadêmica

EFICIÊNCIA ACADÊMICA % - PROEJA –RJ	GERAL	IF'S	CPII
	32,90%	20,70%	48,80%
CONCLUSÃO CICLO	31,11%	19,28%	46,99%
EVASÃO CICLO	63,50%	73,99%	40,40%
RETENÇÃO CICLO	5,40%	7,73%	3,61%

Fonte: Elaborada pela autora com dados da Plataforma Nilo Peçanha referentes ao ano de 2018.

Se compararmos os índices de Evasão Escolar na rede federal, no Estado do Rio de Janeiro, entre as modalidades EMI e PROEJA Integrado, verificamos que o índice quase dobra, passando de 37,66% no EMI para 63,50% no PROEJA Integrado. Acontece a mesma dinâmica em relação aos índices de Conclusão do Ciclo.

A seguir apresentaremos os índices de eficiência acadêmica, com a conclusão, evasão e retenção por ciclo de matrícula no EMI e no PROEJA do Colégio Pedro II, tomando por base dados de três anos seguidos, 2017, 2018 e 2019¹¹, disponíveis na PNP para fins de comparação:

Tabela 6 – Ensino Médio Integrado (EMI) no Colégio Pedro II em Eficiência Acadêmica dos anos-base 2017, 2018 e 2019

EMI/Colégio Pedro II	Ano-base 2017	Ano-base 2018	Ano-base 2019
Índice de Eficiência Acadêmica	88,0%	81,5%	80,6%
Conclusão Ciclo	88,00%	77,19%	66,94%
Evasão Ciclo	12,00%	17,54%	16,13%
Retenção Ciclo	0,00%	5,26%	16,94%

Fonte: Elaborada pela autora com dados da Plataforma Nilo Peçanha dos anos de 2017, 2018 e 2019.

Tabela 7 – PROEJA integrado no Colégio Pedro II em Eficiência Acadêmica dos anos-base 2017, 2018 e 2019

PROEJA/Colégio Pedro II	Ano-base 2017	Ano-base 2018	Ano-base 2019
Índice de Eficiência Acadêmica	36,4%	48,80%	42,4%
Conclusão Ciclo	35,71%	46,99%	38,58%
Evasão Ciclo	62,38%	49,40%	52,36%
Retenção Ciclo	1,90%	3,61%	9,06%

Fonte: Elaborada pela autora com dados da Plataforma Nilo Peçanha dos anos de 2017, 2018 e

¹¹ Disponível em <<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>>. Acesso em 03 jan. 2021.

2019.

Com os dados referentes ao PROEJA no quadro 7, observamos uma queda no índice de evasão por ciclo de matrícula entre 2017 e 2018 e, por conseguinte, o índice de conclusão por ciclo aumenta nesse período. No entanto, de 2018 para 2019, a conclusão por ciclo tem uma queda de 8,41% e a evasão volta a aumentar, reduzindo assim o índice de eficiência acadêmica. Apesar dos índices de evasão no PROEJA do CPII terem sofrido uma queda entre 2017 e 2019, eles ainda se mantêm em níveis bastante elevados, especialmente, se compararmos com os índices do Ensino Médio Integrado diurno (EMI) da mesma instituição, apresentados no quadro 6, que são de 12%, 17,54% e 16,13% para os anos base 2017, 2018 e 2019, respectivamente.

Conforme Dore e Lüscher (2011), a evasão escolar representa um dos maiores e mais preocupantes desafios do sistema educacional a ser superado, pois é fator de desequilíbrio, desarmonia e desajustes dos objetivos educacionais pretendidos. As autoras ainda ressaltam que o abandono escolar confronta-se com aquele preceito constitucional segundo o qual é direito da pessoa, além da oportunidade de acesso à escola, ter garantidas às condições de permanência nela.

As autoras salientam a importância de investigar as causas da evasão escolar para que, conhecendo os fatores que a influenciam, sejam propostos caminhos para o seu enfrentamento. Entretanto, de antemão relatam ser uma questão difícil de equacionar, uma vez que o fenômeno é influenciado por vários fatores ligados tanto ao estudante e sua família, quanto à escola e à comunidade na qual está inserido.

Sobre as causas da evasão, sabemos que não se trata de um motivo único e isolado, mas de uma série de fatores que nem sempre estão sob a responsabilidade exclusiva da escola. Sobre esses possíveis fatores que levam o aluno à evasão, Diniz (2015) aponta para duas vertentes principais: uma relacionada aos *fatores extraescolares* (de origem externa) e outra ligada aos *fatores intraescolares* (de origem pedagógica).

Em relação aos fatores extraescolares, a autora ressalta os de natureza socioeconômica. Entre eles estão as dificuldades financeiras, a urgência quanto à empregabilidade, problemas relacionados à organização familiar afetiva, a gravidez, a violência, a dificuldade de locomoção, o horário de trabalho incompatível com o horário das aulas, e em muitos casos a ausência absoluta de renda, que impede que o discente dê prosseguimento aos estudos.

A incompatibilidade entre horário de trabalho e horário do curso ofertado é também mencionado por Arroyo (2005) como um fator determinante para a evasão, sendo um obstáculo para a permanência na escola quando se refere ao aluno trabalhador. Esse ponto de vista é corroborado por Assis (2013) ao ressaltar que os fatores incompatibilidade entre a vida estudantil e a exigência do mundo do trabalho retratam a situação do estudante trabalhador que, muitas vezes, abandona os estudos em função da percepção de que as horas que tem disponíveis para os estudos são incompatíveis com as responsabilidades do trabalho.

Ao apresentarem algumas causas de evasão no ensino técnico em Minas Gerais, Lüscher e Dore (2011, p. 170) perceberam que a metodologia utilizada para identificar as razões do abandono privilegiou fatores relacionados ao estudante:

[...] É uma metodologia que considera, predominantemente, fatores individuais relacionados à decisão do aluno de abandonar a escola. No entanto, não se pode esquecer que o abandono, ou melhor, a evasão, é resultado de um processo complexo, no qual intervêm variáveis individuais, institucionais e sociais que devem ser compreendidas nas suas particularidades e nas suas inter-relações. Nesse sentido, a pesquisa sobre causas de abandono/evasão escolar deve incluir, necessariamente, além das motivações individuais, os fatores associados à esfera de competência e de atuação da instituição escolar como, por exemplo, as áreas tecnológicas em que os cursos são ofertados, as práticas pedagógicas, a programação das disciplinas, os programas de estágio e de outras práticas profissionais, os processos de avaliação, a formação docente, entre outros aspectos.

Tais proposições reforçam que questões ligadas aos estudantes têm sido consideradas sobremaneira no exame da evasão em detrimento de uma visão crítica acerca da situação da escola e da sociedade brasileira. As autoras corroboram a necessidade de considerar os fatores ligados não só ao indivíduo, mas também à escola, ao sistema de ensino e à esfera social mais ampla no exame do problema.

Nesse sentido, Diniz (2015) apresenta como fatores intraescolares os seguintes itens: currículo pouco atrativo e sem conexão com a realidade do aluno, carga horária extensiva, aulas tradicionais, sucessivas reprovações, práticas avaliativas ineficazes, ambiente escolar pouco estimulante, práticas pedagógicas ultrapassadas, distorção idade/série e ensino fundamental deficitário. Soma-se a isso, o excesso de disciplinas e seu grau de dificuldade, muitas vezes, imposto por professores que não diferenciam o público dos cursos regulares de ensino médio e médio integrado diurno, do público dos cursos noturnos, e todas as suas especificidades, ausência de conteúdos escolares entendidos como prévios, por conta de lacunas no aprendizado de conteúdos formais nas etapas anteriores de

escolarização.

Em relação às dificuldades com as disciplinas, Carvalho (1997) ressalta que tais dificuldades, geralmente, se vinculam às disciplinas de matemática e/ou português. Dessa forma, o autor propõe que o ensino dessas disciplinas ocorra de forma plena, visando o desenvolvimento das habilidades para a resolução de problemas do dia a dia, principalmente aqueles relacionados à vivência dos alunos. Corroborando com esse pensamento, Dantas e Almeida (2017, p. 130) reforçam “a necessidade de valorizar o espaço escolar como um espaço significativo de formação profissional, onde sejam privilegiados importantes momentos de troca e compartilhamento dos saberes de experiência entre os professores e alunos.”

Os fatores acima apresentados são os mais citados em pesquisas que trazem a temática da evasão escolar. Acessando as plataformas e os repositórios de trabalhos acadêmicos em busca de estudos envolvendo os descritores “PROEJA” e “evasão escolar” e a combinação de “Evasão escolar no PROEJA”, considerando um período de cinco anos, de 2015 a 2020, obtivemos as seguintes informações:

Tabela 8 - Pesquisas acadêmicas sobre PROEJA e Evasão Escolar publicadas entre 2015 e 2020

Tema pesquisado	Google Acadêmico	EduCapes	SciELO
PROEJA	5960	252	16
Evasão Escolar	17000	10170	57
Evasão Escolar no PROEJA	2570	1517	0

Fonte: Elaborada pela autora, com buscas realizadas entre os dias 01.11.2020 e 05.11.2020.

A partir desse levantamento bibliográfico, selecionamos cinco trabalhos sobre a evasão escolar no PROEJA cuja proposta e objetivos se aproximaram aos que foram traçados na presente pesquisa. Identificamos os autores, os objetivos, os principais fatores que levam à evasão e os participantes das pesquisas, conforme está exposto na tabela 9.

Tabela 9 - Levantamento bibliográfico sobre evasão escolar no PROEJA

Autor	Objetivo do estudo	Principais fatores que levam à evasão	Participantes do estudo

Cardoso (2018)	Identificar os obstáculos materiais e simbólicos que provocam a desistência de estudantes do ensino médio do PROEJA no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) - <i>Campus Natal Zona Norte</i> .	Trabalho; distância de percurso para a escola; constituição familiar; desestímulo; dificuldades de aprendizagem; baixa autoestima e discriminação.	Estudantes evadidos, docentes e gestores.
Guimarães (2019)	Identificar os motivos que levaram jovens e adultos a evadirem do curso técnico do PROEJA no IFSULDEMINAS – <i>Campus Passos</i> .	Trabalho; trajetórias escolares descontínuas e problemas de saúde.	Coordenador, docentes e estudantes evadidos
Souza (2019)	Verificar os fatores que contribuem para a evasão dos alunos do curso técnico em administração na modalidade PROEJA no Campus Gama do Instituto Federal de Brasília.	Dificuldade em conciliar o horário de trabalho com o horário dos cursos e dificuldades na aprendizagem.	Diretor geral, diretor de ensino, docentes e estudantes evadidos
Silva e Jorge (2018)	Identificar os sentidos e significados da experiência escolar e como se articulam às razões para permanecer ou desistir da escola nos cursos do PROEJA em escolas estaduais na cidade e região metropolitana de Curitiba/PR (2011 a 2012).	Trabalho docente e desinteresse dos estudantes.	Estudantes que permaneceram no curso.
Faria e Moura (2015)	Analisar as causas da desistência e os motivos da permanência de estudantes no curso técnico em eletrotécnica integrado ao ensino médio no âmbito do PROEJA do IFRN – <i>Campus Caicó</i>	Organização curricular; prática pedagógica docente; necessidade de trabalhar; dificuldade em conciliar trabalho, escola e família.	Estudantes desistentes, estudantes que permaneceram no curso, gestor e docente.

Fonte: Elaborada pela autora com buscas realizadas entre os dias 01.11.2020 e 05.11.2020.

Esse levantamento de pesquisas sobre a temática em questão foi realizado para corroborar com o que dizem os autores já citados neste trabalho acerca das possíveis causas para a evasão escolar. Como se pode observar os fatores extraescolares parecem predominar nas pesquisas apresentadas acima. As variantes “Trabalho”, “necessidade de trabalhar” e “dificuldade em conciliar trabalho, escola e família” são citadas em quatro dos cinco trabalhos acima. Esses fatores só não são mencionados na pesquisa de Silva e Jorge (2018) que foi a única que não teve estudantes evadidos como participantes. Entre esses fatores extraescolares

encontramos uma variante que ainda não havia sido mencionada até então nos trabalhos sobre o tema: “problemas de saúde”. Esse fator é mencionado por Guimarães (2019) ao entrevistar uma aluna que havia abandonado seu curso por precisar passar por algumas cirurgias em virtude de problemas de saúde e não conseguir cumprir o estágio obrigatório.

Entre os fatores intraescolares são citados a “organização curricular”, “trabalho docente” e a “prática pedagógica docente” por Silva e Jorge (2018) e Faria e Moura (2015). Com relação à organização curricular, Faria e Moura (2015), ressaltam que os estudantes que relataram esse aspecto se referiram à supremacia da carga horária das disciplinas propedêuticas, em detrimento das disciplinas técnicas. Já em relação à prática docente, em ambos os trabalhos os alunos entrevistados fizeram referência à metodologia de ensino inadequada, não compatível com o nível da turma, o ritmo excessivo de atividades em sala de aula e o despreparo dos professores para lecionar na modalidade EJA. Assim, os estudantes enfatizaram ser primordial uma formação específica para lecionar na EJA.

Além dos resultados apresentados no quadro acima, realizamos uma busca no catálogo da CAPES¹² de teses e dissertações, em 16/11/2020, com os critérios “área de conhecimento: educação”, “programa (de pós-graduação): Educação (história, política e sociedade)” e encontramos 809 resultados que versam sobre variados temas acerca do PROEJA, o que nos mostra que a pesquisa sobre a EJA na EPT é anterior ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Usando esses mesmos filtros somados aos descritores “PROEJA” e “Evasão”, encontramos uma dissertação de mestrado da pesquisadora Tânia M. D. Flores versando sobre os caminhos, contradições e consequências do PROEJA do IFBA/Campus Santo Amaro, apresentada à Universidade Federal de Sergipe.

Realizamos ainda o estado da arte sobre a EJA integrada à EPT na Revista Brasileira de Educação (RBE)¹³, tomando por base as publicações entre os anos de 2010 a 2020. Sobre essa temática, encontramos 17 (dezessete) trabalhos, em sua maioria artigos científicos, trazendo reflexões sobre a diversidade do público da EJA; a afirmação da educação como direito do trabalhador jovem e adulto; práticas de

¹² Disponível em <<https://educapes.capes.gov.br/>>. Acesso em 16 nov. 2020.

¹³ Publicação em fluxo contínuo da ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), circula no meio acadêmico desde 1995. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/site/rbe>>. Acesso em 05 jun 2020.

ensino pensadas especificamente para o público da EJA; os desafios da alfabetização na EJA; a educação e a profissionalização como condições fundamentais para a reinserção social do indivíduo encarcerado; memórias e fatos relevantes do percurso histórico da EJA integrada à EPT no Brasil; a valorização da experiência profissional pelo trabalhador jovem e adulto; uma visão da EJA em outros países, como Portugal e Chile.

Em contrapartida, entre 2010 e 2020, encontramos somente 1 (uma) publicação nessa revista que tratasse de forma mais específica sobre o PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos), suas características e sua implantação no Brasil pelo decreto nº 5.840, de 2006, esta publicação aparece no volume 25 da RBE, de 2020. Essa escassez de trabalhos abordando o PROEJA de forma mais direta pode representar uma lacuna existente na produção acadêmica e científica da EJA integrada à EPT na RBE. Outra lacuna identificada nas publicações da revista, a partir do recorte feito para a realização da presente pesquisa, refere-se à ausência de trabalhos que tratem, de uma forma mais direta e específica, acerca da evasão escolar no PROEJA, o que comprova mais uma vez a necessidade de se realizar pesquisas semelhantes a que objetivamos fazer no presente estudo.

A partir das pesquisas aqui apresentadas, percebe-se o fenômeno da evasão escolar como uma questão que permanece no Brasil, não sendo apenas um problema de ordem escolar e familiar, mas também, um problema social. Diante disso, entender e compreender as causas que levam o jovem a abandonar a escola é preciso para que os esforços do governo, comunidade escolar, família e aluno não sejam infrutíferos, evitando-se assim o desperdício de investimentos e, principalmente, que essas experiências não intensifiquem o fracasso como também a insatisfação pessoal. Partindo desse pressuposto, apresentaremos no próximo capítulo o percurso metodológico trilhado na pesquisa sobre a evasão no PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo, apresentaremos o caminho metodológico trilhado por este estudo, cujo principal objetivo é a identificação e a análise das principais causas que ocasionam a evasão escolar dos alunos do PROEJA, do Colégio Pedro II (CPII)/Campus Centro. Diante disso, a metodologia adotada destaca as considerações de Vergara (1998), ao propor que as pesquisas sejam avaliadas quanto aos fins e aos meios.

Quanto aos fins, a autora supracitada classifica as pesquisas das seguintes formas: exploratória, descritiva, explicativa, metodológica, aplicada e intervencionista. No que se refere aos meios, a autora cita: pesquisa de campo, laboratório, documental, bibliográfica, experimental, ex post facto, participante, pesquisa-ação e estudo de caso.

3.1 Caracterização da Pesquisa

A partir dos objetivos traçados que são identificar e analisar as principais causas que ocasionam a evasão escolar dos alunos do PROEJA, do Colégio Pedro II/Campus Centro, e do problema que, por sua vez, busca responder o (s) porquê (s) da evasão desses estudantes dessa instituição específica, esta pesquisa se enquadra nas categorias estudo de caso de cunho descritivo e explicativo.

Vergara (1998) sugere que a pesquisa explicativa é aquela que procura esclarecer as razões que contribuem de alguma forma para a ocorrência de um determinado fenômeno. No caso específico desta pesquisa, objetiva-se explicar as causas que levam estudantes do PROEJA à evasão.

Para tanto, busca-se reforços nas investigações descritivas que, embora não tenham compromisso de explicar os fenômenos que descrevem, delineiam uma forma de estudo que permite a caracterização de populações e fenômenos. Portanto, verifica-se que as propostas delineadas pela pesquisa explicativa e descritiva se complementam e nos fornecem o aporte necessário para a realização de estudos com objetivos semelhantes aos que foram traçados aqui: explicar os fatores que ocasionam a evasão no PROEJA no CPII/Campus Centro e traçar o perfil dos estudantes evadidos e professores dessa modalidade de ensino para melhor contextualização do objeto de estudo.

No tocante aos meios, esta investigação é classificada como um estudo de

caso, coadunando com os princípios das pesquisas documental, bibliográfica e de campo. A primeira classificação, diz respeito, segundo pondera Vergara (1998), a uma pesquisa limitada a uma ou poucas unidades e apresenta certo nível de detalhamento, o que exemplifica adequadamente a proposta desta análise, já que se realizou este estudo no PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro. Conforme Ventura (2007), evidenciam-se as vantagens dos estudos de caso: estimulam novas descobertas, em função da flexibilidade do seu planejamento; enfatizam a multiplicidade de dimensões de um problema, focalizando-o como um todo, e apresentam simplicidade nos procedimentos, além de permitir uma análise em profundidade dos processos e das relações entre eles.

Conforme pondera Vergara (1998), a pesquisa documental refere-se às investigações que se valem de documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza. Esse tipo de análise engloba documentos que nem sempre são de domínio público, mas que, de algum modo, podem agregar valor à pesquisa. Como fonte de pesquisa documental, utilizamos o Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005; o Decreto Presidencial nº 5.840, de 13 de julho de 2006, que revogou o anterior, designando o Proeja como Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos; o Documento Base Proeja (2007); e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (LDBN). Por fim, para o delineamento do perfil dos sujeitos participantes deste estudo, buscou-se junto à secretaria do Colégio Pedro II/Campus Centro os dados dos estudantes que evadiram do PROEJA entre os anos de 2017 e 2019 para que os mesmos pudessem ser identificados e convidados a participarem desta pesquisa. Além disso, foi solicitado o e-mail dos professores dessa modalidade de ensino da instituição para que pudessem responder aos questionários.

Quanto à pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2002), essa permite o acesso ao que já se produziu e se registrou a respeito do tema analisado, possibilitando a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que se poderia pesquisar diretamente. De tal modo, visando uma análise mais completa sobre a evasão escolar, a combinação da pesquisa bibliográfica com a análise documental possibilitou abranger os estudos que têm sido desenvolvidos sobre o tema, bem como os pareceres, decretos e políticas públicas voltadas para a educação de jovens e adultos com ênfase no PROEJA, conforme apresentado no referencial teórico deste estudo.

A pesquisa de campo, por sua vez, conforme esclarece Vergara (1998), implica em uma investigação de cunho empírico, realizada no ambiente que mantém relação com o fenômeno de análise. Sobre ela, Lakatos e Marconi (2003, p. 186) também ressaltam que tem “o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”. Portanto, tendo em vista que esta pesquisa se desenvolveu no contexto de ocorrência do problema pesquisado (a evasão no PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro), ela se enquadra também nessa categoria.

De acordo com Gil (2002), quanto à natureza dos dados e o modo como são tratados, as pesquisas podem ser definidas como quantitativas ou qualitativas. Sendo de natureza quantitativa, ela terá seu foco na mensuração de fenômenos; já a de natureza qualitativa busca analisar os mecanismos subjacentes aos comportamentos e à interpretação que os atores elaboram sobre seus próprios comportamentos.

Nessa perspectiva, destacamos que o método qualitativo foi aplicado na investigação do fenômeno proposto neste estudo, a fim de revelar elementos que passariam despercebidos por uma análise de cunho meramente quantitativo, elementos esses situados, sobretudo, no âmbito da lógica social dos indivíduos. Portanto, a presente pesquisa trata-se de um estudo de caso de cunho explicativo, descritivo, com enfoque qualitativo, adotando o delineamento de pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

3.2 Instrumentos de Coleta de Dados

Para responder as questões da investigação foram utilizadas duas técnicas de coleta de dados: a entrevista semiestruturada e o questionário semiaberto. Conforme expõem Ludke e André (2013), a entrevista semiestruturada possibilita a viabilidade de elaboração de perguntas que não seguem orientações inflexíveis, permitindo ao entrevistador fazer as adaptações necessárias para obter o máximo de informações dos indivíduos entrevistados. A entrevista ainda permite que o entrevistado possa expressar com maior clareza suas percepções sobre o tema pesquisado:

As questões derivam de um plano prévio, um guião, onde se define e registra, numa ordem lógica para o entrevistador, o essencial do que se pretende obter, embora, na interação se venha a dar uma grande liberdade de resposta ao entrevistado. (AMADO; FERREIRA, 2013, p. 208)

As entrevistas foram realizadas com os estudantes que evadiram do PROEJA, do Colégio Pedro II/Campus Centro, entre 2017 e 2019. Esse instrumento permitiu-nos conhecer e descrever o perfil dos alunos participantes da pesquisa, o percurso escolar deles, os motivos que os levaram a ingressar no PROEJA, as razões que contribuíram para que estes decidissem abandonar seus cursos e as consequências geradas pela evasão.

O questionário semiaberto foi o instrumento de coleta de dados escolhido para ser aplicado aos professores do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro. Segundo Ludke e André (2013), esse recurso parte de questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses de interesse da pesquisa. Não existem normas rígidas a respeito da elaboração do questionário, porém, é possível, a partir da experiência dos pesquisadores, definir algumas regras práticas a esse respeito. Dessas regras, destacamos algumas citadas por Gil (2002, p. 104):

- [...] b) devem ser incluídas apenas as perguntas relacionadas ao problema proposto; (...)
- f) as perguntas devem ser formuladas de maneira clara, concreta e precisa;
- g) deve-se levar em consideração o sistema de referência do entrevistado, bem como seu nível de informação;
- h) a pergunta deve possibilitar uma única interpretação;
- i) a pergunta não deve sugerir resposta [...].

O questionário aplicado aos professores do PROEJA do CPEI/Campus Centro apresenta um modelo semiaberto, isto é, elaborado por perguntas fechadas e abertas. As perguntas fechadas trazem alternativas específicas para que o respondente escolha uma delas. Já as perguntas abertas são aquelas em que o informante poderá utilizar linguagem própria ao redigir suas respostas.

As perguntas respondidas pelos docentes do PROEJA da instituição acima citada objetivaram, sobretudo, traçar o perfil deles, conhecer a trajetória de trabalho destes nessa modalidade, identificar as metodologias que eles costumam utilizar no ensino e na avaliação dos alunos e descrever as percepções deles quanto à evasão escolar nesse segmento.

3.3 O processo de recolhimento de dados

O processo de recolhimento de dados aconteceu em três momentos principais: levantamento de dados junto à secretaria do Colégio Pedro II/Campus Centro sobre os estudantes evadidos do PROEJA entre os anos de 2017 e 2019 para a identificação destes e solicitação do e-mail dos professores dessa instituição; realização das

entrevistas semiestruturadas com os estudantes evadidos; e aplicação dos questionários semiabertos aos professores do PROEJA.

Após a aprovação do projeto de pesquisa na Plataforma Brasil¹⁴ e a emissão do parecer final pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Colégio Pedro II (CEP), iniciamos a pesquisa, solicitando à secretaria do Colégio Pedro II/Campus Centro, via e-mail, os dados dos estudantes que evadiram do PROEJA entre os anos de 2017 e 2019 para que pudéssemos entrar em contato com eles, a fim de convidá-los a participarem desta pesquisa.

A instituição nos enviou listas, em planilhas, contendo relatórios do SISTEC¹⁵ com os dados sobre o status de matrícula dos estudantes do PROEJA por ciclo de matrícula, entre os anos de 2017 a 2019. O status de matrícula apresentava, pelo menos, quatro possibilidades que revelam a situação dos alunos na instituição, a saber: em curso, transferência externa, concluído e abandono. Identificamos e selecionamos os alunos cujo status de matrícula indicava “abandono” e tentamos entrar em contato com eles através do e-mail, de mensagem SMS e do aplicativo Whatsapp.

Ao tentarmos estabelecer contato com esses estudantes, encontramos obstáculos, como e-mails e números de telefone desatualizados. Logo, não conseguimos contato com todos os sujeitos identificados e selecionados. Aqueles que nos deram retorno, aceitaram participar da pesquisa.

Convidamos esses estudantes para que participassem da entrevista. Considerando a situação atual de pandemia (COVID-19), as entrevistas aconteceram remotamente por meio de videoconferência. Esses estudantes (que são maiores de 18 anos) receberam o TCLE (Termo de Consentimento Livre Esclarecido) via e-mail e foram orientados quanto ao preenchimento desse documento. Esse termo contém informações sobre a pesquisa e sobre aspectos éticos envolvidos, possuindo linguagem convidativa e acessível aos participantes. As entrevistas foram realizadas somente com os estudantes que aceitaram participar da pesquisa e elas foram realizadas individualmente para que os entrevistados pudessem se sentir mais à vontade para responder às perguntas.

Cada entrevista durou em torno de 25 (vinte e cinco) minutos e a maioria dos alunos entrevistados preferiu realizar a entrevista por áudios do Whatsapp, uma vez

¹⁴ Número do Parecer: 4.714.825.

¹⁵ Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica.

que, muitos não dispunham de dados móveis suficientes para que pudesse ser realizada uma possível videoconferência.

Após a realização das entrevistas com os alunos evadidos do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro entre os anos de 2017 e 2019, contatamos a coordenação do PROEJA dessa instituição, solicitando os e-mails dos professores dessa modalidade para que eles recebessem o convite para participar desta pesquisa. A participação dos professores se deu através da aplicação de um questionário semiaberto. Os docentes que aceitaram participar deste estudo receberam, via e-mail, um link com o TCLE (Termo de Consentimento Livre Esclarecido) juntamente com o questionário elaborado no Aplicativo Formulário Google (Google Forms). Antes de responderem as perguntas do questionário, esses professores leram o TCLE para serem informados sobre a pesquisa e sobre os aspectos éticos envolvidos na mesma. Aqueles que optaram por participar da pesquisa escolheram a opção “Sim” e foram direcionados para responderem o questionário. Já os professores que não aceitaram participar da pesquisa, após a leitura do TCLE, escolheram a opção “Não” e, automaticamente, não tiveram acesso ao questionário.

A partir das entrevistas realizadas com os estudantes evadidos e da aplicação dos questionários aos professores do PROEJA do CPEI/Campus Centro, identificamos fatores relevantes acerca do tema proposto nesta pesquisa. Os alunos relataram sobre seu percurso apresentaram o (s) fator (es) que contribuiu para que eles decidissem interromper seus cursos sem concluí-los e apresentaram seu ponto de vista acerca do papel da instituição no combate à evasão escolar. Os professores participantes contribuíram com seu ponto de vista acerca da evasão desses estudantes e ainda apontaram, em suas respostas, possíveis ações para combater esse problema.

Após a realização da pesquisa de campo, realizamos a análise dos dados coletados. Com as informações geradas através das entrevistas e dos questionários, tivemos acesso a informações que possibilitaram a análise dos indícios das causas que podem estar ocasionando o fenômeno aqui estudado, o que foi fundamental para a elaboração do plano com as propostas pedagógicas, apresentadas no produto desta pesquisa tendo em vista a prevenção da evasão escolar no PROEJA.

3.4 Caracterização da população

Quanto à população, Martins e Theóphilo (2009) esclarecem que é o conjunto

de indivíduos que apresenta em comum determinadas características definidas para o estudo. Já a amostra é um subconjunto da população, conforme algum critério de representatividade. Nessa perspectiva, a população desta pesquisa será composta por sujeitos do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro, compreendendo como amostra os estudantes evadidos no período de 2017 a 2019 e os docentes dessa modalidade de ensino da instituição. Dessa maneira, a evasão no PROEJA pode ser analisado sob diferentes perspectivas.

O Colégio Pedro II/Campus Centro está localizado na Avenida Marechal Floriano, número 80, no Centro da cidade do Rio de Janeiro/RJ. A escolha desta instituição para essa pesquisa foi por acessibilidade. O prédio desse campus foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Cultural em 1983, por isso, ele conserva em sua arquitetura as características do Estilo Neoclássico do final do século XIX. Esse campus oferece regularmente os seguintes cursos: Anos Finais do Ensino Fundamental (do 6º ao 9º ano), nos turnos da manhã e da tarde; o Ensino Médio (da 1ª a 3ª série), nos turnos da manhã e da tarde; e o PROEJA/Ensino Médio Profissionalizante de Jovens e Adultos em Técnico Administrativo e Assistente Administrativo.

O PROEJA do campus Centro funciona no turno da noite e, atualmente, possui um total de 5 (cinco) turmas, dos cursos de Técnico em Administração, com duração de três anos, e de Assistente Administrativo, com duração de dois anos. Esse último curso passou a ser oferecido pela instituição a partir do ano de 2019.

A pesquisa teve como participantes os estudantes evadidos do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro entre os anos de 2017 e 2019, bem como os professores dessa modalidade de ensino. Em virtude da situação pandêmica atual, o nosso contato com os participantes e a instituição se deu de forma remota, visando a segurança de todos. Foram entrevistados 6 (seis) alunos e 5 (cinco) professores responderam ao questionário.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, apresentaremos a análise realizada a partir dos dados obtidos com esta pesquisa. Como já mencionado anteriormente, esta pesquisa se caracteriza como qualitativa e os instrumentos que foram utilizados para a coleta de dados foram a entrevista semiestruturada e o questionário semiaberto. A entrevista que foi realizada com os estudantes evadidos teve como objetivo conhecer o perfil desses sujeitos e analisar as causas que têm motivado essa evasão. Já o questionário respondido pelos professores do PROEJA teve o intuito de conhecer melhor esses profissionais e identificar a visão dos mesmos acerca da evasão nessa modalidade.

Para tanto, o método de análise de conteúdo de Bardin (2011) foi utilizado para a análise dos dados de forma qualitativa, a fim de convertê-los em deduções significativas e confiáveis:

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações.

Não se trata de um leque de apetrechos, ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. (BARDIN, 2011, p. 31).

Assim, a autora propõe a organização dessa técnica com a composição de três fases distintas, a serem realizadas na seguinte ordem cronológica: pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados, com inferência e interpretação.

A primeira fase, de pré-análise, foi de organização dos dados e documentos, sendo constituída por três objetivos essenciais, que não precisam seguir uma ordem cronológica, são eles: a escolha dos documentos analisados; a elaboração das hipóteses e objetivos e a construção de indicadores que dão suporte para a interpretação final.

Na fase seguinte, de exploração ou codificação do material, foram realizadas as análises propriamente ditas a partir da categorização desse material. Esta foi agrupada em unidades de registro que, no nível linguístico, conforme Bardin (2011), compreende palavras ou frases mais utilizadas e, no nível semântico, abrange o tema mais utilizado. Aqui ressaltamos que, neste estudo, tanto as palavras e frases quanto o tema foram considerados a partir da verificação das recorrências nas falas dos entrevistados e respondentes para a descrição e compreensão das características relevantes quanto às causas da evasão escolar nos cursos do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro.

Já na última fase, realizamos o tratamento dos resultados, inferências e interpretação. Nesse momento, a partir de uma análise reflexiva e crítica do material, retomamos o referencial teórico, com o objetivo de fundamentar as interpretações dos dados apresentados.

Em função dos números reduzidos de estudantes entrevistados, e a partir do cruzamento das respostas dos alunos e professores, essa amostra produzida apontou indícios referentes às causas da evasão escolar no PROEJA do CPII/Campus Centro, em particular das turmas de 2017, 2018 e 2019. As entrevistas realizadas com os alunos e os questionários aplicados aos professores ilustram tais fatores que podem estar ocasionando esse fenômeno nessa instituição.

A fim de se compreender as causas da evasão do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro e a partir dos dados coletados nas entrevistas e questionários, elaborou-se duas categorias, a saber: fatores socioeconômicos e fatores intraescolares. Cada categoria apresenta três unidades de análise conforme está demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 10: A compreensão das causas da evasão do PROEJA do CPII/Campus Centro

Categorias	Unidades de análise
Fatores socioeconômicas	1. Incompatibilidade de horários; 2. Falta de renda; 3. Medo da violência.
Fatores intraescolares	1. Dificuldades de aprendizagem; 2. A marginalização do PROEJA na instituição; 3. Problemas de relacionamento entre professor e aluno.

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados coletados nas entrevistas realizadas com os estudantes que evadiram do PROEJA do CPII/Campus Centro entre 2017 e 2019 e dos questionários aplicados aos professores da mesma instituição.

Antes de compreendermos as causas da evasão, procuramos caracterizar os participantes desta pesquisa (estudantes evadidos e professores do CPII/Campus Centro) e ainda apresentar os principais motivos que levaram esses estudantes a

escolherem o PROEJA dessa instituição. Os estudantes foram registrados pela letra “E” seguida de um número de um (1) a seis (6) de acordo com a ordem cronológica das entrevistas. Já os professores foram registrados pela letra “P” seguida do número um (1) ao cinco (5) respeitando a ordem cronológica em que responderam aos questionários.

4.1 Caracterização dos estudantes do PROEJA do CPII/Campus Centro entrevistados

A partir dos dados do SISTEC fornecidos pela Secretaria Acadêmica do CPII/Campus Centro, apresentamos os índices de evasão no PROEJA dessa instituição, na tabela 11, a partir do ciclo de matrícula, que considera o período que compreende o ano do ingresso do estudante e o ano previsto para a conclusão do curso:

Tabela 11: Quantitativo de evasão do PROEJA do CPII/Centro, considerando todo o ciclo de matrícula

NOME DO CURSO	CARGA HORÁRIA MÍNIMA	CICLO DE MATRÍCULA	CARGA HORÁRIA TOTAL	QTD DE MATRÍCULAS	EVASÃO	PERCENTUAL DE EVASÃO
ASISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	1000	2019/2020	1650	21	8	38,10%
TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	1000	2015/2017	3600	32	13	40,63%
TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	1000	2016/2018	3600	60	35	58,33%
TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	1000	2017/2019	3600	38	21	55,26%
TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	1000	2018/2020	3600	18	1	5,56%
TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	1000	2019/2021	3600	29	0	0%

Fonte: Elaborada pela autora com dados fornecidos pela Secretaria Acadêmica do CPII/Campus Centro.

Como não tivemos acesso aos índices do ciclo de matrícula de 2019/2021 do curso Técnico em Administração, consideramos apenas os demais ciclos apresentados no quadro acima. Assim, podemos observar que

dos 169 alunos matriculados ao longo desses anos, 78 abandonaram o curso sem concluí-lo, o que corresponde a quase metade das matrículas efetuadas.

Esses índices elevados de evasão do PROEJA do Campus Centro, do Colégio Pedro II, vão ao encontro das principais constatações realizadas pelos autores que estudam a evasão na EJA: é preciso compreender as causas que levam esses estudantes a desistirem dos seus estudos antes concluírem.

Desse universo de 78 estudantes evadidos do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro, 6 aceitaram o convite para participar das entrevistas. Mesmo sendo um número reduzido, a participação desses sujeitos na pesquisa é uma forma de dar visibilidade e voz a eles, a fim de melhor conhecermos as representações sociais, as necessidades desses alunos, suas trajetórias escolares e, ainda, informações relevantes que poderiam auxiliar para a sua permanência e conclusão, prevenindo, assim, a evasão.

A caracterização dos discentes entrevistados que evadiram entre 2017 e 2019 do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro está sistematizada na tabela 12. Nessa tabela, observamos que metade dos participantes são do sexo feminino e a outra metade do sexo masculino. A idade desses estudantes está entre 25 (vinte e cinco) e 43 (quarenta e três) anos, trata-se de uma população jovem. Desses, 1 (uma) entrou em 2016, 2 (dois) entraram no PROEJA em 2017, 1 (um) entrou em 2018 e 2 (duas) em 2019. Ainda observamos que o número de estudantes casados (quatro dos seis participantes) prevalece sobre aqueles que se declararam solteiros (apenas dois). Quanto ao número de filhos, quatro desses sujeitos possuem pelo menos 1 filho e dois deles não possuem filhos.

Tabela 12: Caracterização dos alunos do PROEJA entrevistados que evadiram entre 2017 e 2019

Estudante	Idade	Sexo	Estado civil	Nº de filhos	Ano de ingresso no PROEJA	Ano de evasão
E1	33	Feminino	Casada	2	2019	2019
E2	28	Feminino	Solteira	0	2019	2019
E3	42	Masculino	Casado	2	2017	2017
E4	25	Masculino	Solteiro	0	2018	2019

E5	36	Masculino	Casado	2	2017	2017
E6	43	Feminino	Casada	3	2016	2017

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados coletados nas entrevistas realizadas com os estudantes que evadiram do PROEJA do CPII/Campus Centro entre 2017 e 2019.

É possível constatar que dos seis estudantes entrevistados, quatro abandonaram seus cursos no mesmo ano em que ingressaram no PROEJA, ou seja, os maiores índices de evasão estão no 1º ano. Esse fato é muito comum não só na modalidade EJA, mas no ensino médio em geral. De acordo com Sousa *et al.* (2011), o 1º ano do ensino médio é o que apresenta o maior número de desistências e reprovações, sendo a dificuldade de adaptar a rotina de estudos com a rotina de trabalho um dos principais motivos apontados pelos autores; no caso dos estudantes adolescentes que estão vindo do ensino fundamental, os autores falam que eles estão entrando em outro mundo que exige deles maior autonomia para fazer suas próprias escolhas e, que muitas vezes, estas, motivadas por inúmeras dificuldades, os levam para fora da escola.

Em relação ao apoio da família ao longo da trajetória escolar, dos seis alunos entrevistados, apenas uma relatou que sempre teve o apoio da família, os demais afirmaram que nunca tiveram incentivo e apoio da família para estudar, como se pode observar nas falas de alguns deles:

Meus pais nunca foram de me incentivar pra estudar não (E6).

Nunca tive muito apoio não (E3).

Minha família... assim... nunca foram de me incentivar pra estudar não (E5).

Segundo André e Barboza (2018), a família também possui um papel fundamental para a formação e desenvolvimento educacional do indivíduo, no sustento e amparo, dando suporte emocional, proporcionando um ambiente adequado para a aprendizagem empírica, ajudando no processo cognitivo e facilitando a aprendizagem por parte do ser humano. A falta desse apoio familiar na educação formal, segundo os autores, é uma das principais razões para o fracasso escolar. A esse respeito, Lüscher e Dore (2011) dizem que o *background* familiar (nível de escolaridade dos pais, renda familiar e estrutura da família) é o fator isolado mais importante para o sucesso ou para o fracasso do estudante, em algum momento do seu percurso escolar.

Buscou-se identificar também qual era a situação trabalhista dos pesquisados

durante o curso. Dos seis entrevistados, três estavam trabalhando na época em que cursavam o PROEJA e os outros três estavam desempregados. Os que estavam trabalhando relataram que seu local de trabalho era distante da escola e que precisavam pegar pelo menos uma condução para chegarem à escola. Dos estudantes que declararam estar desempregados durante o curso, todas são mulheres, o que nos revela as marcantes desigualdades de gênero presentes na sociedade. Sobre esse aspecto, Amorim *et al.* (2020) afirma que a retomada dos estudos para mulheres é ainda mais desafiadora do que para os homens, uma vez que, elas têm de lidar com o peso das relações de gênero, pois nesse reingresso à escola, buscam garantir seus direitos básicos à existência, à educação e ao trabalho digno e mais bem remunerado, que lhes foram negados ao longo dos séculos pelo simples fato de serem mulheres.

No que se refere à trajetória escolar, cinco dos seis estudantes entrevistados relataram que concluíram seu ensino fundamental na modalidade EJA; duas estudantes afirmaram já haviam concluído o ensino médio e estavam cursando o ensino superior em instituições privadas quando decidiram ingressar no PROEJA, por não poderem continuar pagando a faculdade:

Eu concluí o ensino médio em... dois mil e nove... aí em dois mil e dez... acho que em dois mil e dez eu tentei entrar na faculdade... entrei até na faculdade ali na U... mas eu não consegui concluir... e depois eu... só vim mesmo fazendo cursinhos profissionalizantes em outras unidades (E1).

Terminei tudo certinho... Fui pro PROEJA por dificuldade em continuar pagando a faculdade” (E2).

Quatro desses estudantes ainda não conseguiram concluir o ensino médio e três deles, na época em que ingressaram no PROEJA, já estavam há pelo menos cinco anos sem frequentar a escola e viram no PROEJA uma oportunidade de obterem uma formação técnica e profissional que os inserisse mais rapidamente no mercado de trabalho:

Sim... eu já não estudava há mais de vinte anos mais ou menos... Eu terminei o ginásio e cheguei a fazer o primeiro ano do segundo grau... só que não deu pra terminar porque eu comecei a trabalhar... (E3).

Eu queria voltar a estudar pra terminar meu segundo grau mas eu queria fazer um curso técnico também sabe... então eu fui fazer o PROEJA (E4).

Eu fiquei sem estudar desde cedo porque... eu comecei a trabalhar pra ajudar a minha mãe... ela e meu pai se divorciaram e eu tive que ajudar em casa né... aí eu casei formei minha família e decidi voltar a estudar... (E5).

Eu fiquei sem estudar muito tempo né... aí eu só voltei pra escola depois que

meus filhos cresceram... (E6)

A partir dos dados apresentados podemos observar que esses estudantes são adultos; em sua maioria, casados e com filhos, que, majoritariamente, não tiveram o devido apoio da família ao longo de seus percursos escolares; que possuem dificuldades socioeconômicas, uma vez que a metade relatou o desemprego durante o curso; e que trazem consigo uma trajetória escolar marcada pela descontinuidade. Para Arroyo (2005, p. 29) historicamente os sujeitos da EJA "são os mesmos: pobres, desempregados, na economia informal, negros, nos limites da sobrevivência", e seu "nome genérico", "oculta essas identidades coletivas". Assim, os direitos sociais dos sujeitos da EJA devem ser requeridos para que seja devolvida a identidade que lhes foi negada geração após geração.

4.2 Caracterização dos Professores do PROEJA do CPII/Campus Centro

A caracterização dos docentes do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro, que responderam aos questionários, está sistematizada na tabela 13. Nele, podemos observar que, dos cinco professores participantes da pesquisa, duas são do sexo feminino, enquanto três são do sexo masculino. Quanto ao tempo de atuação desses docentes no PROEJA, observamos que a maioria atua nessa modalidade de um a cinco anos. Ainda temos na tabela abaixo, a área de atuação desses professores.

Tabela 13 – Caracterização dos docentes respondentes do PROEJA do CPII/Campus Centro

Professor	Sexo	Tempo de atuação no PROEJA	Área de atuação
P1	Feminino	De 1 a 5 anos	Línguas
P2	Masculino	Mais de 10 anos	Matemática e áreas afins
P3	Masculino	De 1 a 5 anos	Ciências Sociais e Humanas
P4	Masculino	De 1 a 5 anos	Ciências Sociais e Humanas
P5	Feminino	De 1 a 5 anos	Línguas

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados coletados nos questionários aplicados aos docentes do PROEJA do CPII/Campus Centro.

Buscou-se ainda identificar o que levou esses docentes a trabalhar no PROEJA e todos os respondentes afirmaram que foi por um desejo pessoal que optaram por atuar nessa modalidade. A maioria deles usou a expressão “identificação com a modalidade ou com os discentes” para demonstrarem que, para eles, atuar na Educação de Jovens e Adultos e nos cursos técnicos é uma realização pessoal, uma oportunidade para aprenderem com esses sujeitos e poderem ajudar esses estudantes no seu aprendizado:

Ao atuar como professora voluntária de um projeto social, interessei-me em continuar atuando junto a esse público em minha área profissional. Entrei no Pedro II em 2019, como professora contratada e, nesse mesmo ano, surgiu a oportunidade de transferência para a unidade Centro, que possui turmas de PROEJA. Assim, solicitei a mudança para esse local a fim de concretizar esse desejo inicial (P1).

Identificação com a modalidade (P2).

O aprendizado e a identificação com os discentes (P3).

Formação técnica (P4).

Sempre tive interesse em trabalhar com EJA porém na rede que eu trabalhava não tinha essa modalidade, ao ingressar no Pedro II pude realizar esse desejo. Interesse em discutir conteúdos relacionados à disciplina que possam ajudá-los a ressignificar condutas do dia a dia (P5).

Identificar-se com a modalidade na qual se atua é uma ponte para o desenvolvimento da afetividade na relação professor-aluno, um fator essencial para o processo de ensino e aprendizagem, conforme pondera Freire (2000, p. 159 e 160):

Na verdade, preciso descartar como falsa a separação radical entre seriedade docente e afetividade. Não é certo, sobretudo do ponto de vista democrático, que serei tão melhor professor quanto mais severo, mais frio, mais distante e “cinzento” me ponha nas minhas relações com os alunos, no trato dos objetos cognoscíveis que devo ensinar. A afetividade não se acha excluída da cognoscibilidade. O que não posso obviamente permitir é que a minha afetividade interfira no cumprimento ético de meu dever de professor no exercício de minha autoridade.

No que se refere à formação específica voltada para a EJA, constatamos que, apesar de procurarem atuar no PROEJA por identificação com a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, nenhum dos respondentes (até aquele que atua há mais de dez anos nessa modalidade) afirmou possuir uma formação, seja no âmbito de pós-graduação ou de curso de extensão, que tratasse diretamente da EJA. Para Moura (2018), uma formação específica para os professores da EJA, seja no âmbito da graduação seja no nível de pós-graduação, é imprescindível, uma vez que essa modalidade é um espaço de singularidades que não coadunam com as que são

encontradas no ensino regular. Para a autora, o preparo de um docente deve incluir, além das exigências formativas para todo professor, os aspectos referentes à complexidade dessa modalidade de ensino.

Em relação às metodologias adotadas por esses professores no seu trabalho com o PROEJA, identificamos pelo menos duas, apresentadas na tabela a seguir:

Tabela 14 – Metodologias utilizadas pelos professores no PROEJA

Metodologias	Respostas
Metodologias Ativas	Relacionar o conteúdo às experiências da vida (P1). Metodologias ativas (P2). Trabalho em grupo, apresentações (P3). Freiriano. Transformando experiências cotidianas dos educandos em aplicação prática da temática abordada (P4).
Interdisciplinaridade: Projeto interdisciplinar	Tivemos uma experiência com um projeto interdisciplinar com um evento de culminância que foi muito positivo... (P5).

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados coletados nos questionários aplicados aos docentes do PROEJA do CPII/Campus Centro.

De acordo com Borges e Alencar (2014), as Metodologias Ativas são formas de desenvolver o processo de ensino e aprendizagem que os professores utilizam na busca de conduzir a formação crítica dos educandos. Essa concepção pode favorecer a autonomia do educando, despertando a curiosidade, estimulando tomadas de decisões individuais e coletivas, advindos das atividades essenciais da prática social e em contextos do estudante. Entre as práticas que dialogam com essa visão mencionadas pelos professores respondentes está o método de Paulo Freire.

O método Paulo Freire traz uma abordagem que se baseia na realidade do educando, levando-se em conta suas experiências, suas opiniões e suas histórias de vida. Esses elementos devem ser organizados pelo educador, a fim de que os conteúdos, a metodologia e os materiais utilizados sejam compatíveis e adequados às realidades existentes em sala de aula:

[...] não posso de maneira alguma, nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo [...]. (FREIRE, 2000, p. 90).

Nessa perspectiva, o educador e os educandos caminham juntos, interagindo durante todo o processo de ensino e aprendizagem. É importante que o aluno compreenda o que está sendo ensinado e que saiba aplicar o conhecimento construído em sua vida cotidiana.

Em relação à interdisciplinaridade, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNs) apontam que essa perspectiva não tem a pretensão de criar disciplinas, mas de promover o diálogo entre várias disciplinas para resolver e/ou compreender um determinado fenômeno sob diferentes pontos de vista; porém, essa concepção ainda é muito rara no cotidiano das escolas. A partir da fala da docente que mencionou a realização de um projeto interdisciplinar na escola, podemos inferir que a realização de projetos interdisciplinares nesse ambiente escolar não é algo frequente, mas esporádico: *“Tivemos uma experiência com um projeto interdisciplinar com um evento de culminância que foi muito positivo...”*.

4.3 Motivos que levaram esses estudantes ao PROEJA do CPII/Campus Centro

A partir das respostas dos estudantes entrevistados, identificamos pelo menos duas respostas que apontam para as causas que levaram esses sujeitos a escolherem estudar no PROEJA do CPII/Campus Centro, a saber: a colocação no mercado de trabalho e a qualidade do Colégio Pedro II.

A partir das falas de quatro dos seis estudantes entrevistados, é possível observar que eles vislumbravam no PROEJA uma possibilidade de se inserirem no mercado de trabalho, ganharem um salário melhor, melhorarem sua situação financeira e terem um diploma de curso técnico:

Fui pro PROEJA por dificuldade em continuar pagando a faculdade. (E2).

Se eu tivesse tempo nunca teria saído não... ah, porque eu teria um curso técnico, ia conseguir um trabalho melhor né... (E3).

Eu estava fazendo o ensino médio... é... o regular aí eu descobri que tinha curso técnico lá no Pedro II e eu fui e me inscrevi porque eu já ia sair com uma profissão né... (E4).

Querida muito ter terminado...ah porque sim né... era uma oportunidade de conseguir uma profissão... (E6).

Com base na ideia de que o nível de escolaridade é pré-requisito para o ingresso no mundo do trabalho, esses sujeitos buscam, cada dia mais, a educação formal como um caminho para se colocarem nesse meio. Logo, a escola passa a ser

vista como a instituição que possibilitará esse ingresso no mercado de trabalho e atenderá as expectativas daqueles que não tiveram condições de concluir seus estudos na idade própria.

A urgência em relação à empregabilidade é um fator também mencionado por Aquino (2000) ao destacar que os educandos da EJA são adultos que passam duas ou três vezes na escola e voltam quando têm alguma necessidade, como subir de cargo em uma empresa ou mesmo procurar um trabalho, visto que as exigências para as contratações têm aumentado a cada dia e, na maioria dos casos, a escolaridade mínima exigida é o ensino médio. Segundo a autora, no caso dos jovens e adultos, uma vez que ultrapassaram a idade/série e por estarem inseridos no sistema de produção ou, temporariamente, fora dele, a necessidade de retornarem à escola é fator essencial para que possam se inserir no mercado de trabalho.

As informações acima corroboram com a visão de Moura e Silva (2018, p. 16), ao afirmarem que, diferentemente dos mais jovens, cujo olhar está voltado para o futuro, os adultos da EJA possuem interesses voltados, especialmente, para o presente, visto que sua preocupação está atrelada à busca por melhorias e segurança na sua vida profissional que refletem suas responsabilidades com o sustento da família e educação dos filhos. As autoras ainda ressaltam que existe uma cobrança social imposta sobre os sujeitos adultos em relação às etapas que devem ser cumpridas por eles para que sejam considerados “bem-sucedido na vida”.

Em relação à qualidade do Colégio Pedro II como motivo para a escolha do PROEJA da instituição por esses estudantes, esse fator pode ser observado nas seguintes falas:

eu comecei a procurar... fui vendo os dias das inscrições... lendo mais sobre a escola... aí foi quando eu me inscrevi e... pra minha surpresa eu tinha sido é... contemplada com uma... com uma vaga... a qualidade... a tradição da escola... (E1).

A qualidade da escola e porque era gratuito né... O Pedro II é uma escola muito boa e de excelência né... (E5).

A perspectiva desses sujeitos em relação ao Colégio Pedro II aponta para as características que essa instituição acumulou ao longo da história. Segundo Baptista (2014), o CPIL se constituiu como uma escola de elite, uma vez que foi o primeiro colégio laico, humanitário e propedêutico do país; quase bicentenário, consolidou, ao longo dos anos, o título de escola de excelência; obteve grande prestígio social, pois teve, tanto no corpo docente, quanto no corpo discente, importantes nomes que se

destacaram na história do país. A partir da Lei n.º 12.677/2012, o CPII passou a integrar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), que é vinculada ao Ministério da Educação. Assim, o colégio foi enquadrado na Lei n.º 11.892/2008, que instituiu a RFEPCT e nos mesmos dispositivos normativos dos Institutos Federais de Educação.

Apesar de não ter sido o primeiro programa que associou a qualificação do trabalhador à elevação da escolaridade, o PROEJA marcou o contexto das políticas públicas para a EJA, uma vez que foi o primeiro programa dessa natureza ofertado pela rede federal de educação profissional e tecnológica, assegurando o direito desse público em tais instituições. De acordo com Machado (2011, p. 20), esse fato significa que “o lugar de excelência na formação educação profissional do país agora teria o desafio de manter essa excelência com um público diferenciado do que vinha atendendo”.

Diante do histórico do CPEI, como uma escola de excelência e como um instituto federal, ressaltamos a questão principal desta pesquisa: Por que alunos do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro têm evadido a escola?

É importante salientar as ponderações de Ramos (2012), ao afirmar que a oferta de vagas não garante a permanência dos educandos jovens e adultos na escola. Segundo a autora, é necessário que o curso atenda as expectativas do ingressante e lhe ofereça condições para a sua aprendizagem e, conseqüentemente, sua permanência até a conclusão do curso.

4.4 A compreensão da evasão no PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro

Compreender as causas que têm levado estudantes do PROEJA a abandonarem seus cursos antes da conclusão é um passo fundamental em direção às possíveis intervenções para conter e/ou prevenir esse problema que é uma realidade dessa modalidade de ensino no âmbito nacional. Sabendo disso, buscou-se identificar, a partir das falas dos estudantes nas entrevistas e das respostas dos professores aos questionários, os possíveis fatores que têm contribuído para a evasão no PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro.

Assim, a partir desses dados coletados, identificou-se duas categorias principais que apontam para a evasão nessa modalidade de ensino: fatores socioeconômicos e fatores intraescolares. Para cada categoria, identificamos três unidades de análise. Estas serão apresentadas e discutidas a seguir.

4.4.1 Fatores Socioeconômicos

As dificuldades socioeconômicas foram apontadas pelos estudantes e professores como o principal fator contribuinte para a evasão. Nessa categoria, estão agrupadas pelo menos três unidades de análise: a incompatibilidade de horários; a falta de renda e o medo da violência. É possível observar na maior parte das falas dos estudantes e das falas dos professores a presença de mais de uma causa apontada como responsável para a evasão. Isso significa que esses sujeitos reconhecem que a evasão é um fenômeno complexo e multifatorial.

A incompatibilidade de horários refere-se à dificuldade dos estudantes em conciliar a jornada de trabalho, e de outras atividades da vida adulta, com os horários das aulas. Esse foi o aspecto mais citado por alunos e professores como motivador para a evasão, como pode ser observado nas falas abaixo:

Assim... eu não conseguia acompanhar muito bem as aulas devido ao trabalho, chegava atrasado e saía antes do último tempo, não pegava bem as matérias, porque não tinha tempo pra estudar e fazer os trabalhos...aí eu parei de ir... (E3)

Acho que foi a questão do trabalho, junto com as responsabilidades em casa, a falta de tempo também pra estudar... e também abri minha própria barbearia na época tinha que trabalhar mais... (E5)

Falta de tempo, pois a maioria precisa conciliar jornadas longas de trabalho e/ou cuidados domésticos com os estudos... (P1)

Falta de Renda; Horário do Trabalho ao longo da formação. (P4)

A evasão nessa modalidade é grande também em outras redes no Rio de Janeiro. Um fator é a dificuldade de conciliar a vida adulta com os estudos, atividades domésticas, trabalho, família são pontos que geram um conflito de tempo e interesse. (P5)

Os participantes da pesquisa relatam que os atrasos na chegada para as aulas ou as saídas antecipadas se davam em razão do horário que saíam ou entravam no trabalho, além disso, é possível observar nessas falas que essa incompatibilidade de horários se dá em virtude da necessidade de trabalhar. Sobre essa questão, Cardoso (2018) afirma que sem trabalho, sem uma fonte de renda, não há condições financeiras para esses estudantes manterem a família e a si mesmos e terem o dinheiro para irem à escola, uma vez que não há uma intervenção estatal que valorize o empenho dessa população na luta pela busca de melhorias em suas condições de vida.

Essa incompatibilidade de horários pela necessidade de trabalhar revela que, ao terem que escolher entre trabalho e escola, grande parte dos estudantes decidem

abandonar seus cursos, uma vez que precisam levar o sustento para si e para suas famílias através do trabalho. Esse aspecto é a causa mais citada em recentes pesquisas que buscam compreender a evasão no PROEJA, como se pode observar em Cardoso (2018), Guimarães (2019), Souza (2018), Silva e Jorge (2018) e Faria e Moura (2015).

Guimarães (2019), por exemplo, em sua pesquisa sobre a evasão no PROEJA do IFSUL de Minas/Campus Passos, aponta a tentativa frustrada, pelos alunos, de conciliar estudos e trabalho como o principal fator para a evasão. A autora, então, conclui que a representação do trabalho para o estudante dessa modalidade e para sua família é algo de maior valor em detrimento dos estudos.

Nos relatos dos estudantes, percebe-se que a falta de tempo para estudar devido à necessidade de trabalhar provocava o cansaço e o desânimo para a realização das atividades escolares: “Ficava cansado e desanimado por causa do trabalho...” (E4). Esse aspecto é apresentado por Araújo (2016) quando afirma que os estudantes de cursos EJA, por serem “obrigados” a trabalhar para ajudar na renda familiar, acabam chegando exaustos e desmotivados em sala de aula, levando-os a desistir dos estudos.

Sobre essas colocações, Mazzoti (2001), ao falar sobre a importância de se garantir aos jovens e adultos trabalhadores o seu direito à educação, assevera que é fundamental a adequação da jornada de trabalho daqueles que se encontram na faixa etária economicamente produtiva e que precisam trabalhar para sobreviver:

Nas condições concretas da vida social contemporânea há a possibilidade de se reduzir em muito o tempo de trabalho individual sem perdas para a produção e sem redução dos salários. Esta possibilidade histórica permitiria a constituição de uma sociedade na qual os homens teriam mais tempo livre para se desenvolverem como bem entendessem (MAZZOTI, 2001, p. 63).

De acordo com esse mesmo autor, essa visão era a esperança de Marx, mas a realidade é bem diferente, pois o que vemos é a intensificação do trabalho dos que se encontram empregados e o aumento do desemprego e/ou trabalho dito informal, o que contribui para que muitos jovens e adultos trabalhadores continuem excluídos da educação formal.

Ao serem questionados se sentiram falta de algum apoio ao longo do tempo no PROEJA, dois estudantes relataram que sentiram falta de uma possível flexibilidade de horário: “Acho que a flexibilidade de horário...” (E4) e “Acho que financeiro e de flexibilidade de horário...” (E6). Essas falas vão ao encontro das considerações de

Paiva (2006), ao ressaltar que entre os fatores que necessitam ser superados nas redes escolares estão os horários de entrada e saída que, obedecendo a interesses das instituições, entram em embate com horários de trabalho e com o tempo de deslocamentos dos alunos até a escola.

Segundo a autora, a lógica da organização racional dos docentes, distribuição de cargas horárias pelas unidades escolares, entre outros aspectos, acabam dificultando a permanência do aluno no curso, revelando que as organizações formais são pouco propensas a mudanças que ameacem os controles instituídos e os modelos em curso. Nessa mesma visão, Santos (2006) afirma que para envolver esses alunos que estão retornando à escola depois de um longo tempo fora dela, é necessária uma sensibilidade na adequação dos horários, na adaptação dos conteúdos curriculares, que valorize a experiência desses indivíduos, proporcionando uma oferta contínua de promoção e valorização, pois, do contrário, a evasão é algo quase certo, segundo a autora.

Em relação à falta de renda, os participantes apontaram esse aspecto como motivador para a evasão, ao relatarem o desemprego ao longo do curso e a falta de recursos financeiros para o transporte até a escola:

Eu não estava trabalhando...(E1)

Problema financeiro, com certeza. Pois quando fui estudar estava desempregada não podia arcar com as passagens todos os dias. (E2)

Olha... acho que foram vários motivos sabe... eu tava desempregada... e... ali aquela rua é perigoso de noite... tem assalto direto lá... a aula terminava tarde... eu tinha medo de ir a pé até a C... (E6)

Dificuldades de acesso às atividades por falta de recursos tecnológicos ou por baixa qualidade desses recursos... (P1)

Problemas com o auxílio transporte e empregabilidade. (P2)

Dificuldades financeiras, sociais em geral... (P3)

Falta de Renda; Horário do Trabalho ao longo da formação. (P4)

Dos estudantes entrevistados que relataram o desemprego e as dificuldades financeiras no decorrer do curso, todas são mulheres, enquanto aqueles que declararam serem os principais responsáveis pelo sustento familiar são homens. Isso mostra que embora a presença feminina esteja hoje em quase todas as áreas consagradas como “masculinas”, “máximas sexistas permaneceram ou foram sendo criadas, divulgadas, promulgadas ao longo da história com mais ou menos sucesso”

(ROSEMBERG, 2012, p. 338) e continuam interferindo em maior ou menor escala nas representações e formas de organizações sociais, principalmente naquelas relacionadas ao trabalho, como se observou nas falas dos estudantes entrevistados.

Assim como a incompatibilidade de horários pela necessidade de trabalhar pode motivar a evasão dos estudantes do PROEJA, a falta de renda devido ao desemprego impossibilita a continuidade dos seus estudos. Como já foi dito anteriormente, a maioria dessas pessoas procuram os cursos do PROEJA como uma forma de se inserirem no mercado de trabalho ou como uma alternativa para conseguirem uma oportunidade de emprego melhor, mas, infelizmente, com a falta de renda, esses jovens e adultos não conseguem custear gastos essenciais para se manterem até a conclusão do curso, como os custos para a sua locomoção até a escola, por exemplo.

Essa situação revela que para um adulto trabalhador ou um jovem que precisa se inserir no mercado de trabalho, a instabilidade na permanência é iminente, o que significa que esses alunos precisam de políticas públicas que estejam alinhadas a sua realidade e que previnam a evasão.

Diante da falta de renda, pode-se inferir que as políticas de assistência estudantil podem ser utilizadas como fator de permanência do estudante na EPT. Todavia, a ajuda financeira não pode ser vista como a única garantia de permanência de um estudante, uma vez que outros fatores relevantes corroboram para a evasão escolar.

Taufick (2013), em sua pesquisa sobre assistência estudantil para o PROEJA nos institutos federais, relata que em 2008 foi destinado um recurso específico para estudantes da EJA/EPT, como resultado do Projeto de Inserção Contributiva da Setec, que, além de diagnosticar a situação dos cursos ofertados, buscava identificar as causas do alto índice de evasão, procurando estabelecer estratégias para a permanência e o êxito desses estudantes nas instituições. A autora assim afirma:

A assistência ao estudante do PROEJA foi criada, em 2008, a partir dos relatos recebidos nos encontros do projeto de Inserção Contributiva em que os alunos apontavam como um dos fatores que contribuíam para seu abandono do curso a dificuldade de transporte até a escola e a falta de alimentação, principalmente no caso dos cursos noturnos. (TAUFICK, 2013, p. 93).

Trata-se de uma ajuda financeira com o propósito de incentivar a permanência do estudante no curso. Segundo a mesma autora ainda, esse recurso era descentralizado às instituições, que realizavam os pagamentos aos estudantes.

Assim, o valor pago por estudante variava entre R\$ 100,00 (cem reais) e R\$ 200,00 (duzentos reais), dependendo da normativa interna da instituição, para subsidiar suas despesas no curso, como transporte, alimentação e material.

A partir de 2011, após a publicação do Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010, responsável por instituir o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), foram traçadas ações cujo objetivo principal era verificar como os alunos estavam sendo atendidos nesse programa, a partir da qual as instituições de ensino passaram a assumir financeiramente a condução da política. Assim, foi induzida a regulamentação da Assistência Estudantil nas escolas que ainda não o haviam feito, de forma a garantir o benefício, por meio de critérios socioeconômicos que pudessem priorizar aqueles estudantes que mais precisassem dele:

Neste novo contexto, a partir do estabelecimento de critérios, como condição socioeconômica, por exemplo, nem todos os alunos do PROEJA apresentavam perfil socioeconômico para continuar recebendo os benefícios da Assistência Estudantil. Por outro lado, a concessão pode ter tomado contornos mais justos ao privilegiar aqueles que realmente carecem de auxílio financeiro. (TAUFICK, 2013, p. 96).

No entanto, pode-se observar que a forma como essa política tem sido gerida também tem apresentado algumas falhas. Ao ser questionado sobre uma ação pertinente para ajudar os estudantes com dificuldades financeiras, um dos docentes respondeu: “A desburocratização das bolsas (P2)”, o que está implícito nessa fala são possíveis dificuldades de acesso dos alunos aos benefícios da Assistência Estudantil. Esse apontamento corrobora com o que Taufick (2013) também afirma em relação ao atraso recorrente na liberação do recurso, decorrente do aumento da quantidade de alunos matriculados no PROEJA.

Sobre a Assistência Estudantil, Silva (2010) também relata os problemas de comunicação entre a SETEC e as instituições e a falta de diálogo entre gestores e estudantes, mencionando ainda que a exigência de certas documentações e protocolos, muitas vezes, acabam tensionando o desenvolvimento dessa política.

A partir dessas afirmações, acredita-se que para que os alunos do PROEJA continuem a ser atendidos são necessários o fortalecimento e a consolidação da Política de Assistência Estudantil de uma forma mais ampla, inclusive no que se refere ao aumento de recursos, para que haja a segurança de que existem ações de apoio ao acesso, permanência e êxito dos alunos da EJA nas instituições federais de educação profissional, conforme preconizado nos princípios do PROEJA.

No entanto, embora tais recursos financeiros tenham o intuito de viabilizar a permanência dos estudantes, por si só não são garantia de continuidade dos alunos no curso. Estes, que buscam os cursos de EJA/EPT, trazem consigo uma trajetória escolar interrompida. Logo, é preciso que, aliado às questões financeiras, outras ações estejam adequadas para atender esses estudantes que trazem para a escola suas particularidades, especificidades e conhecimentos.

Além da incompatibilidade de horários e da falta de renda, outro fator socioeconômico identificado foi o medo da violência:

Olha... acho que foram vários motivos sabe... eu tava desempregada... e... ali aquela rua é perigoso de noite... tem assalto direto lá... a aula terminava tarde... eu tinha medo de ir a pé até a C... (E6)

Fica explícita na resposta da estudante entrevistada que, além do fator desemprego, o medo da violência contribuiu para que ela abandonasse o curso sem concluí-lo. O fato de essa situação ter sido levantada por uma mulher comprova que este fator representa maior preocupação entre as mulheres, uma vez que elas se sentem mais vulneráveis aos perigos de transitarem em horários noturnos e locais ermos.

Esse fator não foi encontrado nas pesquisas que tratam da evasão especificamente no PROEJA, mas foi identificado em um estudo sobre evasão dos alunos do ensino médio regular noturno em escolas da rede pública estadual de Montes Claros (MG), realizado por Lopes (2017). Nesse trabalho, a autora relata que o medo da violência no entorno na escola foi uma das causas apresentadas pelos alunos para justificarem a evasão, uma vez que o horário noturno, somado à precária iluminação das vias públicas ao redor da escola, gerava constante medo e sensação de insegurança nesses estudantes, especialmente nas mulheres, quando retornavam para as suas casas.

4.4.2 Fatores Intraescolares

Os fatores intraescolares para a evasão no PROEJA referem-se às causas que estão relacionadas diretamente ao contexto escolar, seja dentro ou fora da sala de aula. Com base nos dados gerados através das entrevistas e dos questionários, identificou-se três fatores dessa natureza, a saber: dificuldades de aprendizagem; a marginalização da modalidade na instituição; e ainda problemas de relacionamento entre professor e aluno.

Como já mencionado anteriormente, grande parte dos participantes da pesquisa apontou mais de uma causa para a evasão escolar e, de forma explícita, a maioria deles, tanto alunos quanto professores, citaram a dificuldade de aprendizagem como uma razão para o abandono da escola:

Eu gostava dos professores, mas como eu te disse eu fiquei muito tempo parado e não conseguia acompanhar muito bem as explicações... O Pedro II é uma escola muito boa, meus colegas, professores e todo o pessoal lá era muito gente boa. (E3)

Eu fiquei um pouco desanimado porque não conseguia entender muito bem as matérias, tirava notas baixas... e... ficava cansado e desanimado por causa do trabalho. (E4)

Acho que foi a questão do trabalho, junto com as responsabilidades em casa, a falta de tempo também pra estudar... e também abri minha própria barbearia na época tinha que trabalhar mais... dificuldades de aprendizagem... Sim... sim... eu tive um pouco de dificuldade pra aprender algumas coisas também. (E5)

Olha... acho que foram vários motivos sabe... eu tava desempregada... e... ali aquela rua é perigoso de noite... tem assalto direto lá... a aula terminava tarde... eu tinha medo de ir a pé até a C... fora que eu tinha muita dificuldade pra aprender principalmente matemática... não sou mais novinha... os conteúdos não tão fresquinho na cabeça... né... aí foi isso... fui meio que desanimando e parei de ir... (E6)

Dificuldades financeiras, sociais em geral - Assimetrias profundas na sala de aula, que podem causar frustrações para todos os lados. (P3)

Nas falas acima, é possível constatar que a dificuldade para aprender provoca o desânimo e a frustração em relação à escola, uma vez que os estudantes, ao se depararem com esse obstáculo, sentem-se incapazes de dar continuidade ao seu curso. Essa frustração em relação às dificuldades de aprendizagem dos alunos é também mencionada pelo professor P3 que revela “assimetrias profundas na sala de aula”, referindo-se ao fato de o mesmo ambiente de ensino e aprendizagem agrupar pessoas que apresentam diferentes dificuldades; que não tiveram acesso aos principais conteúdos do Ensino Fundamental e, por isso, acabam não conseguindo acompanhar o que é ensinado. Segundo o mesmo professor, essas situações “podem causar frustrações para todos os lados”, tanto para o professor, que muitas vezes não consegue alcançar seus objetivos de aula, quanto para o aluno, que se sente incapaz de aprender.

É importante lembrar que muitos alunos que ingressam no PROEJA possuem trajetórias escolares descontínuas e, por isso, trazem uma defasagem de aprendizagem que não é superada no módulo inicial do curso, não havendo, portanto, uma intervenção no sentido de reverter ou mesmo minimizar esse problema.

Sobre essa situação ainda pode-se observar, implicitamente, nas falas dos estudantes que eles se veem como os principais responsáveis por sua evasão, ao perceberem sua dificuldade para aprender e se sentirem incapazes de superar esse obstáculo. Esses sujeitos também atribuem o fato de não aprenderem ao longo tempo em que estiveram fora da escola: “[...] fora que eu tinha muita dificuldade pra aprender principalmente matemática... não sou mais novinha... os conteúdos não tão fresquinho na cabeça... né... aí foi isso... fui meio que desanimando e parei de ir...” (E6).

Na fala acima, pode-se inferir que, para a aluna, o ato de aprender faz parte, especialmente, da vida do jovem, do adolescente e da criança. Para ela, a aprendizagem é mais difícil (e até incomum) para um adulto. Essa concepção aponta para a ideia de que muitos alunos da EJA já entram na escola não se sentindo parte daquele ambiente, daquela rotina e do conhecimento que é compartilhado ali.

Essa mesma ideia se observa nessa outra fala: “Eu gostava dos professores, mas como eu te disse eu fiquei muito tempo parado e não conseguia acompanhar muito bem as explicações... O Pedro II é uma escola muito boa, meus colegas, professores e todo o pessoal lá era muito gente boa” (E3). Aqui, o aluno exime a escola de qualquer responsabilidade quanto à sua própria aprendizagem, assumindo para si a culpa por não conseguir aprender os conteúdos.

Diante das dificuldades ao longo do ano letivo, os estudantes se sentem incapazes e até culpados por não darem conta de acompanhar a rotina de estudos e acabam desistindo do curso. Esse problema enfrentado pelo aluno do PROEJA é discutido por Ferreira (2014, p. 83):

os sujeitos revelam uma impressão negativa acerca de suas capacidades de aprendizagens, indicando um sentimento de inferioridade diante do saber. Atribuem as suas dificuldades e limitações a eles mesmos: seja porque estava fora da escola há muito tempo; porque a escola anterior não lhe proporcionou uma base fundamental para acompanhar o ensino que lhe estava sendo ofertado agora; seja porque já têm uma idade avançada e não conseguem aprender como os jovens. Enfim, a escola atual é que está fazendo a diferença com um ensino de qualidade e eles precisam se esforçar, se doar para superar os obstáculos que surgem, precisam correr atrás de um tempo perdido.

Esse sentimento de culpa, segundo a autora, é envolto pela lógica capitalista, que prevê a exclusão dos indivíduos mais vulneráveis socialmente, fazendo-os acreditar que a culpa de tudo é deles e não do sistema que rege a sociedade a qual pertencem, que reproduz os interesses de uma classe dominante, reforçando a dualidade estrutural e histórica da educação. Partindo desse princípio, esses

estudantes se veem como sujeitos que precisam dar o melhor de si para obterem aquilo que almejam, ou seja, depende exclusivamente deles conseguirem chegar, ou não, ao final do curso e alcançarem a desejada certificação. Aqui encontra-se implícita a ideia de que o esforço em aprender tem que ser do próprio estudante se quiser sobreviver na escola.

Diante do fator dificuldade de aprendizagem, os estudantes E4 e E6 e as professoras P1 e P5 revelam o que poderia ser feito, de acordo com a concepção deles, para que esse problema fosse minimamente resolvido:

Como eu te falei tinha coisas que eu não conseguia aprender... né... então eu acho que alguns professores podiam fazer aulas mais chamativas... ali a maioria das pessoas estão há muito tempo sem estudar, então eu acho que tem que ter um pouco mais de paciência e compreensão dos professores. (E4)

Assim... eu acho que a escola podia ajudar mais os alunos sabe... vê se tão aprendendo direito... acho que é isso... (E6)

Como tenho pouca experiência como professora do PROEJA no CP II, as minhas observações são resultado daquilo que tenho observado em reuniões pedagógicas e das próprias falas dos estudantes durante os poucos encontros síncronos que temos. Dessa forma, acredito que os principais fatores para a evasão dos alunos são: falta de tempo, pois a maioria precisa conciliar jornadas longas de trabalho e/ou cuidados domésticos com os estudos; dificuldades de acesso às atividades por falta de recursos tecnológicos ou por baixa qualidade desses recursos; dificuldades de aprendizado, que poderiam ser atendidas pelo NAPNE da escola tal como ocorre no ensino regular, por exemplo. (P1)

A evasão nessa modalidade é grande também em outras redes no Rio de Janeiro. Um fator é a dificuldade de conciliar a vida adulta com os estudos, atividades domésticas, trabalho, família são pontos que geram um conflito de tempo e interesse. Outro fator, específico do Pedro II, é uma cobrança excessiva de notas, trabalho de conclusão de curso. O colégio quer manter um alto padrão de ensino que lhe é característico porém os estudantes do PROEJA têm essa dificuldade de acompanhar esse ritmo e muitas vezes não têm o apoio da escola que os estudantes das outras modalidades possuem. (P5)

Apesar de usarem palavras diferentes, os sujeitos acima dizem basicamente a mesma coisa: o estudante do PROEJA precisa ser acompanhado pela instituição para que suas dificuldades sejam identificadas e solucionadas (ou pelo menos reduzidas). Para tanto, é necessário que os profissionais que atuam nessa modalidade não ignorem as especificidades do público do PROEJA, pois esse é o primeiro passo para que os alunos sejam acolhidos pela instituição e para que os objetivos de ensino e aprendizagem sejam alcançados.

Atentar para as especificidades do PROEJA implica em reconhecer que determinadas práticas profissionais, embora funcionem bem com crianças e

adolescentes, não funcionam, necessariamente, com jovens e adultos. Os educadores que atuam na modalidade da EJA possuem em sua prática pedagógica diária uma grande responsabilidade, pois é essencial que compreendam as histórias de vida dos sujeitos, os saberes e as experiências vivenciadas pelos educandos, para então planejar e elaborar seu trabalho docente.

Paulo Freire destaca a importância de se considerar as leituras de mundo dos educandos.

Como educador preciso de ir “lendo” cada vez melhor a leitura do mundo que os grupos populares com quem trabalho fazem de seu contexto imediato e do maior de que o seu é parte. O que quero dizer é o seguinte: não posso de maneira alguma, nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. E isso tudo vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo “leitura do mundo” que precede sempre a “leitura da palavra”. (FREIRE, 2000, p. 81)

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que tratar pedagogicamente um adulto como uma criança, ignorando suas especificidades, significa reprimir esses indivíduos em suas leituras de mundo, negar a sua vivência e identidade humana constituída. Baptista (2014) assevera que metodologia própria para a educação de jovens e adultos, não pode ser confundida com a prática de reduzir conteúdos, mas de desenvolver uma proposta metodológica diferenciada, fundamentada na realidade do estudante, que por ser jovem ou adulto, possui uma vivência que o público do ensino regular ainda não dispõe. O autor também afirma que quando a LDB reconhece a EJA como modalidade de ensino da educação básica, além de reconhecer esta prática metodológica diferenciada, está apontando também para a necessidade de uma adaptação curricular, que também seja fundamentada na realidade dos sujeitos da EJA.

Diante disso, a fala da professora P5 revela que o CPII/Campus Centro, para manter a boa fama de “um alto padrão de ensino”, tem imposto sobre o PROEJA exigências incompatíveis com a realidade dos estudantes dessa modalidade: “[...] Outro fator, específico do Pedro II, é uma cobrança excessiva de notas, trabalho de conclusão de curso. O colégio quer manter um alto padrão de ensino que lhe é característico porém os estudantes do PROEJA têm essa dificuldade de acompanhar esse ritmo e muitas vezes não têm o apoio da escola que os estudantes das outras modalidades possuem”.

Observa-se na fala acima que o problema apontado pela docente não consiste

apenas na “cobrança excessiva” imposta ao PROEJA pela instituição, mas na falta de apoio da escola aos estudantes dessa modalidade. Ao falar das principais dificuldades dos alunos do PROEJA, outra professora fala algo parecido: “[...] dificuldades de aprendizado, que poderiam ser atendidas pelo NAPNE da escola tal como ocorre no ensino regular, por exemplo” (P1).

A professora, em sua fala, propõe que os estudantes do PROEJA com dificuldades de aprendizagem sejam assistidos pelo NAPNE, que é o Núcleo de Atendimento à Pessoa com Necessidade Específica. De acordo com informações retiradas do próprio site do CPII, o NAPNE do Campus Centro:

[...] atende alunos com deficiência física, visual, auditiva, intelectual, mental, com transtorno do espectro do autismo ou com superdotação ou altas habilidades em alguma área do conhecimento. Também atende indivíduos cujas necessidades educacionais específicas, decorrente de fatores inatos ou adquiridos, de caráter permanente ou temporário, resultem em dificuldades ou impedimentos no desenvolvimento acadêmico e/ou em suas relações interpessoais, como por exemplo alunos com dislexia ou transtorno do déficit de atenção (TDA).¹⁶

No entanto, a partir da fala da docente, pode-se inferir que esse setor do campus em questão não tem atendido aos alunos do PROEJA “[...] tal como ocorre no ensino regular [...]” (P1). A comparação feita pelas duas professoras, P1 e P5, entre o PROEJA e o ensino regular da instituição no que se refere ao apoio e acompanhamento dos estudantes, revela o desejo delas de ver o PROEJA ocupando no CPII o mesmo espaço social que as demais modalidades, apontando, ainda, para outro fator que pode estar contribuindo para a evasão nessa modalidade desse campus: a marginalização do PROEJA na instituição.

Esse fator é evidenciado em outras falas de docentes:

[...] Acho que o problema está além dos gestores, o problema é da instituição que marginaliza o PROEJA. (P5)

A instituição deveria valorizar a ideia de proporcionar a educação para adultos e não apenas benefícios burocráticos ou orçamentários disso. Como docente que se preocupa com a formação e emancipação real do discente, é muito frustrante não poder oferecer às pessoas aquilo que, naquele momento, elas precisam e que é adequado ao momento formativo delas. O Proeja não deveria simplesmente dar continuidade ao trabalho infelizmente inacabado das etapas anteriores, “tapando o sol com peneira”, mas identificar esse problema e tentar atendê-lo. (P3)

A partir da fala dos docentes, pode-se afirmar que a marginalização do PROEJA no CPII/Campus Centro se dá pelo fato de a instituição não apresentar

¹⁶Informações disponíveis em < <https://www.cp2centro.net/napne/> >. Acesso em 27 abr. 2021.

propostas claras para o melhor acompanhamento dos discentes¹⁷; não atender às especificidades desse público; não tratar de forma específica os dados produzidos pelo PROEJA, a fim de que se possa observar melhor os problemas que atingem a EJA profissional da instituição; e, ainda, a divulgação insuficiente de informações acerca do PROEJA para a comunidade escolar.

Apesar de oferecer os cursos do PROEJA há quinze anos, o Colégio Pedro II ainda não possui uma efetiva política institucional específica para atender essa modalidade, de forma a garantir a qualificação plena, cidadã, crítica no mundo do trabalho. Esse problema foi também identificado na pesquisa de Baptista (2014) sobre o PROEJA dessa mesma instituição, onde o pesquisador aborda que o CPII ainda tem tratado a EJA como uma assistência e não como um direito.

O autor supracitado revela que alguns professores e demais funcionários, em sua pesquisa, percebiam uma grande diferença entre o ensino diurno (ensino médio regular) e o ensino noturno (PROEJA), como se fossem duas escolas diferentes. Alguns desses profissionais enxergavam os alunos do PROEJA como se estivessem apenas lotados na instituição, mas sem pertencer de fato a ela. E, por isso, ele faz questão de ressaltar:

[...] o Proeja é um programa oferecido pela instituição. Não se tratam de alunos de um Programa lotado no Colégio, mas alunos do CPII como os demais. Afinal, da mesma forma que a instituição atualmente tem a obrigação de ofertar o ensino médio regular, tem também de ofertar o ensino médio integrado à educação profissional na modalidade de educação de jovens e adultos. (BAPTISTA, 2014, p. 96)

Uma das estudantes entrevistadas mencionou a falta de informações claras por parte da instituição no que se refere à estrutura do PROEJA como causa da sua desistência:

Então... como eu havia te falado... eu tinha concluído o ensino médio... então eu pensei que poderia eliminar algumas matérias... né... porque o curso tem duração de três anos... e eu queria um curso... com menos tempo um ano e meio e até dois anos... aí eu falei poxa ficar três anos é como se eu tivesse terminando o ensino médio de novo... né... aí foi que eu pensei... eu achei por bem sair... não sabia que não podia... né... (E1)

A estudante que fez o relato acima já havia concluído o ensino médio na modalidade da EJA e buscou no PROEJA uma formação técnica-profissional, acreditando na possibilidade de eliminar as disciplinas referentes ao ensino médio

¹⁷ Esclarecemos que, no decorrer do processo de coleta de dados, tentamos contato com o Setor de Orientação Educacional e Pedagógica (SOEP) do campus para conhecer o que já é realizado para o acompanhamento desses alunos, mas não obtivemos retorno.

para cursar apenas as do curso técnico em menos tempo. Quando questionada se ela havia lido o edital do processo seletivo para o PROEJA da instituição, a aluna respondeu que leu, mas não atentou para essa informação.

Mesmo sabendo que a responsabilidade da leitura do edital seja do indivíduo que deseja se inscrever em um determinado processo seletivo, até nesse aspecto, acredita-se que é preciso enxergar os estudantes da modalidade EJA com um olhar diferenciado. Já que uma das etapas desse processo de seleção é a realização da entrevista online com os inscritos, por que não reiterar as principais informações acerca do programa nessa etapa? Por que não tornar as informações quanto à estrutura dos cursos do PROEJA mais acessíveis e objetivas utilizando as mídias sociais da instituição também?

Ao acessar os meios de comunicação oficiais do CPII, não é difícil perceber a divulgação insuficiente de informações acerca do PROEJA para a comunidade escolar. Esse aspecto se evidencia nas falas dos estudantes abaixo:

Uma vizinha... nós sempre falávamos do Pedro II...mas... somente para as criança... eu não sabia que existia a possibilidade do curso técnico... foi quando... uma amiga entrou no curso técnico só que na unidade de Caxias... (E1)

Eu descobri que tinha curso técnico lá no Pedro II... uma amiga minha tinha estudado lá e me falou que tinha aula de noite lá... quase ninguém sabe que tem PROEJA no Pedro II... aí eu me interessei, fiz a inscrição e consegui... né... (E4)

Eu já ouvia falar da escola, mas não sabia que tinha aula pra gente adulta lá... fiquei sabendo pelo meu filho do meio... ele me deu a maior força pra eu me inscrever... aí eu fui né... (E6)

Apesar de a instituição oferecer cursos técnicos profissionalizantes para a EJA há quinze anos, "... quase ninguém sabe que tem PROEJA no Pedro II", disse um dos estudantes entrevistados e, como consequência disso, jovens e adultos, que poderiam se beneficiar com esse programa, continuam sem saber da existência dessa modalidade em uma das principais instituições públicas de ensino do país. Essa divulgação insuficiente de informações acerca do PROEJA é uma das formas de se marginalizar a modalidade no CPII e esse é um fator que tem ocasionado a evasão desses estudantes.

Entre as causas apontadas como motivadoras para a evasão, uma das estudantes entrevistadas relatou que, além da dificuldade financeira na época do curso que a impedia de custear sua locomoção até a escola, ela teve um problema pessoal com uma das professoras da instituição:

Além de nunca ter obtido o BU (bilhete único) que era meu direito... uma professora em particular sempre me desestimulava com suas palavras direcionadas a mim. A tal professora, que devia se preocupar em lecionar o X... que é matéria dela e não em ficar dizendo sobre minha matrícula, que eu não poderia dar continuidade etc, tudo perante em sala de classe... O mínimo era aguardar a hora do intervalo e me chamar pra conversar mas o interesse dela parecia em querer me fazer passar vergonha... (E2)

A aluna não entrou em detalhes sobre as situações de conflito que vivenciou em sala de aula, mas deixou claro que as palavras ditas pela professora, direcionadas a ela, na frente dos demais alunos da turma lhe causavam constrangimento e desestímulo. Embora esse fator não tenha sido encontrado em outras pesquisas sobre evasão no PROEJA, esses estudos ressaltam a importância da boa relação entre professor e aluno, especialmente na modalidade EJA.

Cardoso (2018), por exemplo, fala sobre o papel fundamental dos professores e gestores no processo de acolhimento dos alunos do PROEJA, tendo em vista, que estes estudantes, na maioria das vezes, estão retornando à escola depois de um longo tempo sem frequentá-la, e carregam consigo problemas de autoestima que, segundo a autora, podem ser agravados quando no espaço de ensino e aprendizagem não há um acolhimento adequado.

Daí a necessidade da formação específica para os professores que atuam na EJA, uma vez que é importante que estes não desconsiderem as características específicas dessa modalidade de ensino a fim de que sejam capazes de promover ações inclusivas e que propiciem o diálogo no processo de ensino e aprendizagem. Como já foi dito anteriormente, todos os docentes participantes desta pesquisa declararam não possuir nenhuma formação voltada para a EJA.

Como a formação inicial de graduação do professor para atender as especificidades da EJA é ainda incipiente, a formação continuada ao longo da carreira profissional pode contribuir para que o profissional dessa modalidade de ensino enriqueça a sua prática pedagógica. De acordo com Libâneo (2004, p. 227), a formação continuada “[...] é o prolongamento da formação inicial visando um aperfeiçoamento profissional teórico e prático do próprio contexto de trabalho, e ao desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional”. Dessa forma, o professor que se atualiza e se qualifica, ao longo da sua vida, poderá não só auxiliar no desenvolvimento da autonomia intelectual dos alunos, mas também estabelecer com estes vínculos afetivos, os quais são essenciais no processo de ensino e aprendizagem.

A partir dos dados aqui apresentados, observa-se que a evasão escolar no PROEJA do CPII/Campus Centro é um fenômeno de muitos fatores. Estes podem estar ligados às questões socioeconômicas e/ou aos problemas que ocorrem no contexto escolar. Diante disso, concorda-se com Dore e Lüscher (2011) quando afirmam que a evasão escolar demanda soluções complexas, uma vez que envolvem diversos agentes sociais. Sendo assim, o caminho mais coerente a ser percorrido pela escola para intervir nesse problema é o da prevenção, por meio da identificação das causas e da elaboração de propostas para o acompanhamento dos discentes do PROEJA.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

Tendo em vista os altos índices de evasão escolar no PROEJA não só no CPIL, mas no âmbito nacional, e a partir dos resultados obtidos nesta pesquisa, percebeu-se a necessidade de se elaborar um plano de acompanhamento do discente do PROEJA do CPIL/Campus Centro. Esse documento tem como objetivo apresentar informações referentes a essa modalidade de ensino da instituição e propor estratégias pedagógicas para fins de prevenção da evasão escolar nesse segmento.

O acompanhamento dos discentes é uma das funções da equipe pedagógica¹⁸, sendo fundamental o envolvimento de toda a comunidade escolar nesse sentido para uma ação mais efetiva, tendo em vista o fortalecimento do percurso do educando na escola. Embora a evasão escolar no PROEJA não aconteça somente por fatores intraescolares, acredita-se que é fundamental que a escola elabore e execute ações visando a permanência desses estudantes até a conclusão do curso.

Diante disso, o plano elaborado como produto educacional apresenta, de uma forma objetiva, informações sobre o PROEJA e suas principais características, bem como dessa modalidade no Colégio Pedro II, uma escola que há quase duzentos anos é conhecida por oferecer aos seus estudantes o Ensino Médio regular. Esse documento ainda trata dos altos índices de evasão no PROEJA no âmbito nacional e no Colégio Pedro II, uma vez que esses números justificam a necessidade de se olhar para essa modalidade de ensino com sensibilidade e urgência. E, por fim, são apresentadas propostas e estratégias que objetivam auxiliar os profissionais que atuam no PROEJA a oferecerem aos alunos um melhor aproveitamento dos seus cursos.

5.1 Desenho do produto educacional

O plano de acompanhamento do discente do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro foi criado de forma gratuita através da plataforma Canva, dada a facilidade da ferramenta, que possui editor intuitivo e não exige do usuário conhecimentos aprofundados em desenvolvimento de projetos de design gráfico.

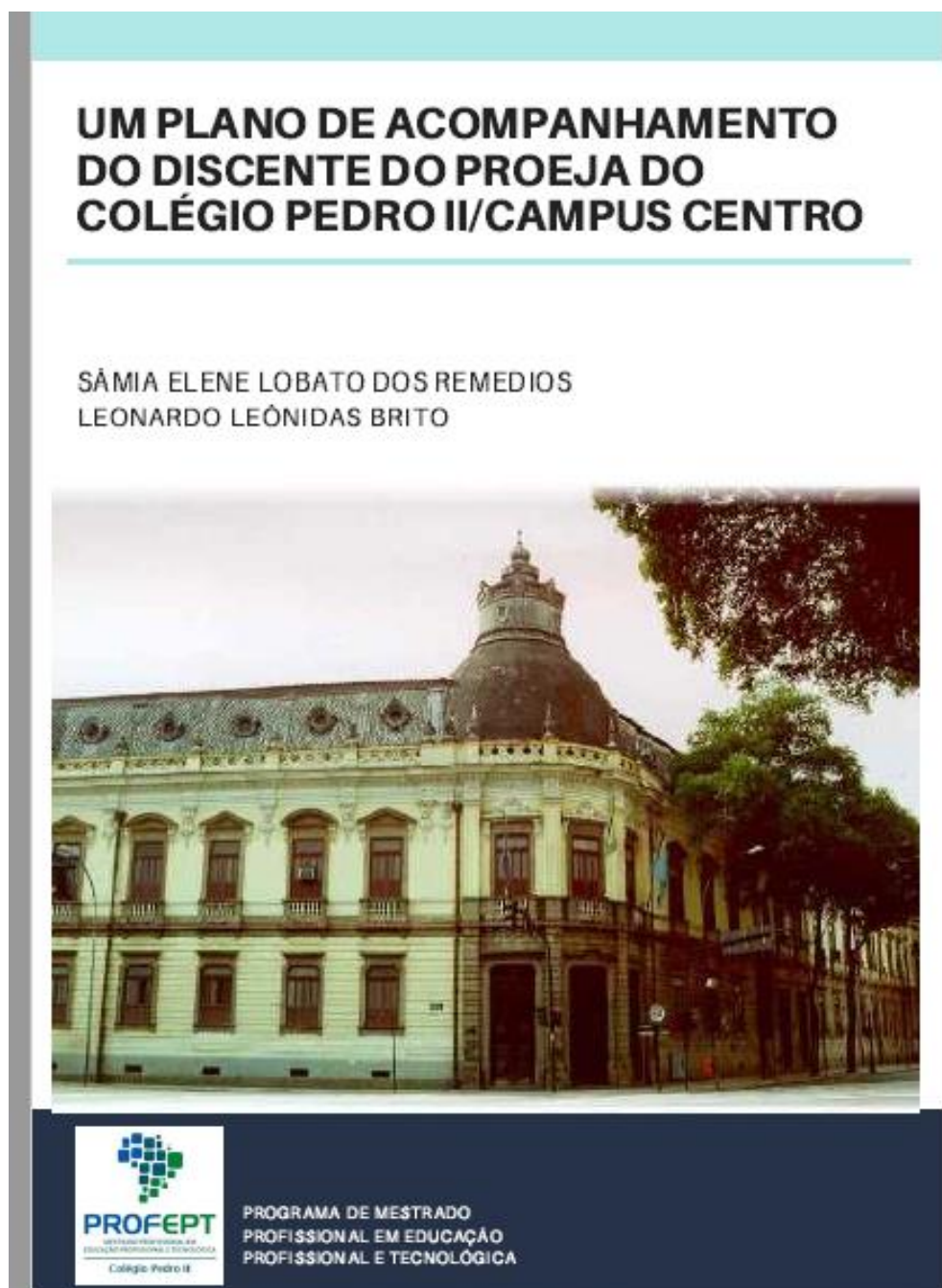
A seguir serão apresentadas as principais partes do plano elaborado como produto educacional.

¹⁸ Ao longo do processo de coleta de dados, tentamos contato com o Setor de Orientação Educacional e Pedagógica (SOEP) do campus, mas não obtivemos retorno.

5.1.1 Capa

Na capa, foram inseridos o título do produto, os nomes da autora e do orientador, a imagem do CPE/Campus Centro e o logo do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica.

Figura 1 – Capa



Fonte: Imagem do Plano de acompanhamento do discente do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro.

5.1.2 Contracapa

Nessa parte, há as informações técnicas acerca do plano de acompanhamento.

Figura 2 – Contracapa

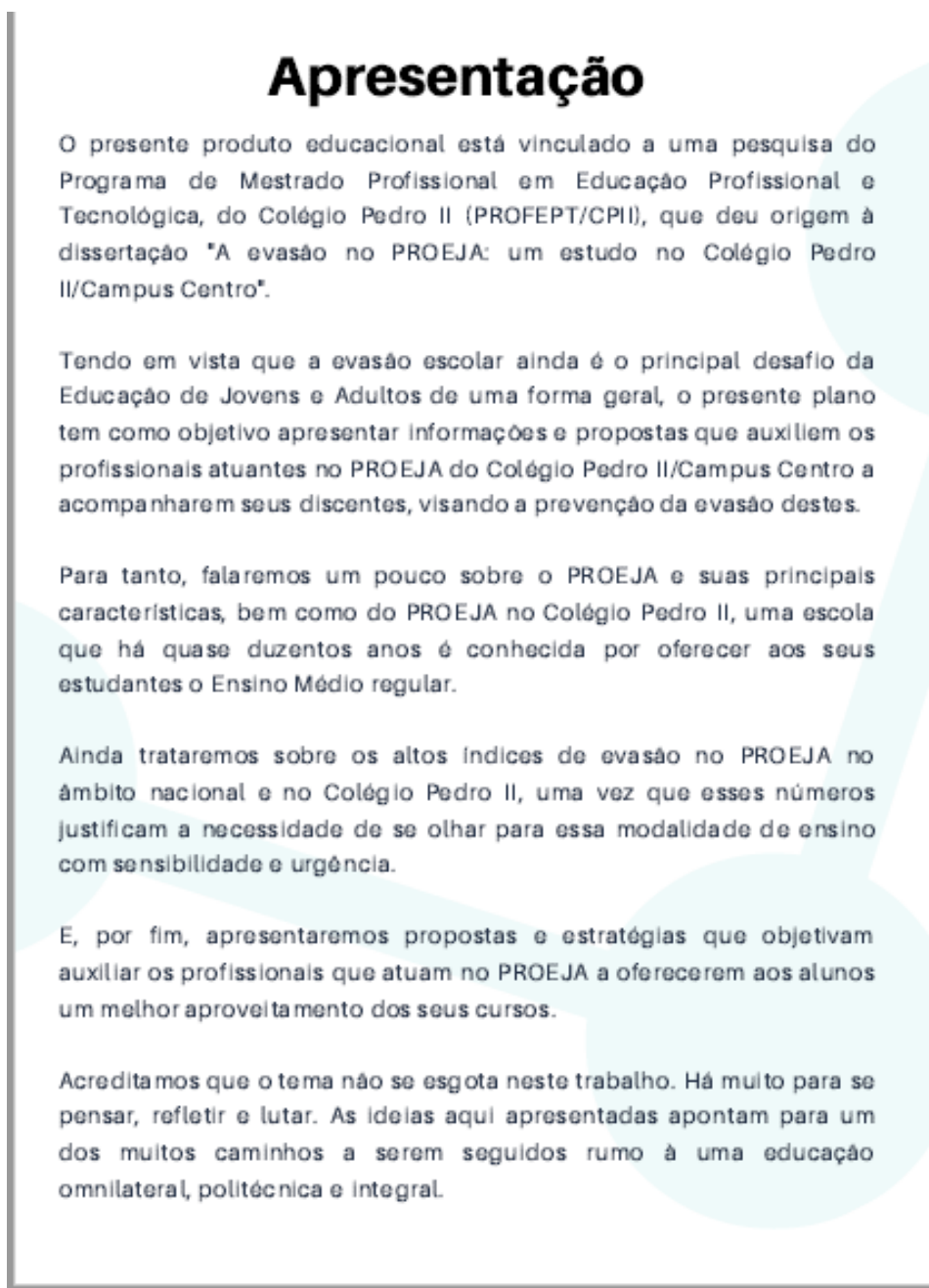


Fonte: Imagem do Plano de acompanhamento do discente do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro.

5.1.3 Apresentação

Nessa parte, é realizada, de forma resumida, a apresentação das principais informações trazidas pelo plano de acompanhamento, ressaltando que o mesmo está vinculado à presente dissertação.

Figura 3 – Apresentação



Fonte: Imagem do Plano de acompanhamento do discente do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro.

5.1.4 Sumário

No sumário estão elencadas as principais partes do plano de acompanhamento

do discente do PROEJA do CPII/Campus Centro.

Figura 4 – Sumário

Sumário	
O que é EJA?.....	5
O que é PROEJA?.....	5
O PROEJA no Colégio Pedro II: uma visão geral.....	10
Evasão escolar: o maior desafio a ser superado no PROEJA.....	13
Propostas e estratégias pedagógicas para o acompanhamento do discente do discente do PROEJA para fins de prevenção da evasão.....	18
Considerações Finais.....	31
Referências bibliográficas.....	32

Fonte: Imagem retirada do Plano de acompanhamento do discente do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro

5.1.5 O que é EJA? O que é PROEJA?

Nessa parte é explicado, objetivamente, o que é a EJA e o que é o PROEJA e suas finalidades principais como modalidade de ensino.

Especificamente sobre o PROEJA são apresentadas as informações acerca da sua implementação através do Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, as concepções e os princípios defendidos pelo Documento Base que norteia a execução do programa; as características específicas dos estudantes do PROEJA.

Figura 5 – O que é a EJA? O que é o PROEJA?

O que é a EJA?

É a Educação de Jovens e Adultos (EJA), uma modalidade de ensino destinada a jovens e adultos que, por diversos fatores, não deram continuidade aos estudos ou que não tiveram acesso e/ou permaneceram no ensino regular na idade própria.

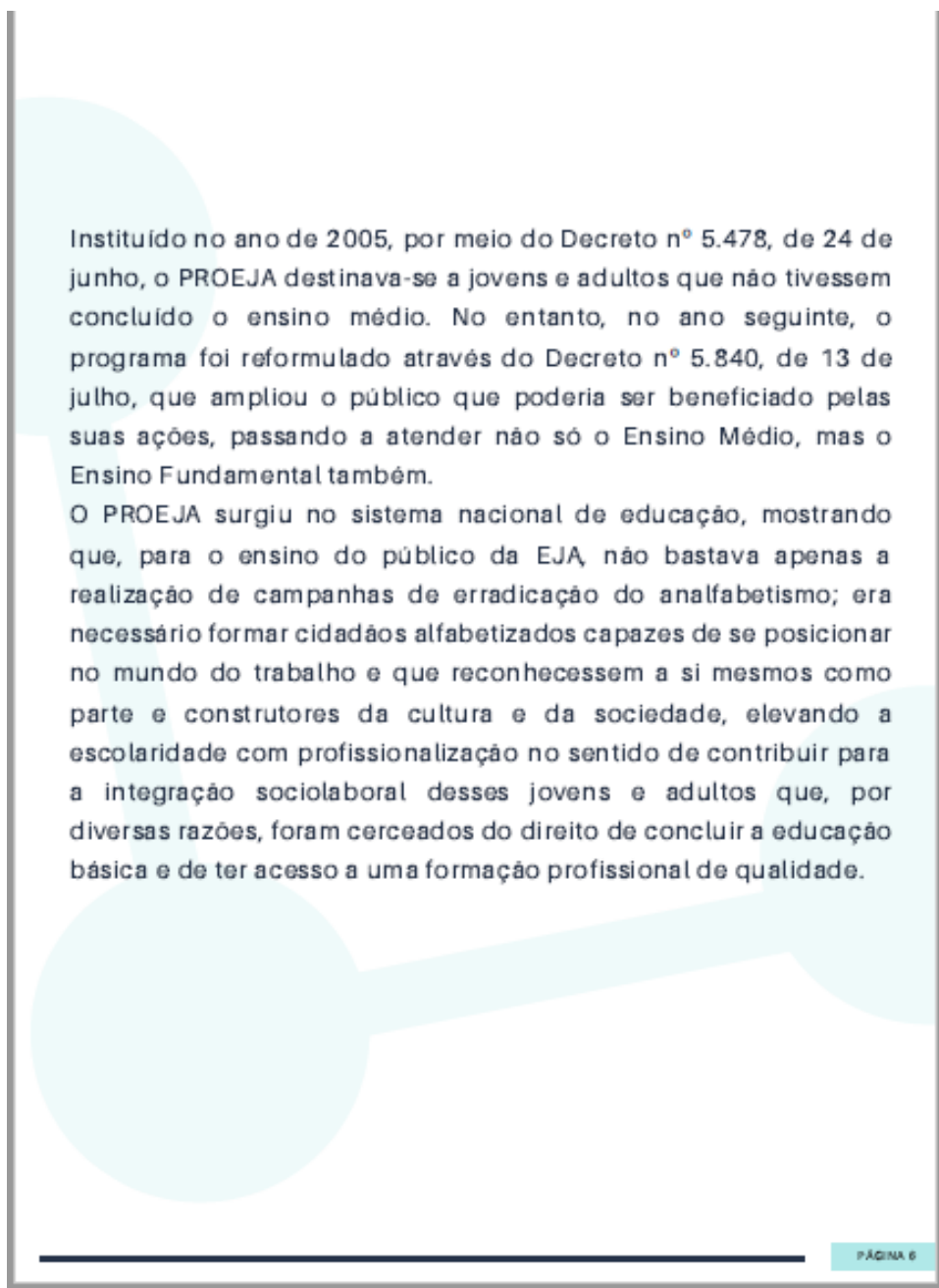
O que é o PROEJA?

O PROEJA é o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos e tem como objetivo não só ser uma oportunidade para que jovens e adultos tenham acesso à educação básica, mas também (como modalidade articulada à EPT) tem a finalidade de ser um meio que possibilita a inserção desses indivíduos no mundo do trabalho através da oferta de uma formação profissional.

PÁGINA 5

Fonte: Imagem retirada do Plano de acompanhamento do discente do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro.


Figura 6 – Informações sobre o PROEJA



Fonte: Imagem retirada do Plano de acompanhamento do discente do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro.

Figura 7 – Documento Base

E o Documento Base?



O Documento Base do PROEJA (2007) apresenta a situação da Educação de Jovens e Adultos no Brasil; as políticas públicas até então destinadas a este grupo; os desafios da implantação de uma política de integração da educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio na modalidade EJA; as concepções e os princípios acerca do programa; o projeto político-pedagógico integrado e questões referentes aos aspectos operacionais do programa.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf

PÁGINA 7

Fonte: Imagem retirada do Plano de acompanhamento do discente do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro.


Figura 8 – Citação do Documento Base

**O Documento
Base defende
para o PROEJA
ações norteadas
por princípios
epistemológicos
que visam:**

"a formação humana, no seu sentido lato, com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade socialmente justa." (BRASIL, 2007, p. 13).

Figura 9 – Quem é o público do PROEJA?

Quem é o público do PROEJA?



O PROEJA destina-se a pessoas a partir de dezoito anos que não tiveram oportunidade de concluir o ensino fundamental e médio na idade adequada e que desejam, além da formação básica, qualificar-se profissionalmente. Dessa forma, o PROEJA permite tanto a elevação de escolaridade quanto a profissionalização.

O público do PROEJA possui múltiplas características, mas, em geral, são pessoas comuns, social e economicamente menos favorecidas, oriundas dos interiores ou das periferias das cidades, que estão em busca de uma formação profissional que lhes garanta um certificado para lhes dá maiores chances de se inserir no mercado de trabalho. Muitos desses alunos já são trabalhadores que chegam à noite casados à escola. Outros são donas de casa que, depois de anos fora da escola e já com filhos criados, voltam aos bancos escolares.

Para Arroyo (2005, p. 29) historicamente os sujeitos da EJA "são os mesmos: pobres, desempregados, na economia informal, negros, nos limites da sobrevivência", e seu "nome genérico", "oculta essas identidades coletivas". Assim, os direitos sociais dos sujeitos da EJA devem ser requeridos para que seja devolvida a identidade que lhes foi negada geração após geração.

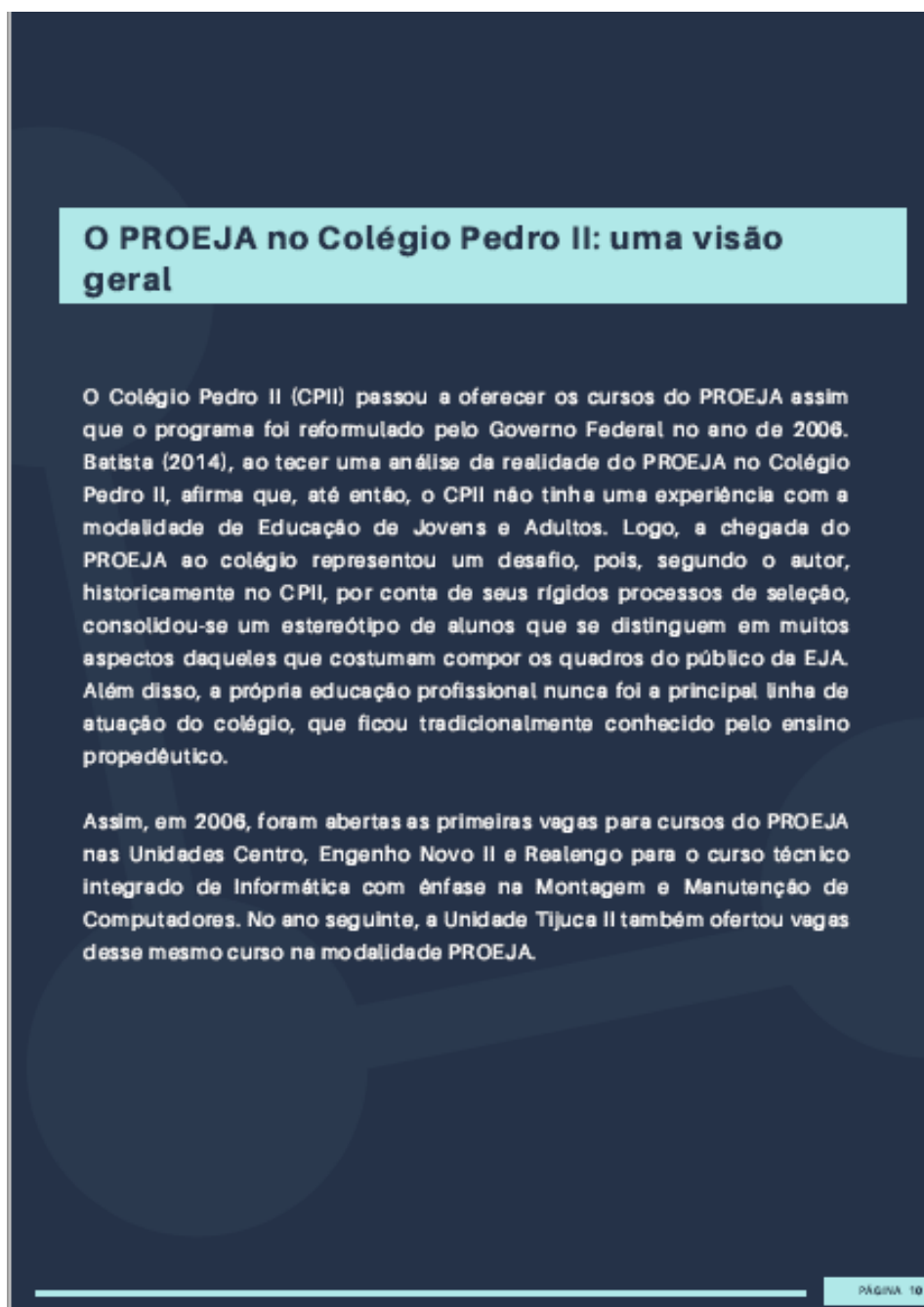
PÁGINA 9

Fonte: Imagem retirada do Plano de acompanhamento do discente do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro.

5.1.7 O PROEJA no Colégio Pedro II: uma visão geral

Nessa parte, há uma visão geral acerca da implementação do PROEJA no CPII em 2006; informações técnicas sobre o programa presentes no site oficial da instituição em relação aos cursos oferecidos na modalidade; à duração dos mesmos; aos requisitos exigidos para o ingresso dos estudantes nesse programa; ao processo seletivo.

Figura 10 – O PROEJA no Colégio Pedro II: uma visão geral



Fonte: Imagem retirada do Plano de acompanhamento do discente do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro.

Figura 11 – Quais unidades do CPII oferecem o PROEJA? Quais são os cursos?

Quais unidades do CPII oferecem o PROEJA? Quais são os cursos?



A partir dos editais publicados em seu site oficial (cp2.g12.br), o Colégio Pedro II, em 2020, oferece 11 (onze) cursos de PROEJA assim divididos pelos Campi, a saber:

- Centro: com os cursos Técnico em Administração e Assistente Administrativo;
- Duque de Caxias: com os Cursos Técnico em Administração e Assistente Administrativo;
- Engenho Novo II: com os cursos Técnico em Administração e Assistente Administrativo;
- Realengo II: com os cursos Técnico em Administração, Assistente Administrativo e Técnico em Manutenção e Suporte em Informática e
- Tijuca II: com os cursos Técnico em Administração e Assistente Administrativo.

Figura 12 – Informações do PROEJA no CPII

Qual o tempo de duração dos cursos?

Segundo os editais publicados no site do CPII, os cursos possuem duração de três anos, exceto o curso de Assistente Administrativo que tem uma duração menor de dois anos, objetivando uma inserção mais rápida no mercado de trabalho e a obtenção da formação profissional em um prazo menor, embora com uma titulação mais simples em relação ao curso de Técnico integrado em Administração; com isso, o estudante obterá uma formação geral mais básica e conhecimentos profissionais mais restritos, porém com o objetivo de garantir uma formação profissional básica no campo da Administração para o aluno que optasse pela modalidade assistente.

O que é necessário para estudar no PROEJA do Colégio Pedro II?

É necessário que o aluno tenha no mínimo 18 anos e já tenha concluído o Ensino Fundamental. As inscrições são realizadas pela internet, no site da instituição, no qual o estudante escolhe apenas um curso em um único campus. No caso de alunos sem acesso à internet, é possível realizar a inscrição nos Postos de Atendimento instalados no CPII em dias e horários informados no site do colégio. A seleção dos candidatos acontece em duas etapas: Confirmação Presencial, que se dá pelo comparecimento do candidato no dia e horário informados no Cartão de Confirmação; e Sorteio Público, que acontece no dia estabelecido no edital.

PÁGINA 12

Fonte: Imagem retirada do Plano de acompanhamento do discente do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro.

5.1.8 Evasão Escolar: o maior desafio a ser superado no PROEJA

Nessa parte, há dados acerca da evasão no PROEJA, gerados na Plataforma Nilo Peçanha, no âmbito nacional, do ano de 2018; no Colégio Pedro II, dos anos de 2017, 2018 e 2019; e especificamente, no CPIL/Campus Centro por ciclo de matrícula. Além disso, são apresentados os principais fatores constatados nesta pesquisa como causadores para a evasão nessa modalidade de ensino da instituição.

Figura 13 – Evasão escolar: o maior desafio a ser superado no PROEJA

Evasão Escolar: o maior desafio a ser superado no PROEJA




Imagem pública do Google Imagem

Evasão escolar pode ser definida como o ato de abandonar a escola antes da conclusão de uma série ou de um determinado curso. Consiste no ato ou processo de evadir, de fugir, de escapar ou esquivar-se dos compromissos assumidos ou por vir a assumir.

De acordo com a Plataforma Nilo Peçanha (PNP), no relatório apresentado em 2019, com base nos dados relativos ao ano-letivo de 2018, enquanto o ensino médio integrado (EMI) teve uma taxa de evasão escolar de 9,7%, o PROEJA integrado teve 19,7% de evasão, num cenário nacional de oferta presencial.

A Plataforma Nilo Peçanha foi criada em 2017 pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), é um banco de dados que destina-se à coleta, tratamento e publicização de dados oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e apresenta informações sobre as unidades que a compõem, cursos, corpo docente, discente e técnico-administrativo, além de dados financeiros.

PÁGINA 13

Fonte: Imagem retirada do Plano de acompanhamento do discente do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro.

Figura 14 – Dados da evasão no PROEJA do CPII

Dados da evasão no PROEJA do CPII

PROEJA/Colégio Pedro II	Ano-base	Ano-base	Ano-base
	2017	2018	2019
Índice de Eficiência Acadêmica	36,4%	48,80%	42,4%
Conclusão Ciclo	35,71%	46,99%	38,58%
Evasão Ciclo	62,38%	49,40%	52,36%
Retenção Ciclo	1,90%	3,61%	9,06%

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Plataforma Nilo Peçanha dos anos de 2017, 2018 e 2019.

Os dados referentes ao PROEJA no CPII apontam uma queda no índice de evasão por ciclo de matrícula entre 2017 e 2018 e, por conseguinte, o índice de conclusão por ciclo aumenta nesse período. No entanto, de 2018 para 2019, a conclusão por ciclo tem uma queda de 8,41% e a evasão volta a aumentar, reduzindo assim o índice de eficiência acadêmica. Apesar dos índices de evasão no PROEJA do CPII terem sofrido uma queda entre 2017 e 2019, eles ainda se mantêm em níveis bastante elevados, especialmente, se compararmos com os índices do Ensino Médio Integrado diurno (EMI) da mesma instituição, apresentados no quadro 6, que são de 12%, 17,54% e 16,13% para os anos base 2017, 2018 e 2019, respectivamente.

Figura 15 – Dados de evasão no PROEJA do CPII/Campus Centro por ciclo de matrícula



Fonte: Imagem retirada do Plano de acompanhamento do discente do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro.

Figura 16 – Fatores Socioeconômicos

Fatores Socioeconômicos

"Assim... eu não conseguia acompanhar muito bem as aulas devido ao trabalho, chegava atrasado e saía antes do último tempo, não pegava bem as matérias, porque não tinha tempo pra estudar e fazer os trabalhos... aí eu parei de ir..." (Estudante que evadiu do PROEJA do CPII/Campus Centro)

- Incompatibilidade de Horários;
- Falta de renda;
- Medo da violência.

"Olha... acho que foram vários motivos sabe... eu tava desempregada... e... ali aquela rua é perigoso de noite... tem assalto direto lá... a aula terminava tarde... eu tinha medo de ir a pé até a C..." (Estudante que evadiu do PROEJA do CPII/Campus Centro)

PÁGINA 16

Fonte: Imagem retirada do Plano de acompanhamento do discente do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro.

Figura 17 – Fatores Intraescolares

Fatores Intraescolares

"Eu gostava dos professores, mas como eu te disse eu fiquei muito tempo parado e não conseguia acompanhar muito bem as explicações... O Pedro II é uma escola muito boa, meus colegas, professores e todo o pessoal lá era muito gente boa." (Estudante que evadiu do CPII/Campus Centro)

"[...] Acho que o problema está além dos gestores, o problema é da instituição que marginaliza o PROEJA." (Professor do PROEJA do CPII/Campus Centro)

"[...] uma professora em particular sempre me desestimulava com suas palavras direcionadas a mim. A tal professora, que devia se preocupar em ensinar o X... que é matéria dela e não em ficar falando sobre minha matrícula, que eu não poderia dar continuidade etc, tudo perante em sala de classe..." (Estudante que evadiu do PROEJA do CPII/Campus Centro)

- Dificuldades de aprendizagem;
- Marginalização do PROEJA na instituição;
- Problemas de relacionamento entre professor e aluno.

PÁGINA 17


Fonte: Imagem retirada do Plano de acompanhamento do discente do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro.

5.1.8 Propostas e Estratégias Pedagógicas para o acompanhamento do discente do PROEJA para fins de prevenir a evasão.

Nessa parte são apresentadas propostas e estratégias visando o acompanhamento dos estudantes do PROEJA do CPII/Campus Centro, sendo estas elaboradas a partir dos resultados desta pesquisa, a saber:

Figura 18 – Propostas e estratégias para o acompanhamento do discente do PROEJA

Propostas e Estratégias Pedagógicas para o acompanhamento do discente do PROEJA para fins de prevenir a evasão



As informações apresentadas até agora nos alertam para a urgência em se estudar, definir, planejar e implementar estratégias de reversão dos índices de evasão escolar para que o Brasil atinja melhores níveis de escolarização da população, reforçando "a necessidade de valorizar o espaço escolar como um espaço significativo de formação profissional, onde sejam privilegiados importantes momentos de troca e compartilhamento dos saberes de experiência entre os professores e alunos." (DANTAS & ALMEIDA, 2017, p. 130).

Nesse sentido, Dore e Lüscher (2011) afirmam que a evasão escolar demanda soluções complexas, uma vez que envolvem diversos agentes sociais. Sendo assim, o caminho mais coerente a ser percorrido pela escola para intervir nesse problema é o da prevenção, por meio da identificação das causas e da elaboração de propostas para o acompanhamento dos discentes do PROEJA.

E é pensando nisso que apresentamos a seguir algumas propostas e estratégias para o acompanhamento dos alunos do PROEJA do CPII/Centro. Não é uma fórmula mágica; são sugestões que objetivam contribuir para o acesso e a permanência desses estudantes jovens e adultos na instituição.

PÁGINA 18

Fonte: Imagem retirada do Plano de acompanhamento do discente do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro.

Figura 19 – Maior divulgação do PROEJA do CPII

Maior divulgação dos cursos do PROEJA do CPII

"[...] quase ninguém sabe que tem PROEJA no Pedro II..." (Estudante que evaduiu do PROEJA do CPII/Campus Centro)

BRASIL CORONAVÍRUS (COVID-19) Simplifique! Participe! Acesso à Informação Legislação Casos

COLÉGIO PEDRO II Tempo letivo: 4 Maio 2021 A. Normal A+ WEBMAIL

Área do Estudante CPII Digital

PROGRAMAS E PROJETOS CULTURA EXTENSÃO PESQUISA POLIGRAFIAÇÃO

NOTÍCIAS

SELEÇÃO TEMPORARIAMENTE SUSPENSA

Ação judicial do Síndico leva à suspensão temporária da Seleção de Novos Alunos 2021

O andamento do processo seletivo de novos alunos para o ano letivo de 2021 do

NOTAS ADMINISTRATIVAS

Homologação de candidaturas (Credenciamento Docente) – Chamadas Internas nº 03/2021 e 05/2021

Resultado final de Chamada Interna nº 01/2021 - Admissão ao Programa de Iniciação à Docência

Chamada Interna nº 06/2021 PROEJA - Resultado final

Programa de Iniciação à Docência - Resultado final

CPII nº 01/2021 PROEJA - Fatura de pagamento de taxa

MENUS

Imagem disponível em: <<https://cp2.g12.br/>>.

O acompanhamento do aluno do PROEJA já se inicia a partir do processo de divulgação das principais informações acerca do programa. Sendo assim, é muito importante que tais informações referentes ao quantitativo de vagas, aos cursos oferecidos, à duração dos mesmos, às inscrições para o processo seletivo, aos documentos necessários para inscrição e matrícula, à grade curricular e à carga horária exigida estejam claras e acessíveis ao público.

Para tanto, as páginas das mídias sociais do CPII podem ser muito úteis no sentido de ampliar a divulgação dos cursos do PROEJA, tendo em vista que um número cada vez maior de pessoas poderão conhecer essa modalidade de ensino e saberão que ela é ofertada por uma das principais instituições públicas do país.

Além disso, pode-se pensar na divulgação do PROEJA nas escolas das comunidades vizinhas ao CPII/Centro, especialmente naquelas onde há turmas de EJA. Apresentar o programa e a história do Colégio Pedro II para esses estudantes, dando-lhes orientações práticas sobre o processo seletivo, pode ser um meio de apontar para esses sujeitos mais uma opção de caminho a ser seguido em sua trajetória escolar.

PÁGINA 19

Fonte: Imagem retirada do Plano de acompanhamento do discente do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro.

Figura 20 – O acolhimento dos estudantes

O acolhimento dos estudantes

*"Escola é ...
o lugar que se faz
amigos.
Não se trata só de
prédios, salas,
quadros,
Programas,
horários,
conceitos...
Escola é
sobretudo, gente
Gente que
trabalha, que
estuda
Que alegre, se
conhece,
se estima [...]".
(Paulo Freire)*

O acolhimento dos estudantes é uma ação pedagógica que permite a integração dos mesmos no âmbito escolar por meio dos professores, funcionários, gestores e demais alunos.

Tornar o ambiente da escola acolhedor é fundamental, especialmente para o público da EJA, que já tem sua trajetória escolar, muitas vezes, marcada por experiências negativas. Assim, pensar em formas de acolher os estudantes desde o seu primeiro contato com a instituição é uma ação importante para que eles já comecem a se identificar com esse espaço.

Pensando nesse processo, apresentamos a seguir algumas propostas para esse acolhimento:

- Desde o processo seletivo, os instrumentos utilizados, tais como entrevistas e questionários, devem centrar as atenções no estudante, e no interesse institucional por sua presença;
- É importante que toda a comunidade escolar esteja envolvida no acolhimento: equipe gestora, professores, demais funcionários e estudantes devem se unir e discutir estratégias para receberem os novos alunos;
- Escutar e demonstrar interesse pelo universo desses estudantes pode abrir uma porta de interação e trocas de ideias, experiências e conhecimento. Por isso, promover rodas de conversa, dinâmicas que estimulem a fala e a escuta são estratégias eficazes para a construção de vínculo do estudante com o ambiente escolar;

PÁGINA 20

Fonte: Imagem retirada do Plano de acompanhamento do discente do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro.

Figura 21 – Outras informações sobre o acolhimento

- O tratamento cortês, a recepção calorosa em sala de aula, a orientação atenciosa que se dá a esse aluno possuem um peso muito forte na decisão do mesmo em permanecer na escola;
- Faz parte do acolhimento a transmissão de informações claras para o aluno acerca do curso, dos horários, da grade curricular, do estágio e da Assistência Estudantil.

ATIVIDADE PROPOSTA

REALIZAÇÃO DE UMA SEMANA DE ACOLHIMENTO DOS NOVOS DISCENTES

Uma ideia para o acolhimento é realizar, durante uma semana, atividades voltadas para as boas-vindas e recepção dos novos estudantes.

Para esse evento, é muito importante convidar ex-alunos, ou alunos que já estão no último ano, para falarem das experiências do seu processo formativo e para fazerem uma espécie de tour pelos espaços acadêmicos, apresentando as salas, laboratórios, biblioteca, secretaria, refeitório, coordenação e demais lugares. Essa experiência é fundamental para a ambientação dos recém-ingressos. Além disso, a participação da equipe pedagógica é fundamental para esclarecer as dúvidas mais frequentes logo no início do curso e promover uma aproximação maior entre os estudantes e os profissionais da instituição.

PÁGINA 21

Fonte: Imagem retirada do Plano de acompanhamento do discente do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro.

Figura 22 – Tratamento dos dados do PROEJA

Tratamento dos dados do PROEJA de uma forma específica pelo Colégio Pedro II

BRASIL CORONAVÍRUS (COVID-19) Simplificar! Participe Acesso à Informação Legislação Contato

Tempo: feq, 4 Maio 2021

COLÉGIO PEDRO II

Buscar...

ACESSO À INFORMAÇÃO CPII REITORIA PRO-REITORIA CMEPI CONCURSOS CONSTATOS PROEJA

PRINCIPAL

PERFIL INSTITUCIONAL

PERFIL DISCENTE

CPII em Números

APRESENTAÇÃO

Minia Lucia Lopes Medeiros
PR-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Campo de São Cristóvão, 071, 2º Andar
São Cristóvão
Rio de Janeiro/RJ
20021-900
Telefone: (21) 3891-9825
E-mail: cp2@cp2.g12.br

O CPII em Números tem como objetivo disponibilizar aos cidadãos um instrumento de consulta a alguns dados quantitativos de CPII, proporcionando a maioria na busca de informações, dando maior visibilidade à instituição e fortalecendo as canais de comunicação com a Comunidade Escolar.

O projeto atende ao Princípio da Transparência e se alinha ao objetivo da Lei de Acesso à Informação (Lei Nº 12.527/2011). Desta modo, assegura o direito fundamental de acesso às informações de interesse coletivo ao perfil, independentemente de requerimentos e de solicitações, visando ao desenvolvimento do controle social da Administração Pública. Além disso, a Comunidade Escolar pode colaborar com o CPII em Números entrando em contato com a equipe organizadora.

CONTATOS

Imagem disponível em: <http://www.cp2.g12.br/proreitoria/prodi/cpii_numeros>.

O PROEJA é uma modalidade com características próprias e que, muitas vezes, se diferenciam daquelas comuns aos alunos do Ensino Médio Regular ou Ensino Médio Integrado do Colégio Pedro II. Logo, há a necessidade de que as informações e os dados referentes ao PROEJA sejam tratados de modo individualizado pelo CPII para que essa modalidade ocupe um lugar de maior visibilidade na instituição.

Acessando o site oficial do Colégio Pedro II, observamos que especificamente sobre o PROEJA na instituição, a página CPII em Números não nos oferece dados que nos auxiliem na construção do perfil desse programa na instituição. O que encontramos são dados generalizantes sobre o perfil discente como um todo, ou seja, o PROEJA não tem tratamento individualizado que evidenciem suas características próprias. O que nos permite concluir que, apesar de oferecer o programa há 15 anos, quanto à produção de dados institucionais acerca da Educação Profissional de Jovens e Adultos, a instituição trata de forma bastante periférica o PROEJA.

PÁGINA 22

Fonte: Imagem retirada do Plano de acompanhamento do discente do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro.

Figura 23 – Informações sobre o tratamento dos dados referentes ao PROEJA no site do CPII

Na aba Perfil Discente dessa página, somente a partir de 2016, temos informação sobre o PROEJA, mas estas, por sua vez, se restringem à faixa etária dos educandos. Na aba Perfil Institucional, há informações que poderiam nos dar uma melhor dimensão do funcionamento do PROEJA, como, por exemplo: Trancamento, Evasão e Repetência, mas traz dados globais de 2014 a 2018 que generalizam os índices para todos os segmentos, sem individualizar o caso específico do PROEJA.

Na aba Efetivo Discente, que trazem dados de 2014 a 2018, as informações se limitam ao quantitativo de alunos por ano e os indicadores Acadêmicos, também, não se refere especificamente ao PROEJA. A falta de informações claras e específicas sobre um programa concebido com as funções "reparadora, equalizadora e qualificadora" no sentido de garantir o direito à educação de forma abrangente e que proporcione transformação social, nos faz indagar o propósito da instituição em ofertar PROEJA.

Essa ausência de números consolidados acerca do PROEJA no Colégio Pedro II reflete a falta de clareza e organização da própria instituição quanto a sua presença na Educação de Jovens e Adultos. Modalidade essa marcada historicamente, no Brasil, por políticas educacionais compensatórias e nada equalizantes, reproduzindo, na maioria das vezes, o caráter dual da estrutura educacional brasileira, que tem oferecido para o público-alvo da EJA - quando não apenas o esforço de alfabetização de jovens e adultos - uma profissionalização de caráter tecnicista, marcada pela subsunção do trabalho ao capital.

Segundo Carvalho et al. (2017), ainda existe um modo excludente de lidar com a EJA que vem, ao longo da história, se perpetuando nas instituições escolares, mesmo que saibamos que a educação deve ter como prioridade a formação cidadã e a humanização dos sujeitos. Os autores ainda afirmam que um dos entraves que dificultam a permanência escolar dos estudantes da EJA é o fato da instituição de ensino não compreender e atender as especificidades desses sujeitos que, em sua maioria, passaram muitos anos afastados da escola.

Figura 24 – Mais informações acerca dos dados do PROEJA

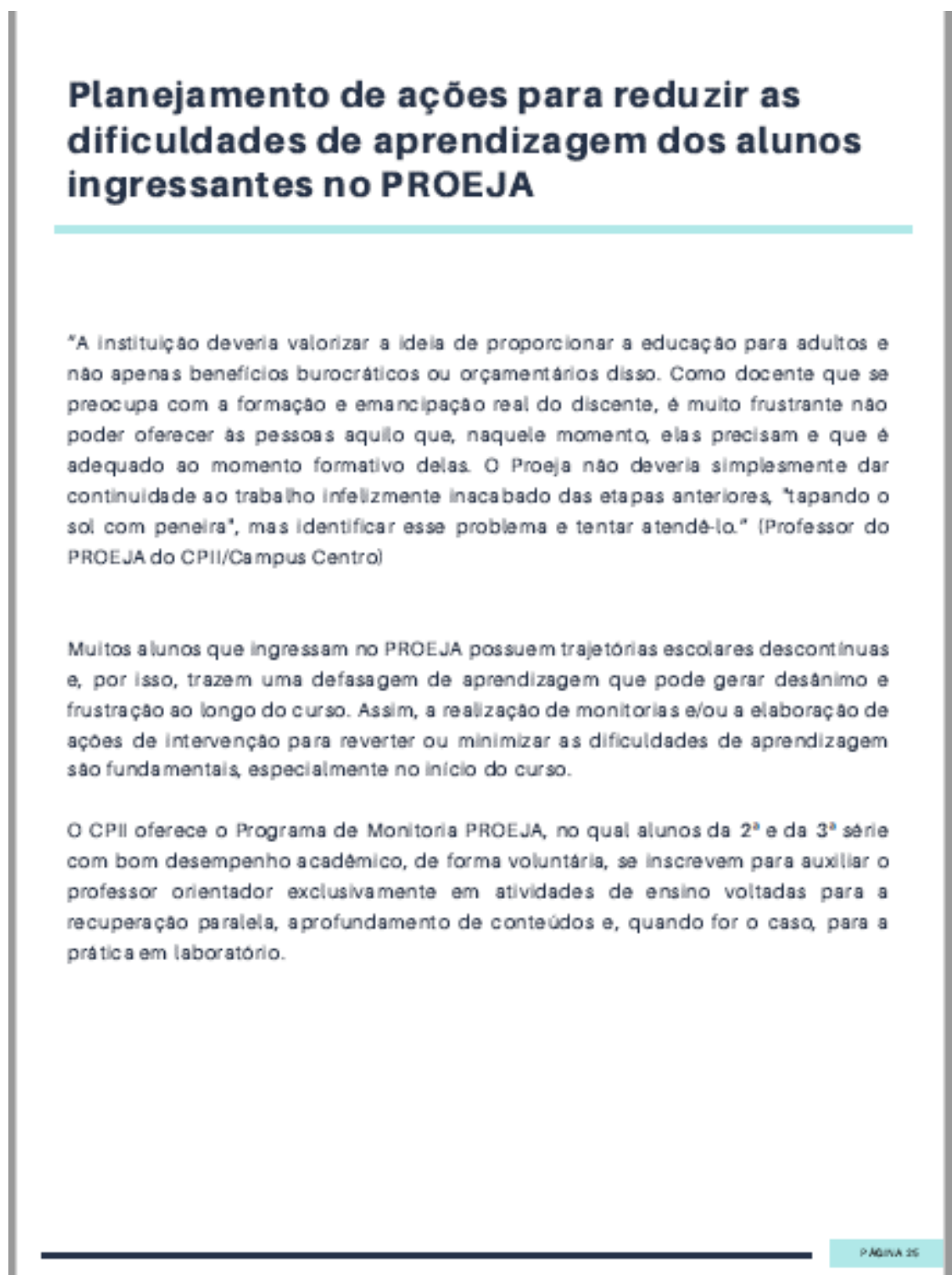
Dessa maneira, tendo em vista a maior clareza e sistematização das informações do PROEJA no CPII, a página CPII em Números pode ser atualizada com dados mais específicos sobre o programa na instituição:

- Na seção Perfil Discente, onde se tem apenas a informação da faixa etária dos estudantes, poder-se-ia acrescentar dados, como gênero, situação socioeconômica, escolas anteriores, campo de atuação profissional, estado civil, número de filhos (se houver), e outras informações geradas através dos questionários, que são respondidos pelos alunos assim que eles se inscrevem para participar do processo seletivo.
- Na aba Perfil Institucional, onde se generaliza os índices de trancamento de matrícula, evasão e repetência de todos os segmentos e modalidades da instituição, o caso do PROEJA deveria ser tratado especificamente, uma vez que tais números no PROEJA são mais preocupantes e as medidas de intervenção devem levar em conta os principais desafios que envolvem a EJA em si.
- Na parte Efetivo Discente, cujas informações limitam-se a apresentar o quantitativo aluno/turma e os Indicadores Acadêmicos, também poderiam se referir ao PROEJA de uma forma individualizada, respeitando suas características específicas.

PÁGINA 24

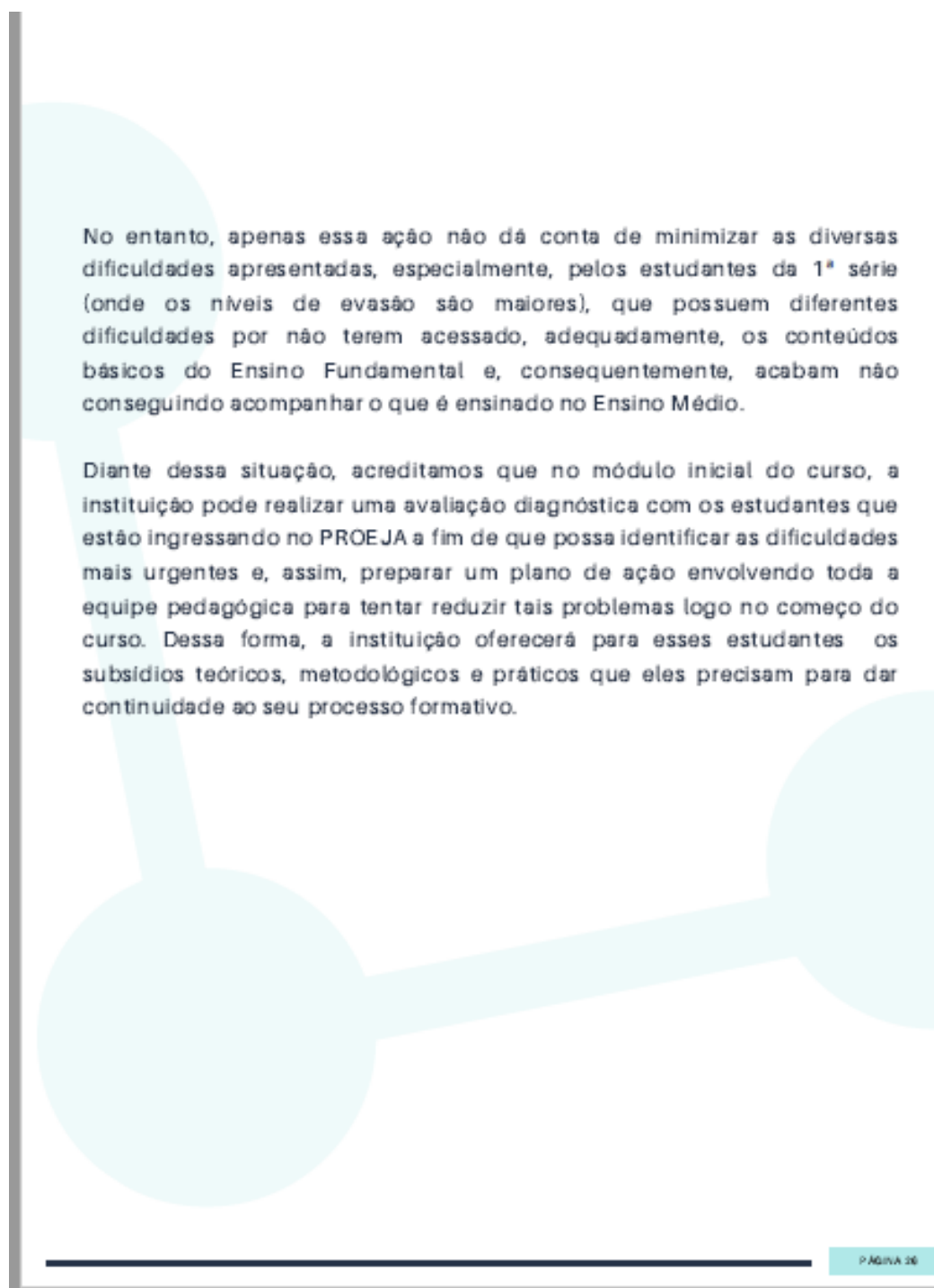
Fonte: Imagem retirada do Plano de acompanhamento do discente do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro.

Figura 25 – Planejamento de ações para reduzir as dificuldades dos alunos ingressantes no PROEJA



Fonte: Imagem retirada do Plano de acompanhamento do discente do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro.


Figura 26 – Mais informações acerca do planejamento de ações para reduzir as dificuldades dos alunos ingressantes no PROEJA



Fonte: Imagem retirada do Plano de acompanhamento do discente do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro.

Figura 27 – Incentivar e oferecer aos docentes a formação continuada e voltada para o ensino na EJA

Incentivar e oferecer aos docentes a formação continuada voltada para o ensino na EJA



A formação específica para os professores que atuam na EJA é muito importante, especialmente, no que se refere à não desconsiderar as características específicas dessa modalidade de ensino a fim de que esses docentes sejam capazes de promover ações inclusivas e que propiciem o diálogo no processo de ensino e aprendizagem. Todos os docentes que participaram da pesquisa, à qual este produto está vinculado, declararam não possuir nenhuma formação voltada para a EJA.

Sabemos que a formação inicial de graduação do professor para atender as especificidades da EJA é ainda incipiente, por isso a formação continuada ao longo da carreira profissional é uma opção para enriquecer a prática profissional do docente que atua nessa modalidade de ensino.

PÁGINA 27

Fonte: Imagem retirada do Plano de acompanhamento do discente do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro.

Figura 28 – Mais informações sobre incentivar e oferecer aos docentes a formação continuada e voltada para o ensino na EJA

- O tratamento cortês, a recepção calorosa em sala de aula, a orientação atenciosa que se dá a esse aluno possuem um peso muito forte na decisão do mesmo em permanecer na escola;
- Faz parte do acolhimento a transmissão de informações claras para o aluno acerca do curso, dos horários, da grade curricular, do estágio e da Assistência Estudantil.

ATIVIDADE PROPOSTA

REALIZAÇÃO DE UMA SEMANA DE ACOLHIMENTO DOS NOVOS DISCENTES

Uma ideia para o acolhimento é realizar, durante uma semana, atividades voltadas para as boas-vindas e recepção dos novos estudantes.

Para esse evento, é muito importante convidar ex-alunos, ou alunos que já estão no último ano, para falarem das experiências do seu processo formativo e para fazerem uma espécie de tour pelos espaços acadêmicos, apresentando as salas, laboratórios, biblioteca, secretaria, refeitório, coordenação e demais lugares. Essa experiência é fundamental para a ambientação dos recém-ingressos. Além disso, a participação da equipe pedagógica é fundamental para esclarecer as dúvidas mais frequentes logo no início do curso e promover uma aproximação maior entre os estudantes e os profissionais da instituição.

Figura 29 – Considerar as características específicas do PROEJA

Considerar as características específicas do PROEJA




Imagem pública do Google Imagem

O acompanhamento do estudante do PROEJA perpassa pela identificação e tentativa de solucionar suas principais dificuldades no percurso acadêmico. Para tanto, é necessário que os profissionais que atuam nessa modalidade não ignorem as especificidades desse público, pois esse é o primeiro passo para que os alunos sejam acolhidos pela instituição e para que os objetivos de ensino e aprendizagem sejam alcançados.

Considerar as especificidades do PROEJA implica em reconhecer que determinadas práticas profissionais, embora funcionem bem com crianças e adolescentes, não funcionam, necessariamente, com jovens e adultos. Os educadores que atuam na modalidade da EJA possuem em sua prática pedagógica diária uma grande responsabilidade, pois é essencial que compreendam as histórias de vida dos sujeitos, os saberes e as experiências vivenciadas pelos educandos, para então planejar e elaborar seu trabalho docente.

PÁGINA 29

Fonte: Imagem retirada do Plano de acompanhamento do discente do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro.

Figura 30 – Mais informações sobre considerar as características específicas do PROEJA

"[...] Outro fator, específico do Pedro II, é uma cobrança excessiva de notas, trabalho de conclusão de curso. O colégio quer manter um alto padrão de ensino que lhe é característico porém os estudantes do PROEJA têm essa dificuldade de acompanhar esse ritmo e muitas vezes não têm o apoio da escola que os estudantes das outras modalidades possuem" (Professor do PROEJA do CPII/Campus Centro).

Essa perspectiva é mencionada por Paulo Freire para destacar a importância de se considerar as "leituras de mundo" dos educandos:

"Como educador preciso de ir "lendo" cada vez melhor a leitura do mundo que os grupos populares com quem trabalho fazem de seu contexto imediato e do maior de que o seu é parte. O que quero dizer é o seguinte: não posso de maneira alguma, nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito.

Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. E isso tudo vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo 'leitura do mundo' que precede sempre a 'leitura da palavra'" (FREIRE, 2000, p. 81).

Não se pode tratar pedagogicamente um adulto como uma criança, pois, fazendo isso, ignora-se suas especificidades e suas leituras de mundo, negando, assim, a sua vivência e identidade humana constituída.

Sobre isso, Baptista (2014) assevera que a metodologia própria para a educação de jovens e adultos, não pode ser confundida com a prática de reduzir conteúdos, mas de desenvolver uma proposta metodológica diferenciada, fundamentada na realidade do estudante, que por ser jovem ou adulto, possui uma vivência que o público do ensino regular ainda não dispõe. O autor também afirma que quando a LDB reconhece a EJA como modalidade de ensino da educação básica, além de reconhecer esta prática metodológica diferenciada, está apontando também para a necessidade de uma adaptação curricular, que também seja fundamentada na realidade dos sujeitos da EJA.

PÁGINA 30

Fonte: Imagem retirada do Plano de acompanhamento do discente do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro.

Figura 31 - E quanto aos desafios gerados pela pandemia?

E quanto aos desafios gerados pela pandemia?




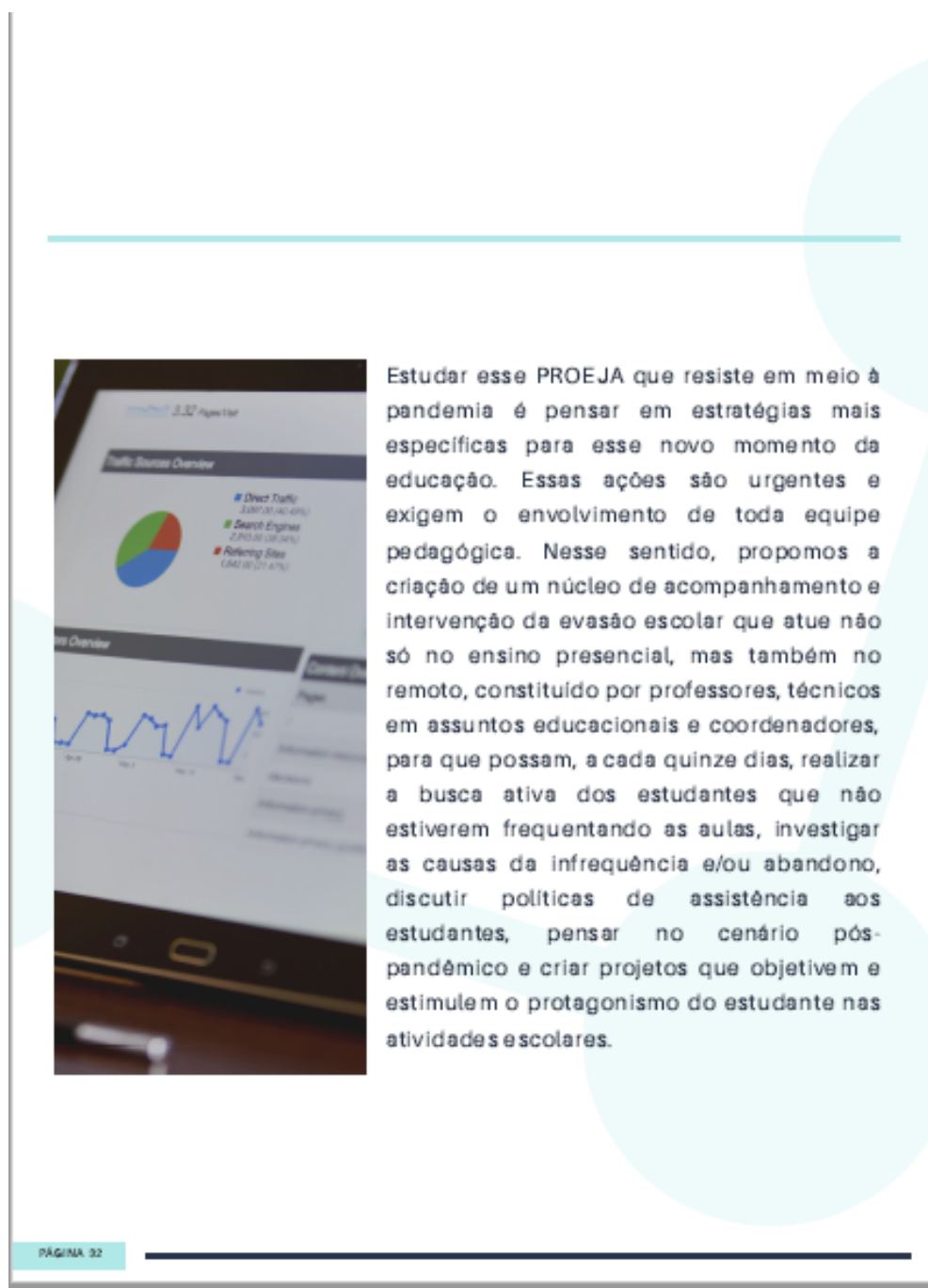
Imagem pública do Google Imagem

A pandemia do novo coronavírus tornou ainda mais evidente as desigualdades sociais e, conseqüentemente, ampliou os fatores que podem reforçar ainda mais o problema da evasão escolar. Durante a pandemia de covid-19, muitos alunos, de diversos seguimentos, tiveram seu direito à educação negado, seja por falta de condições de acessar o conteúdo no ensino remoto, seja pela necessidade de distanciamento social. Entre esses estudantes, os mais afetados por esse problema foram os das redes públicas de ensino, cujas famílias, em muitos casos, não conseguiram oferecer condições para que os alunos continuassem estudando.

O PROEJA, que já apresentava muitos desafios antes da pandemia, tem sido muito afetado nesse novo cenário. Por isso, pensar no combate à evasão escolar no período pandêmico e nas lacunas a serem preenchidas no período pós-pandemia está diretamente ligado à aplicação de políticas públicas educacionais eficientes, que promovam condições de acesso às tecnologias educacionais e à internet, além de medidas de segurança que garantam a saúde de alunos e professores.

PÁGINA 31

Fonte: Imagem retirada do Plano de acompanhamento do discente do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro.

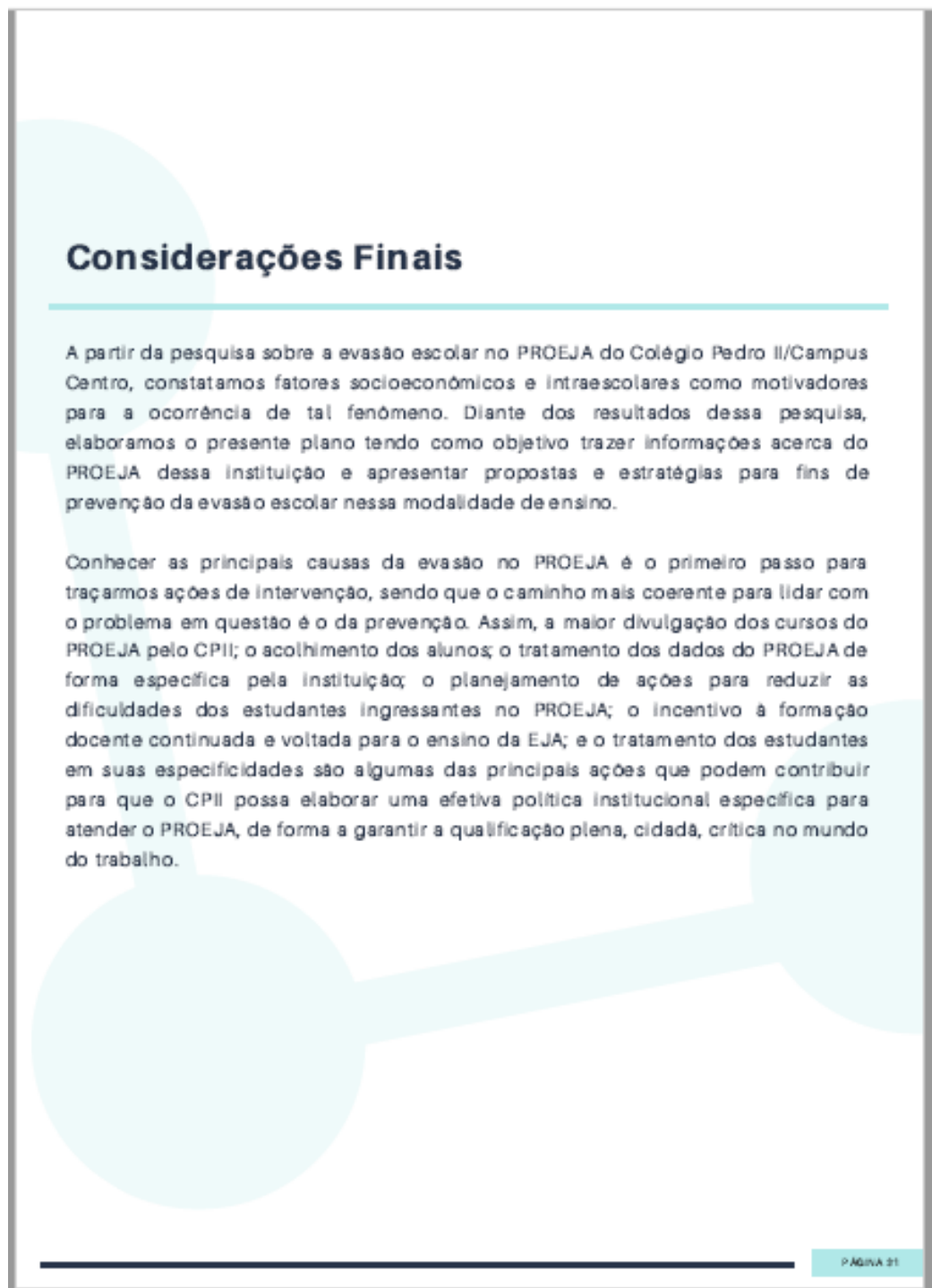
Figura 32 – Ainda sobre questões relacionadas à pandemia e seus desafios

Fonte: Imagem retirada do Plano de acompanhamento do discente do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro.

5.1.9. Considerações finais

Aqui são apresentadas as considerações finais acerca das informações apresentadas no plano de acompanhamento.

Figura 33 – Considerações finais

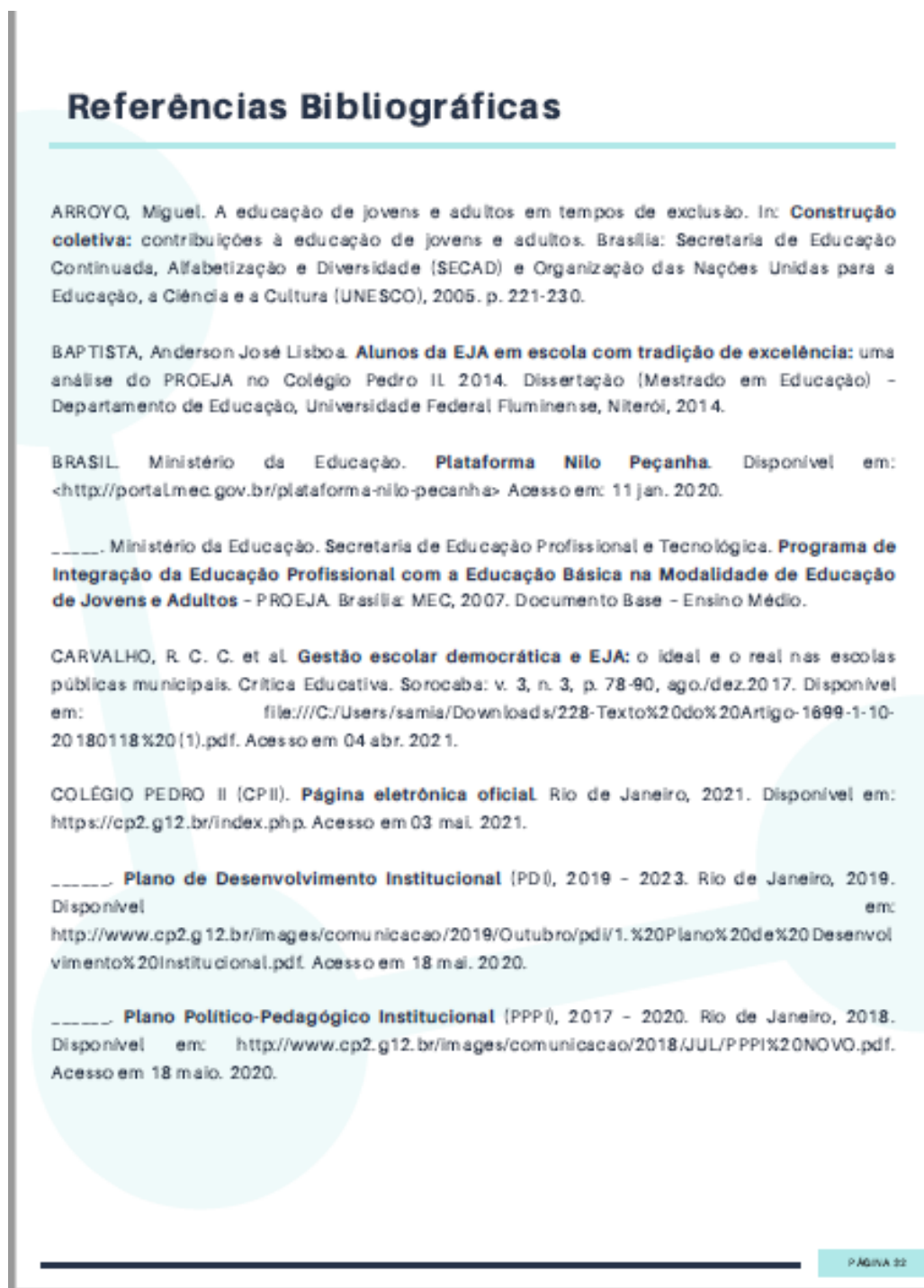


Fonte: Imagem retirada do Plano de acompanhamento do discente do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro.

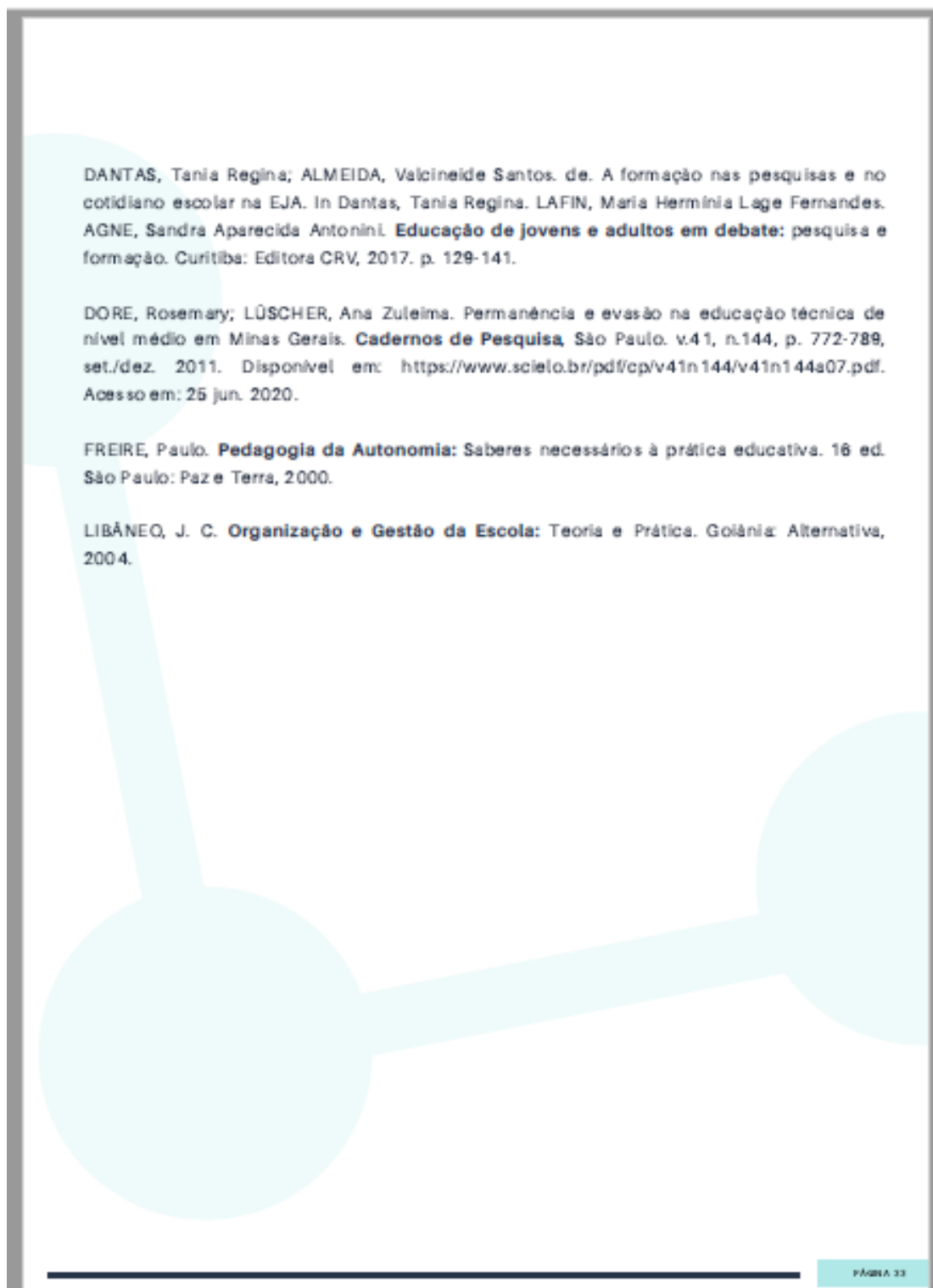
5.1.10 Referências Bibliográficas

Por fim, são apresentadas as referências bibliográficas citadas ao longo do texto regido no plano de acompanhamento.

Figura 34 – Referências Bibliográficas



Fonte: Imagem retirada do Plano de acompanhamento do discente do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro.

Figura 35 – Outras referências bibliográficas

Fonte: Imagem retirada do Plano de acompanhamento do discente do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro.

5.2 Questionário de avaliação do produto educacional aplicado aos profissionais atuantes no PROEJA do CPII/Campus Centro

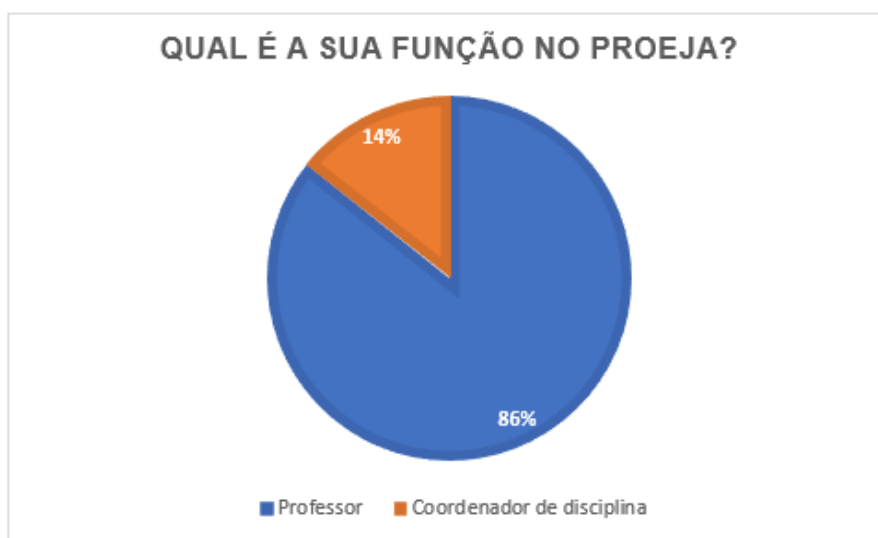
Considerando que o produto educacional é um plano de acompanhamento dos

discentes do PROEJA, voltado à apresentação de propostas que visam a prevenção da evasão escolar nessa modalidade, foi elaborado um questionário de avaliação do protótipo do produto, a fim de que se obtivesse o *feedback* dos profissionais que atuam no PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro, visando o aperfeiçoamento o produto antes da sua versão final.

O questionário de avaliação do produto foi aplicado remotamente, por meio do Google *Forms*, em que constava o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), com os dados da pesquisa e da pesquisadora, com esclarecimentos a respeito do aceite para a participação, que deveria ser feito de modo online no próprio formulário. Foram convidados a participar da avaliação professores e demais profissionais que atuam no PROEJA do CPII/Campus Centro, como coordenadores e técnicos por exemplo. O formulário foi encaminhado a 26 (vinte e seis) potenciais respondentes cujos endereços de e-mail foram disponibilizados pela coordenação do PROEJA da instituição. Desse universo, 7 (sete) aceitaram responder o questionário.

Tendo em vista preservar a identidade dos respondentes, a questão referente ao perfil da amostra buscou identificar apenas a função exercida pelos participantes no PROEJA do CPII/Campus Centro. Nesse item foi possível observar que 86% dos respondentes são professores, 14% estão atuando como coordenadores de disciplinas. Isso pode demonstrar que, entre esses profissionais, os docentes são os maiores interessados em conhecer estratégias e propostas para prevenir a evasão escolar no PROEJA.

Gráfico 1 – Perfil da amostra



Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários aplicados aos profissionais do PROEJA.

Entrando na avaliação do produto educacional, foi perguntado se os respondentes consideravam ações voltadas para combater a evasão escolar pertinentes, e todos responderam que sim. Também foi pedido para que justificassem as suas respostas. Dentre as justificativas, um respondente relatou que, para ele, a evasão escolar e a baixa frequência dos alunos são os problemas mais graves encontrados no PROEJA. Outro respondente ponderou que tais ações devem ser debatidas, elaboradas e reelaboradas de modo contínuo pelos docentes e gestores da instituição. Um professor ainda lembrou que pensar em soluções concretas para a evasão é algo iminente, uma vez que, segundo ele, a evasão tem aumentado especialmente nesse período de pandemia com as aulas remotas.

Em relação às propostas apresentadas no plano, 86% dos respondentes afirmaram que estas atenderam às suas expectativas, enquanto 14% afirmaram que não tiveram suas expectativas atendidas.

Gráfico 2 – Expectativa em relação às propostas do plano

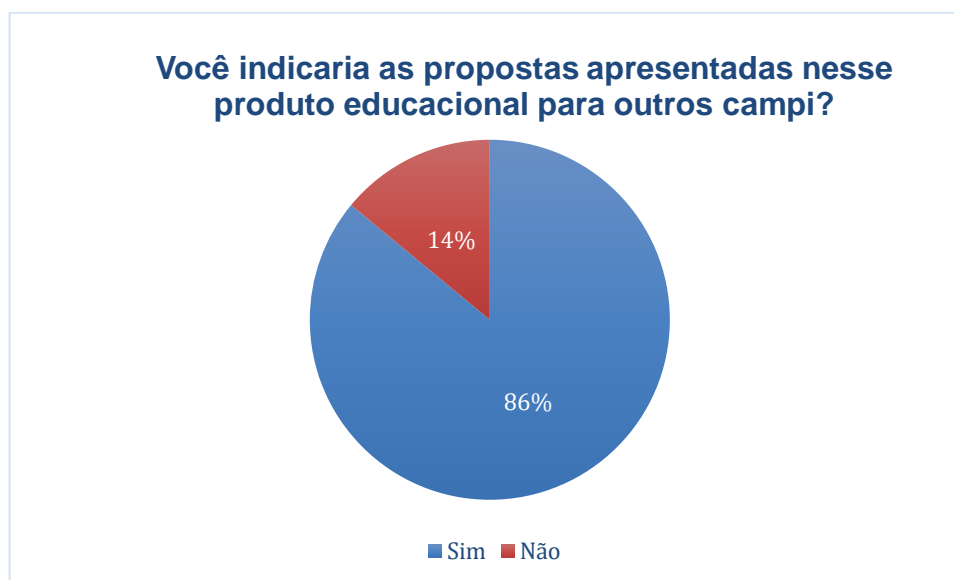


Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários aplicados aos profissionais do PROEJA.

O participante que respondeu de forma negativa a essa pergunta, justificou sua resposta, afirmando que, na visão dele, deveria ser apresentada alguma proposta que atendesse especificamente o PROEJA na situação pandêmica atual. Entendemos a visão do respondente, e por causa do recorte da pesquisa que abrangeu os anos de 2017, 2018 e 2019 (período pré-pandêmico), não tratamos de forma específica da questão da pandemia atual. No entanto, para a versão final do produto acrescentamos informações referentes ao período pandêmico.

Foi perguntado aos participantes se eles indicariam as propostas apresentadas no plano para outros campi. A maioria respondeu que sim, 86%, apenas 14% responderam de modo negativo, conforme ilustrado pelo gráfico a seguir:

Gráfico 3 – Indicação do plano para outros campi



Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos questionários aplicados aos profissionais do PROEJA.

Dentre aqueles que responderam de modo positivo, tivemos como justificativa o fato de as informações apresentadas no plano possuírem linguagem didática, clara e objetiva, facilitando a compreensão de todos os leitores. Já o participante que respondeu de forma negativa justificou a sua resposta, utilizando o mesmo argumento usado na resposta à pergunta 3 (três): *“Precisa atualizar com as questões que envolvem o ensino remoto.”*

Ao final do questionário, havia um espaço reservado para que os participantes deixassem suas sugestões e/ou críticas sobre o produto educacional, tendo em vista o aperfeiçoamento deste. Um dos comentários sugeriu que as imagens presentes no plano fossem ampliadas para melhor visualização, o que já foi corrigido para a versão final do produto. Outro comentário propôs que fosse tratado de modo específico algo relacionado aos desafios do PROEJA diante da pandemia do novo coronavírus, o que foi atendido na parte que antecede às considerações finais do produto educacional. Outra sugestão muito importante foi para que futuramente pensássemos na questão da acessibilidade, com tradução em Libras e audiodescrição das imagens, o que pode ser realizado com a ajuda de especialistas dessa área.

6 CONCLUSÕES

Este trabalho foi desenvolvido com o objetivo geral de identificar e analisar as principais causas que ocasionam a evasão escolar dos alunos do PROEJA, do Colégio Pedro II/Campus Centro, a partir da realização de entrevistas com alunos evadidos nos anos de 2017, 2018 e 2019 e da aplicação de questionários aos professores que atuam nessa modalidade de ensino da instituição, e também a partir do registro documental existente.

Os objetivos específicos 1) Falar da educação de jovens e adultos no Brasil no contexto das políticas públicas; 2) Descrever o PROEJA a partir do Documento Base; 3) Apresentar a evasão escolar como um dos principais desafios do PROEJA; 4) Apresentar os índices de evasão escolar no PROEJA do CPPII/Campus Centro nos anos de 2017, 2018 e 2019, acessando a Plataforma Nilo Peçanha foram cumpridos no Capítulo 2, o qual apresentou a fundamentação teórica, com apontamentos sobre o percurso da EJA no Brasil até a criação do PROEJA; a implementação do PROEJA a partir da leitura do Documento Base; informações sobre essa modalidade no Colégio Pedro II; e ainda com os índices de evasão do PROEJA a partir dos dados gerados na Plataforma Nilo Peçanha.

Os objetivos específicos 5) Fazer um levantamento dos dados dos alunos que evadiram o PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro, entre os anos de 2017 e 2019 para identificá-los e convidá-los a participarem da pesquisa; 6) Entrevistar os alunos evadidos do PROEJA entre 2017 e 2019 e aplicar um questionário aos professores do CPPII/Campus Centro foram cumpridos no Capítulo 3, onde está a metodologia da pesquisa, com a descrição do processo de coleta de dados, bem como dos instrumentos utilizados. O objetivo 7) Compreender a evasão escolar nessa modalidade de ensino a partir das percepções dos alunos evadidos e dos professores da instituição e o 9) Analisar os resultados da pesquisa está no Capítulo 4 destinado à análise dos dados gerados por esta pesquisa; e o 8) Elaborar um Plano de Acompanhamento do discente do PROEJA do Colégio Pedro II (como produto educacional) com propostas pedagógicas para fins de prevenção da evasão escolar no PROEJA, a partir dos dados coletados no campo de pesquisa foi executado no Capítulo 5, o qual busca ilustrar o produto educacional.

A pesquisa sofreu uma grande limitação por causa da crise mundial de saúde com a pandemia do novo coronavírus, pois fez com que o nosso acesso ao campo de pesquisa se desse exclusivamente de forma remota. Além disso, houve dificuldade de

se estabelecer contato com a maior parte dos estudantes evadidos entre os anos de 2017 e 2019, resultando em um número reduzido de participantes para constituir a amostra e, por isso, a partir dos dados gerados nas entrevistas e nos questionários aplicados aos professores do PROEJA da instituição foram construídos apenas indícios dos possíveis fatores que têm ocasionado a evasão nessa modalidade do CPII/Campus Centro.

Assim, na tentativa de compreender a evasão no PROEJA da instituição supracitada, a análise de dados apontou que, entre os principais fatores socioeconômicos estão a incompatibilidade de horários, o que dificulta a conciliação entre trabalho, escola e família; a falta de renda, ocasionada pelo desemprego e o medo da violência, que dificulta a locomoção dos estudantes. Já os fatores intraescolares englobaram as dificuldades de aprendizagem, relatada pela maioria dos estudantes; a marginalização do PROEJA na instituição e problemas de relacionamento entre professor e aluno.

Além dessas informações, na análise de dados foi realizada a caracterização dos docentes e discentes que participaram da pesquisa, e a identificação dos principais motivos que levaram esses estudantes a escolherem estudar no PROEJA do CPII/Campus Centro, que revelaram o desejo de se colocarem e se qualificarem para o mercado de trabalho e o reconhecimento do Colégio Pedro II como uma instituição de excelência.

A hipótese elaborada inicialmente previa que a evasão escolar é um dos principais obstáculos para o êxito da política pública do PROEJA em EPT e ainda propunha a investigação e a compreensão das possíveis causas desse fenômeno, visando a elaboração de um produto educacional que apresentasse propostas para fins de prevenção do problema. Essa hipótese foi confirmada quando em campo constatou-se que o Colégio Pedro II, mesmo oferecendo os cursos do PROEJA desde 2006, ainda não possui uma efetiva política institucional para atender especificamente essa modalidade, de modo a atuar no combate e na prevenção da evasão escolar.

Ao longo da realização da pesquisa, foi identificado dois tópicos que podem interessar a futuros trabalhos, que é o estudo da evasão escolar no PROEJA tratando especificamente da questão das mulheres, que estão em uma situação de vulnerabilidade social ainda maior em relação aos homens; e analisar a evasão a partir dos novos desafios que emergiram com a pandemia atual. Em tempo, ressalta-se que esse tema não se esgota neste trabalho; há muito o que ser explorado e analisado

acerca da evasão no PROEJA, a fim de que esse desafio seja superado para que um número cada vez maior de jovens e adultos trabalhadores tenham acesso a uma educação plena, cidadã, crítica para o mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

AMADO, João; FERREIRA, Sónia. A entrevista na investigação educacional. *In*: AMADO, João (org.). **Manual de investigação qualitativa em educação**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2013. p. 207-232.

AMORIM, Elizabeth *et al.* A mulher e suas relações com o mundo da educação e do trabalho: um fenômeno complexo e multidimensional. *In*: IVANICKSKA, Rebeca Freitas *et al.* (org.) **Processos Formativos e Saberes Interdisciplinares: práticas sociais e aprendizagem ao longo da vida**. Cruz Alta/RS: Ilustração, 2020.

ANDRÉ, Elisandra Leite; BARBOZA, Reginaldo José. A importância da parceria entre a família e a escola para a formação e desenvolvimento do indivíduo. **Revista Científica Eletrônica da Pedagogia**, Garça/SP, ano XVII, n. 30, p. 01-21, jan. 2018 – Periódico Semestral.

AQUINO, Marta Aurora Mota e. **Educacion de Jovenes Y Adultos en Zonas de Asentamientos Rurales de los Municipios Nortemineros**. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciência da Educação) – Instituto Superior Enrique José Varona. La Habana, 2000, validação feita pela Universidade Federal de Santa Catarina.

ARAÚJO, Elaine de Jesus Melo de. **Evasão no PROEJA: estudo das causas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão/IFMA**. 2012. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília. 2012.

ARROYO, Miguel. A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. *In*: **Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), 2005. p. 221-230.

_____. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. *In*: GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino; SOARES, Leôncio (orgs.) **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 19-52.

ASSIS, Cristiano Ferreira de. **Estudos dos fatores que influenciam a evasão de alunos nos cursos superiores de tecnologia de uma instituição de ensino superior privada**. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade Pedro Leopoldo, Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo (MG), 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer nº 11, de 10 de maio de 2000. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 jun., Seção 1. 2000.

_____. (Constituição [1934]). **Constituição da República dos Estados Unidos do**

Brasil. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm>. Acesso em: 24 jun. de 2020.

BRASIL. (Constituição [1937]). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 26 jun. de 2020.

_____. (Constituição [1988]). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 5 de outubro de 1988.

_____. **Decreto no 3.029, de 9 de janeiro de 1881.** Lei Saraiva. Rio de Janeiro, 1881. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/lei-saraiva>>. Acesso em: 2 de jul. 2020.

_____. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília: Planalto, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 3 jul. 2020.

_____. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os art. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Câmara, 1997. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=58C28967B18BC95534748230382E9775.proposicoesWebExterno2?codteor=106035&filena me=LegislacaoCitada+-PL+7375/2002. Acesso em: 3 jul. 2020.

_____. Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Seção 1, 27 jun. 2005.

_____. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Seção 1, 14 jul. 2006a.

_____. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus, e dá outras Providências. Brasília: Câmara, 1971. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/136683.pdf>>. Acesso em: 17 jun. de 2020.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/plataforma-nilo-pecanha>> Acesso em: 11 jan. 2020.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA**. Brasília: MEC, 2007. Documento Base – Ensino Médio.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2002.

_____. **Portaria N.º 1.316, de 5 de novembro de 2012**. Aprova o Estatuto do Colégio Pedro II. Brasília: MEC, 2012.

BAPTISTA, Anderson José Lisboa. **Alunos da EJA em escola com tradição de excelência: uma análise do PROEJA no Colégio Pedro II**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

BORGES, T. S; ALENCAR, G. Metodologias ativas na promoção da formação crítica do estudante: o uso das metodologias ativas como recurso didático na formação crítica do estudante de ensino superior. **Cairu em Revista**, Cairu/BA, ano 3, n. 4, p. 119-143, jul/ago. 2014. Acesso em: https://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/2014_2/08%20METODOLOGIAS%20ATIVAS%20NA%20PROMOCAO%20DA%20FORMACAO%20CRITICA%20DO%20ESTUDANTE.pdf. Acesso em 16 abr. 2021.

CARDOSO, Cícera Romana. **Obstáculos materiais e simbólicos da desistência de estudantes do PROEJA/IFRN: um estudo à luz da teoria das representações sociais e da praxiologia de Pierre Bourdieu**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

CARVALHO, José Sérgio Fonseca. As noções de erro e fracasso no contexto escolar: algumas considerações preliminares. *In*: AQUINO, Julio Groppa. **Erro e Fracasso na Escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997. p 11-24.

CARVALHO, R. C. C. *et al.* Gestão escolar democrática e EJA: o ideal e o real nas escolas públicas municipais. **Crítica Educativa**, Sorocaba, v. 3, n. 3, p. 78-90, ago./dez.2017. Disponível em: [file:///C:/Users/samia/Downloads/228-Texto%20do%20Artigo-1699-1-10-20180118%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/samia/Downloads/228-Texto%20do%20Artigo-1699-1-10-20180118%20(1).pdf). Acesso em 04 abr. 2021.

COLÉGIO PEDRO II. **Página eletrônica oficial**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://cp2.g12.br/index.php>. Acesso em 03 mai. 2021.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), 2019 – 2023**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2019/Outubro/pdi/1.%20Plano%20de%20Desenvolvimento%20Institucional.pdf>. Acesso em 18 mai. 2020.

COLÉGIO PEDRO II. **Plano Político-Pedagógico Institucional (PPPI), 2017 – 2020.** Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2018/JUL/PPPI%20NOVO.pdf>. Acesso em 18 maio. 2020.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino profissional: o grande fracasso da ditadura. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 44, n. 154, p. 912-933. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v44n154/1980-5314-cp-44-154-00912.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2021.

DANTAS, Tania Regina; ALMEIDA, Valcineide Santos. de. A formação nas pesquisas e no cotidiano escolar na EJA. *In*: DANTAS, Tania Regina; LAFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes; AGNE, Sandra Aparecida Antonini. **Educação de jovens e adultos em debate: pesquisa e formação**. Curitiba: Editora CRV, 2017. p. 129-141.

DINIZ, C. S. **Evasão Escolar no Ensino Médio: causas intraescolares na visão do aluno**. 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local) – Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, 2015.

DI PIERRO, Maria Clara. Luta social e reconhecimento jurídico do Direito Humano dos jovens e adultos à educação. **Revista Educação (UFSM)**, Santa Maria, v. 33, n. 3, p. 395-410, set./dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/1617/911>. Acesso em: 25 jun. de 2020.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo. v.41, n.144, p. 772-789, set./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v41n144/v41n144a07.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2020.

FARIA, Débora S. A; MOURA, Dante Henrique. Desistência e permanência de estudantes de ensino médio do PROEJA. **HOLOS**, v. 4, p. 151-165, ago. 2015. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3195>. Acesso em: 4 nov. 2020.

FÁVERO, Osmar; FREITAS, Marinaide. A educação de adultos e jovens e adultos: um olhar sobre o passado e o presente. **Revista Interação (UFG)**. Goiânia. v. 36, p. 365-392, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/16712>, Acesso em 12 mar. 2020.

FERRARO, Alceu Ravanello; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 29, n. 2, p. 179-200, jul/dez, 2004.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio**. 5ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FERREIRA, Rejane Gomes. **Os estudantes do Proeja no IFRN: a contribuição de seus arranjos culturais para a permanência no Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Alimentos**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

FLORES, Tania Maria Dantas. **Política pública PROEJA no IFBA Campus Santo Amaro (BA):** (DES) Caminhos, contradições e consequências. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituição de Ensino, Universidade Federal do Sergipe, Aracaju, 2016.

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Analfabetismo no Brasil:** da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipinas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias, e Grácias até os Severinos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. 16 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000300017&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 04 jul. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Gabriela Rocha. **Evasão escolar nos cursos técnicos do PROEJA:** um estudo de caso no IFSul de Minas – Campus Passos. 2019. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Análise de Políticas Públicas) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca (SP), 2019.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.14, p.108-194, maio/ago. 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000200007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 9 jul. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Mapa do Analfabetismo no Brasil**. Brasília, 2002. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3>> Acesso em: 29 dez. 2019.

_____. **Notas Estatísticas: Censo Escolar 2018**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_censo_escolar_2018.pdf> Acesso em: 11 jan. 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola:** Teoria e Prática. Goiânia:

Alternativa, 2004.

LOPES, B.E.M. **Evasão Escolar no ensino médio noturno**: mediações entre as políticas educacionais contemporâneas e as dinâmicas escolares. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2017.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2013.

MACHADO, Maria Margarida. Formação de professores para EJA: Uma perspectiva de mudança. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.2, n.2-3, p. 161-174, jan/dez. 2006.

_____. A pesquisa com foco na educação de trabalhadores a partir do Proeja. In: MACHADO, Maria Margarida; RODRIGUES, Maria Emília de Castro. **Educação dos trabalhadores: políticas e projetos em disputas**. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Política e Educação Popular**. 2. ed. São Paulo: ed. Cortez, 1981.

MARTINS, Gilberto Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MAZZOTTI, T. B. Educação da classe trabalhadora: Marx contra os pedagogos marxistas. **Interface (Botucatu)**, São Paulo, v.5, n.9, p. 51-65, ago. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832001000200004. Acesso em: 20 jan. de 2021.

MEDEIROS, Arilene Lucena de. A Educação de Jovens e Adultos como Expressão da Educação Popular: a contribuição do pensamento de Paulo Freire. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE. 5., 2005, Recife/PE. **Comunicações orais [...]**. Recife/PE: Centro Paulo Freire Estudos e Pesquisas, 2005. Não paginado. Disponível em: http://www.paulofreire.org.br/pdf/comunicacoes_orais/.pdf. Acesso em: 08 jun. de 2020.

MORAES, G. H. *et al.* **Plataforma Nilo Peçanha: guia de referência metodológica**. Brasília/DF: Editora Evobiz, 2018. 101 p. Disponível em: <<http://dadosabertos.mec.gov.br/images/conteudo/pnp/2019/guia-referencia-2019.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

MOURA, Carmen Brunelli de; SILVA, Marluce Pereira. O sujeito da EJA. In: GARCIA, Renata Monteiro; SIKVA, Marluce Pereira. **EJA, diversidade e inclusão**: reflexões (im)pertinentes. João Pessoa: Editora da UFPB, 2018. p. 11-23.

MOURA, Carmen Brunelli de. O sujeito da EJA. In: GARCIA, Renata Monteiro; SIKVA, Marluce Pereira. **EJA, diversidade e inclusão**: reflexões (im)pertinentes. João Pessoa: Editora da UFPB, 2018. p. 35-46.

OLIVEIRA, Fernanda Silva de; LEITE, Lucia Helena Alvarez. A atualidade do pensamento de Paulo Freire e sua contribuição para a educação no Brasil. **Revista Paideia**, Belo Horizonte, ano IX, n. 13, p. 43-56, 2012. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/paideia/article/view/1670>. Acesso em: 26 mai. de 2020.

PAIVA, Jane. **Educação popular e educação de adultos**. 2. ed., Rio de Janeiro: Loyola, 1983.

_____. Histórico de EJA no Brasil: descontinuidades e políticas públicas insuficientes. *In: EJA: formação técnica integrada ao ensino médio*. Boletim n.16, Secretaria de Educação a Distância/MEC. Programa Salto para o Futuro. Rio de Janeiro, set. 2006. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/boletim_salto16.pdf. Acesso em 20 abr. 2021.

RAMOS, Marise. Implicações Políticas e Pedagógicas da EJA integrada à Educação Profissional. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 35, n. 01, p. 65-85, jan/abr, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/11029/7197>. Acesso em: 12 abr. 2020.

_____, Marise. Integração entre educação básica e educação profissional na educação de jovens e adultos. *In: DANTAS, Tânia R., LAFFIN; Maria Hermínia; AGNE, Sandra Aparecida (org.). Educação de jovens e adultos em debate: pesquisa e formação*. Curitiba: CRV, 2017. p. 41-52.

_____, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. *In: FRIGOTTO, G. RAMOS, M. CIAVATTA, M. (orgs.). Ensino médio integrado: concepções e contradições*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 107-128.

REINERT, J. N.; GONÇALVES, W. J. Evasão escolar: percepção curricular como elemento motivador no ensino para os cursos de administração – estudo de caso. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA*, 10., 2010, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2010. p. 1-11. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/96926/EVAS%20PERCEP%20CURRICULAR%20COMO%20ELEMENTO%20MOTIVADOR.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 jul. 2020.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação: Mulheres Educadas e a Educação de Mulheres. *In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (org.). Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p.333-359.

SANT'ANA, Wallace Pereira; PEREIRA, Glaucia Tomaz Marques; NOZAKI, Lauce Noriyo de Moraes; ANDRADE, Lucas Manoel; SANTOS, Paulo Roberto de Oliveira; ARAÚJO, Claudia Helena dos Santos. Reflexões sobre a articulação e integração entre Educação Profissional e Tecnológica e Educação de Jovens e Adultos. *In:*

Educação Profissional e Tecnológica em Revista, Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, v. 3, n° 2, p. 22-36, 2019.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques [et al.]. **Memória Histórica do Colégio Pedro II: 180 anos de história na educação do Brasil**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2018.

SANTOS, Simone Valdete. O PROEJA e o desafio das heterogeneidades. *In: EJA: formação técnica integrada ao ensino médio*. Boletim n.16, Secretaria de Educação a Distância/MEC. Programa Salto para o Futuro. Rio de Janeiro, set. 2006. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/boletim_salto16.pdf. Acesso em 20 abr. 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Editores Associados, 2007.

SILVA, C. J. R. Da Estrela ao Arado, do Arado à Estrela: Tensões e Consensos em PROEJA. *In: ZAMBERLAN, Adriana et al (Org.). Refletindo Sobre o PROEJA: Produções de Santa Maria. V Cadernos PROEJA Especialização Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 2010. p. 117-135.

SILVA, Monica Ribeiro; JORGE, Ceuli Mariano. O reencontro dos sujeitos adultos com a escola: significados e tensões no âmbito do PROEJA. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 39, n. 142, p. 55-71, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302018000100055&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 nov. 2020.

SOUSA, Antonia et al. Evasão escolar no ensino médio: velhos ou novos dilemas? **Vértices**. Campos dos Goytacazes, v. 13, n. 1, p. 25-37, jan/abr. 2011. Disponível em: <http://static.sapucaia.ifsul.edu.br/professores/rmsobrinho/Estudo%20de%20Evas%20C3%A3o/evasao%20escolar%20no%20ensino%20media%20velhos%20ou%20novos%20dilemas.pdf>. Acesso em 13 abr. 2021.

SOUZA, Luciana Mendes. **Evasão escolar: análise das causas da evasão escolar no curso técnico em administração do PROEJA, no Campus Gama do Instituto Federal de Brasília**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação/Administração educacional) – Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Santarém, Brasília, 2019.

TAUFICK, Ana Luiza de Oliveira Lima. A Assistência Estudantil para o PROEJA nos Institutos Federais: Implementação e Perspectiva de continuidade. **EJA em Debate**, Florianópolis, n. 1, p. 89-105, 2013.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 383-386, set./out. 2007. Disponível em: http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf. Acesso em 12 fev. 2020.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 2ed. São Paulo: Atlas, 1998.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA DOS ESTUDANTES

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM ALUNOS

A. Entrada no curso e relação anterior com a escola

1. Em que ano entrou no curso?
2. Havia já algum tempo em você não estudava quando iniciou o curso?
3. De uma forma breve, como diria que foi sua relação com a Escola/estudos, antes de iniciar o curso técnico? Tinha o apoio da família?
4. O que levou você a escolher o curso técnico nesta instituição?

B. Durante a frequência do curso – situação face ao trabalho e à família

5. Enquanto estava frequentando o curso, ao mesmo tempo, você estava trabalhando? Se sim, o seu local de trabalho era próximo à escola?
6. Qual era a sua situação familiar, durante a frequência do curso? (Por exemplo, se estava casado (a), se tinha filhos, morava em casa própria...)

C. Abandono do curso – momento e razões

7. Por quanto tempo frequentou o curso? Quanto tempo passou desde o início do curso até abandonar?
8. Quais os motivos que foram decisivos no abandono do curso? (Podem ser tanto motivos internos como externos ao curso)
9. Relativamente ao curso em si, quais as principais dificuldades que você enfrentou desde que iniciou até que abandonou?
Pode referir-se, por exemplo:
 - a) Ao acolhimento e apoio por parte da instituição;
 - b) À relação com os professores;
 - c) À relação com os colegas;
 - d) Ao programa do curso e disciplinas;
 - e) Às metodologias de ensino e de avaliação.
10. Durante o curso você sofreu algum tipo de discriminação? (Caso não tenha mencionado na resposta anterior)

11. Você sentiu falta de algum apoio durante o curso? (financeiro, flexibilidade de horário, monitoria, psicológico...)

D. Momento atual – perspectiva sobre retorno, sugestão e outras perguntas

12. Você se arrepende de ter abandonado o curso? Se tivesse oportunidade, voltaria? Por quê?

13. Partindo da sua experiência, o que você acha que poderia ser feito para diminuir os casos de abandono no curso?

14. Há algo que queira partilhar, que considere importante, mas que não tenha sido abordado?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DOS PROFESSORES

QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES

1. Há quantos anos trabalha no PROEJA?
() de 1 a 5 anos () de 6 a 10 anos () mais de 10 anos
2. Qual a área em que leciona?
() Ciências da Natureza () Línguas () Ciências Sociais e Humanas
() Matemática e áreas afins
3. Tem formação voltada para a Educação de Jovens e Adultos?
() Sim () Não
4. Se sim, explicita em que âmbito teve formação
5. O que levou você a trabalhar no PROEJA?
6. Quais as principais dificuldades que você encontra ao lecionar no PROEJA do CPII/Campus Centro?
7. Quais as principais potencialidades pedagógicas que você encontra ao lecionar no PROEJA do CPII/Campus Centro?
8. Quais as metodologias que utiliza para aprimorar as estratégias de aprendizagem em sala de aula?
9. Quais as principais metodologias que você utiliza para a avaliação da aprendizagem dos alunos no PROEJA?
10. Considerando os índices elevados de evasão do PROEJA no CPII, quando comparado com outras modalidades da mesma instituição, elenque pelo menos dois fatores que, na sua opinião, contribuem para a evasão escolar desses discentes.

11. Quais elementos você considera essenciais para que os alunos tenham êxito nos cursos técnicos em administração do PROEJA do CPII/Campus Centro?

12. O que você considera necessário na ação docente para combater a evasão nos cursos do PROEJA?

13. Na sua opinião, quais ações os gestores do PROEJA do Colégio Pedro II podem tomar para combater a evasão discente ocorrida nessa modalidade de ensino?

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA OS PROFISSIONAIS DO PROEJA

QUESTIONÁRIO PARA OS PROFISSIONAIS ATUANTES NO PROEJA

1. Qual é a sua função no PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro?
2. Você considera ações voltadas para combater a evasão escolar no PROEJA pertinentes? Por quê?
3. As propostas apresentadas no Plano de Acompanhamento do Discente do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro atenderam as suas expectativas? Por quê?
4. Você indicaria as propostas apresentadas nesse produto educacional para outros campi? Por quê?
5. Faça sugestões e/ou críticas sobre o produto para que possamos melhorar.

APÊNDICE D – TCLE ALUNO DO PROEJA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP/CPH



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – MAIORES DE IDADE

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa denominada **A evasão escolar no PROEJA: um estudo no Colégio Pedro II/Campus Centro**, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT e que diz respeito a uma dissertação de mestrado.

1. OBJETIVO: O objetivo do estudo é identificar e analisar as principais causas que ocasionam a evasão escolar dos alunos do PROEJA, do Colégio Pedro II/Campus Centro.

2. PROCEDIMENTOS: a sua participação consistirá em responder 14 perguntas de uma entrevista que será realizada pela pesquisadora. Essas perguntas são sobre a sua trajetória escolar antes de entrar no PROEJA e quando esteve estudando no PROEJA, e também sobre o porquê de você não ter dado continuidade ao seu curso no PROEJA.

3. POTENCIAIS RISCOS E BENEFÍCIOS: Toda pesquisa oferece algum tipo de risco. Nesta pesquisa, o risco pode ser avaliado como mínimo, isto é, você, como participante poderá se sentir constrangido ao responder alguma pergunta da entrevista, caso não se sinta à vontade. Entretanto, na tentativa de minimizar esses riscos, será mantido o anonimato de todos participantes e a equipe estará à disposição para esclarecimentos de todos os questionamentos. Além disso, no caso de filmagens ou registros fotográficos, a divulgação de imagem poderá ser realizada no presente projeto de pesquisa e/ou publicações relacionadas somente com o seu consentimento prévio. Deixamos claro que essa pesquisa não lhe trará benefícios imediatos, mas a sua participação será muito importante para conhecermos melhor as causas que têm ocasionado a evasão de estudantes do PROEJA e assim o desenvolvermos ferramentas cada vez mais eficazes na tentativa de intervir nesse problema.

4. GARANTIA DE SIGILO: os dados da pesquisa serão publicados/divulgados em livros e revistas científicas. Asseguramos que a sua privacidade será respeitada e o seu nome ou qualquer informação que possa, de alguma forma, o (a) identificar, será mantida em sigilo. O (a) pesquisador (a) responsável se compromete a manter os dados da pesquisa em arquivo, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

5. LIBERDADE DE RECUSA: a sua participação neste estudo é voluntária e não é obrigatória. Você poderá se recusar a participar do estudo ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar. Se desejar sair da pesquisa você não sofrerá qualquer prejuízo.

6. CUSTOS, REMUNERAÇÃO E INDENIZAÇÃO: a participação neste estudo não terá custos adicionais para você. Também não haverá qualquer tipo de pagamento devido a sua participação no estudo. Fica garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, nos termos da Lei

7. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS, CRÍTICAS, SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES: você receberá uma via deste Termo de Consentimento Livre e

Esclarecido (TCLE) e a outra ficará com o (a) pesquisador (a). Caso você concorde em participar, as páginas serão rubricadas e a última página será assinada por você e pelo (a) pesquisador (a). O (a) pesquisador (a) garante a você livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Você poderá ter acesso ao (a) pesquisador (a) Sâmia Elene Lobato dos Remedios, pelo telefone (21) 969976373 ou pelo e-mail: samialobato@hotmail.com. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Colégio Pedro II (CEP/CP II), situado no Endereço: Campo de São Cristóvão nº 177, prédio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (PROPGPEC), sala 202-B – São Cristóvão – Rio de Janeiro, CEP 29921-903, pelo telefone: 21 3891-0020 ou pelo e-mail: cep@cp2.g12.br.

CONSENTIMENTO

Eu, _____ li e concordo em participar da pesquisa.

Assinatura do (a) participante	Data: ___/___/_____
--------------------------------	---------------------

Eu, _____ obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do (a) participante da pesquisa.

Assinatura do (a) pesquisador (a)	Data: ___/___/_____
-----------------------------------	---------------------

APÊNDICE E – TCLE PROFESSOR DO PROEJA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP/CPH



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – MAIORES DE IDADE

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa denominada **A evasão escolar no PROEJA: um estudo no Colégio Pedro II/Campus Centro**, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT e que diz respeito a uma dissertação de mestrado.

1. OBJETIVO: O objetivo do estudo é identificar e analisar as principais causas que ocasionam a evasão escolar dos alunos do PROEJA, do Colégio Pedro II/Campus Centro.

2. PROCEDIMENTOS: a sua participação consistirá em responder 13 perguntas de um questionário elaborado pela pesquisadora. Essas perguntas são referentes à sua formação profissional e à sua atuação e vivência no PROEJA.

3. POTENCIAIS RISCOS E BENEFÍCIOS: Toda pesquisa oferece algum tipo de risco. Nesta pesquisa, o risco pode ser avaliado como mínimo, isto é, você poderá se sentir constrangido ao responder alguma pergunta do questionário, caso não se sinta à vontade. Entretanto, objetivando minimizar esse risco, será mantido o anonimato dos participantes e a equipe estará à disposição para esclarecimentos de todos os questionamentos. Além disso, no caso de registros fotográficos, a divulgação de imagem poderá ser realizada no presente projeto de pesquisa e/ou publicações relacionadas, além de meios de comunicação das instituições envolvidas somente com o seu consentimento prévio. Deixamos claro que essa pesquisa não lhe trará benefícios imediatos, mas a sua participação será muito importante para conhecermos melhor as causas que têm ocasionado a evasão de estudantes do PROEJA e assim o desenvolvermos ferramentas cada vez mais eficazes na tentativa de intervir nesse problema.

4. GARANTIA DE SIGILO: os dados da pesquisa serão publicados/divulgados em livros e revistas científicas. Asseguramos que a sua privacidade será respeitada e o seu nome ou qualquer informação que possa, de alguma forma, o (a) identificar, será mantida em sigilo. O (a) pesquisador (a) responsável se compromete a manter os dados da pesquisa em arquivo, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

5. LIBERDADE DE RECUSA: a sua participação neste estudo é voluntária e não é obrigatória. Você poderá se recusar a participar do estudo ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar. Se desejar sair da pesquisa você não sofrerá qualquer prejuízo.

6. CUSTOS, REMUNERAÇÃO E INDENIZAÇÃO: a participação neste estudo não terá custos adicionais para você. Também não haverá qualquer tipo de pagamento devido a sua participação no estudo. Fica garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, nos termos da Lei.

7. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS, CRÍTICAS, SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES: você receberá uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a outra ficará com o (a) pesquisador (a). Caso você concorde

em participar, as páginas serão rubricadas e a última página será assinada por você e pelo (a) pesquisador (a). O (a) pesquisador (a) garante a você livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Você poderá ter acesso ao (a) pesquisador (a) Sâmia Elene Lobato dos Remedios, pelo telefone (21) 969976373 ou pelo e-mail: samialobato@hotmail.com. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Colégio Pedro II (CEP/CP II), situado no Endereço: Campo de São Cristóvão nº 177, prédio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (PROPGPEC), sala 202-B – São Cristóvão – Rio de Janeiro, CEP 29921-903, pelo telefone: 21 3891-0020 ou pelo e-mail: cep@cp2.g12.br.

CONSENTIMENTO

Eu, _____ li e concordo em participar da pesquisa.

Assinatura do (a) participante	Data: ___/___/_____
--------------------------------	---------------------

Eu, _____ obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do(a) participante da pesquisa.

Assinatura do(a) pesquisador(a)	Data: ___/___/_____
---------------------------------	---------------------

APÊNDICE F – TCLE PROFISSIONAL DO PROEJA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP/CPH



Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa denominada **A evasão escolar no PROEJA: um estudo no Colégio Pedro II/Campus Centro**, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT e que diz respeito a uma dissertação de mestrado.

1. OBJETIVO: O objetivo do estudo é identificar e analisar as principais causas que ocasionam a evasão escolar dos alunos do PROEJA, do Colégio Pedro II/Campus Centro.

2. PROCEDIMENTOS: a sua participação consistirá em avaliar um Plano de Acompanhamento de Discente do PROEJA e responder 5 perguntas de um questionário elaborado pela pesquisadora. Essas perguntas são referentes à sua percepção em relação a esse plano.

3. POTENCIAIS RISCOS E BENEFÍCIOS: Toda pesquisa oferece algum tipo de risco. Nesta pesquisa, o risco pode ser avaliado como mínimo, isto é, você poderá se sentir constrangido ao responder alguma pergunta do questionário, caso não se sinta à vontade. Entretanto, objetivando minimizar esse risco, será mantido o anonimato dos participantes e a equipe estará à disposição para esclarecimentos de todos os questionamentos. Além disso, no caso de registros fotográficos, a divulgação de imagem poderá ser realizada no presente projeto de pesquisa e/ou publicações relacionadas, além de meios de comunicação das instituições envolvidas somente com o seu consentimento prévio. Deixamos claro que essa pesquisa não lhe trará benefícios imediatos, mas a sua participação será muito importante para conhecermos melhor as causas que têm ocasionado a evasão de estudantes do PROEJA e assim o desenvolvermos ferramentas cada vez mais eficazes na tentativa de intervir nesse problema.

4. GARANTIA DE SIGILO: os dados da pesquisa serão publicados/divulgados em livros e revistas científicas. Asseguramos que a sua privacidade será respeitada e o seu nome ou qualquer informação que possa, de alguma forma, o (a) identificar, será mantida em sigilo. O (a) pesquisador (a) responsável se compromete a manter os dados da pesquisa em arquivo, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

5. LIBERDADE DE RECUSA: a sua participação neste estudo é voluntária e não é obrigatória. Você poderá se recusar a participar do estudo ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar. Se desejar sair da pesquisa você não sofrerá qualquer prejuízo.

6. CUSTOS, REMUNERAÇÃO E INDENIZAÇÃO: a participação neste estudo não terá custos adicionais para você. Também não haverá qualquer tipo de pagamento devido a sua participação no estudo. Fica garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, nos termos da Lei.

7. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS, CRÍTICAS, SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES: você receberá uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a outra ficará com o (a) pesquisador (a). Caso você concorde em participar, as páginas serão rubricadas e a última página será assinada por você

e pelo (a) pesquisador (a). O (a) pesquisador (a) garante a você livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Você poderá ter acesso ao (a) pesquisador (a) Sâmia Elene Lobato dos Remedios, pelo telefone (21) 969976373 ou pelo e-mail: samialobato@hotmail.com. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Colégio Pedro II (CEP/CP II), situado no Endereço: Campo de São Cristóvão nº 177, prédio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (PROPGPEC), sala 202-B – São Cristóvão – Rio de Janeiro, CEP 29921-903, pelo telefone: 21 3891-0020 ou pelo e-mail: cep@cp2.g12.br.

CONSENTIMENTO

Eu, _____ li e concordo em participar da pesquisa.

Assinatura do (a) participante	Data: ___/___/_____
--------------------------------	---------------------

Eu, _____ obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do(a) participante da pesquisa.

Assinatura do(a) pesquisador(a)	Data: ___/___/_____
---------------------------------	---------------------

APÊNDICE G – PARECER DE PESQUISA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

PARECER

Comunico, para os devidos fins, que a pesquisa: **A evasão escolar no PROEJA: um estudo no Colégio Pedro II/Campus Centro**, a ser elaborada por Sâmia Elene Lobato dos Remédios, mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT/CPII, sob a orientação do Prof. Dr^o Leonardo Leonidas de Brito, conta com a aprovação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura para sua realização no Colégio Pedro II.

O projeto será desenvolvido junto aos alunos evadidos do PROEJA do Colégio Pedro II/Campus Centro entre os anos de 2017 e 2019, bem como os professores e demais profissionais que atuam nesta modalidade na instituição de ensino. O projeto tem como objetivo identificar e analisar as principais causas que ocasionam a evasão escolar dos alunos do PROEJA no Campus Centro/CPII.

A pesquisadora se compromete a solicitar a todos(as) a autorização para uso de informações obtidas, tais como o uso de imagem e depoimentos, por meio do preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Além disso, a pesquisadora também se compromete a preservar a identidade dos mesmos, bem como o bom nome da Instituição na redação de seu trabalho e em materiais futuros que vier a publicar ou apresentar, seguindo os princípios éticos de pesquisa.

A pesquisadora, conforme o Termo de Compromisso assinado no requerimento, deverá dar ciência a esta Pró-Reitoria da conclusão de seu trabalho, bem como fazer a entrega de 2 (duas) cópias do material conclusivo (Dissertação) referentes à pesquisa realizada no Colégio Pedro II e, caso esta julgue necessário, divulgar os resultados em evento a ser agendado pela PROPGPEC.

Rio de Janeiro, 03 de março de 2021.

JORGE FERNANDO BUNDEARAUO
Diretor de Pesquisa
Matr. SIAPF N.º 1505908
Colégio Pedro II



Fundado em 2 de dezembro de 1837